

Eliseu Pereira de Brito
Luciano Laurindo dos Santos
Erasmu Carlos de Lima Conceição
Elias da Silva
Alberto Pereira Lopes
ORGANIZADORES

LEITURAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFNT

César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Filipe Vieira de Oliveira
Mara Pereira da Silva
Ruy Ferreira Da Silva
Silene Ferreira Claro

Coordenação da EDUFNT

Carolina Galgane Lage Miranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

Reitor

Airton Sieben

Vice-reitor

Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Kênia Ferreira Rodrigues

Pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

Jeanne Alves de Almeida

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro

Pró-reitora de Finanças e Execução Orçamentária

Clarete de Itoz

Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Álvaro José da Silva Fonseca

Pró-reitor de Graduação

Braz Batista Vas

Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Superintendente de Infraestrutura

Eroilton Alves dos Santos

Superintendente de Tecnologia da Informação

Fabiana de Andrade Bringel

Superintendente de Comunicação

Daianni Alves Parreira

Diretor do Centro de Ciências Integradas (Cimba) - CCI

Roberto Antero da Silva

Diretor do Centro de Ciências Agrárias - CCA

Rômulo Augusto Guedes Rizzardo

Diretor do Centro de Ciências da Saúde - CCS

Taides Tavares dos Santos

Diretor do Centro de Educação, Humanidades e Saúde- CEHS

Marco Aurélio Gomes de Oliveira

Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFNT

Meirilane Socorro Leocadio

Coordenação da Editora Universitária – EDUFNT

Carolina Galgane Lage Miranda

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eliseu Pereira de Brito

Eliseu Pereira de Brito
Luciano Laurindo dos Santos
Erasmus Carlos de Lima Conceição
Elias da Silva
Alberto Pereira Lopes
Organizadores

LEITURAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

Copyright © Organizadores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos organizadores.

L553 Leituras da geografia agrária / organização: Eliseu Pereira de Brito...[et al.].– Aracaju, SE: Criação Editora ; Araguaína, TO: Editora da Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

192 p.; il.

Inclui bibliografia.

Ebook

ISBN 978-65-85612-66-1

1. Geografia agrária. 2. Reforma agrária. 3. Educação. 4. Agricultura. I. Brito, Eliseu Pereira de(org.). II. Santos, Luciano Laurindo dos(org.). III. Conceição, Erasmo Carlos de Lima(org.). IV. Silva, Elias da(org.). V. Lopes, Alberto Pereira(org.).

CDU: 911.373

Local de Realização

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Centro de Ciências Integradas (CCI)

Auditório do Anfiteatro

Laboratório de Ensino de Cartografia e Estudos do Território (LECET)

Laboratório de Análise e Dinâmica Socioambiental (LABGESOL)

Laboratório de Geografia (LABGEO)

Diagramação: Adilma Menezes

Ilustrações: Maria Petrishina / Istock

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Isadora Pelosi CRB-8/11448

Revisão: Organizadores

Comissão Científica

Antonia Marcia Duarte Queiroz, Atácia Carlos dos Santos, Benilson Pereira de Sousa, Elias da Silva, Eliseu Pereira de Brito, Erasmo Carlos de Lima Conceição, Jeferson Muniz Alves Gracioli, Luciano da Silva Guedes, Luciano Laurindo dos Santos, Thayslloranny Batista Reinaldo, Vanessa Lessio Diniz

Conselho Editorial da Criação Editora

Ana Maria de Menezes, Christina Bielinski Ramalho, Fábio Alves dos Santos, Gilvan Rodrigues dos Santos, Ítalo de Melo Ramalho, Jorge Carvalho do Nascimento, José Afonso do Nascimento, José Eduardo Franco, José Rodorval Ramalho, Justino Alves Lima, Luiz Eduardo Oliveira, Martin Hadsell do Nascimento, Rita de Cácia Santos Souza

Apresentação

Esta obra reúne uma coletânea de textos elaborados por pesquisadores que se dispuseram a debater e refletir sobre tópicos relacionados à questão agrária e à agroecologia. São questões relevantes quando se refere à Amazônia e ao Nordeste brasileiro, as quais demandam uma atenção minuciosa dos pesquisadores em suas diversas áreas do saber.

Esses pesquisadores congregaram-se na Universidade Federal do Norte do Tocantins e debateram ao longo de um dia sobre suas investigações, promovendo a troca de informações e de saberes adquiridos em razão das particularidades temáticas que cada estudo apresentava. A partir deste debate, tornou-se evidente a proposta de organizar as pesquisas em forma de livro, a qual começou a ser elaborada. Esta obra concretiza um conjunto de discussões formuladas no Programa de Pós-Graduação em Geografia acerca da temática agrária e da agroecologia.

No primeiro capítulo, as feiras livres em Grajaú-MA são descritas como espaços tradicionais que favorecem a comercialização da agricultura familiar, disponibilizando alimentos saudáveis com o menor emprego de agrotóxicos. Esses espaços funcionam como núcleos de resistência cultural, nos quais consumidores e agricultores constroem laços de confiança. O estudo ressalta a relevância das feiras em relação à segurança alimentar e à promoção da agrobiodiversidade, ao passo que viabiliza o acesso a produtos regionais e sustentáveis.

O segundo capítulo abordou o Turismo Sustentável, realizando uma análise sobre como a educação ambiental pode incentivar práticas turís-

ticas que respeitem as características socioambientais das regiões, ao mesmo tempo em que valorizam o patrimônio natural e cultural. Consta-se que a temática ambiental é de suma importância para a sociedade, sendo que o turismo influencia tanto a economia regional quanto a identidade cultural. Municípios de pequeno porte, como Babaçulândia e Carolina, lidam com dificuldades associadas à degradação ambiental decorrente do turismo desmedido, requerendo a implementação de programas de preservação que incentivem o uso sustentável dos recursos naturais.

No terceiro capítulo, é apresentado um estudo que visa compreender as comunidades tradicionais extrativistas de frutos e plantas na região Centro-Norte do Tocantins, com ênfase em suas dinâmicas socioeconômicas e nos impactos da bioeconomia. Os propósitos consistem em analisar a comercialização de mercadorias em feiras agroecológicas, compreender a inserção dessas comunidades no contexto regional e seus estilos de vida. Empregando uma abordagem qualitativa. A avaliação indica que, apesar de o extrativismo favorecer a renda familiar por meio do artesanato e de produtos como o buriti, há lacunas no que diz respeito ao seu impacto econômico.

Os quintais produtivos proporcionam vantagens que transcendem a mera alimentação saudável, sendo fundamentais para a sobrevivência e a diversidade nutricional das comunidades. Preservam-se práticas culturais, consolidam-se laços sociais e atuam como repositórios de biodiversidade. Ademais, constituem ambientes terapêuticos que favorecem a saúde mental e emocional dos cuidadores. O quarto capítulo deste estudo consistiu na análise de quintais no município de Grajaú-MA, identificando as variedades cultivadas e ressaltando a agrobiodiversidade presente na região.

No quinto capítulo, os autores propuseram examinar a comunidade Garavelos, localizada em Araguaína, no estado do Tocantins, sob a ótica do comum urbano, que inclui bens, espaços e recursos administrados de for-

ma coletiva. Fundamentando-se em renomados teóricos como Lefebvre e Harvey, é analisado o direito à posse da terra em relação às desigualdades socioespaciais e à influência do capitalismo urbano, no qual a propriedade da terra se revela essencial para a compreensão das injustiças sociais. O artigo critica as políticas neoliberais que colocam em risco as características culturais do espaço urbano e sugere a necessidade premente de mudanças sociais para enfrentar a exclusão e incentivar o direito à cidade. A investigação qualitativa compreendeu entrevistas e mapeamento, destacando a necessidade da regularização da ocupação e a busca por espaços urbanos mais justos e democráticos.

No sexto capítulo, os autores elaboraram uma investigação acerca de um assentamento, abordando que o progresso da agricultura camponesa no Brasil é determinado por elementos históricos e conflitos sociais que remontam à época da colonização, enfrentando dificuldades em virtude da concentração de terras nas mãos de oligarquias agrárias. Os agricultores pleiteiam acesso à terra em face da expansão do agronegócio, empregando métodos rudimentares de cultivo voltados para a subsistência e comercialização local. A carência de políticas públicas favorece a ineficácia da agricultura familiar, sobretudo na região Norte do Brasil, onde a implementação da reforma agrária representa um desafio histórico. Os assentamentos rurais, exemplificados pelo Luar do Sertão em Ananás-TO, constituem uma alternativa para trabalhadores em situação de vulnerabilidade; não obstante, a carência de suporte e infraestrutura compromete a sustentabilidade dessas localidades.

No sétimo capítulo, as autoras apresentam relatos sobre uma feira pedagógica nas disciplinas de Química e Física, realizada durante o Estágio Supervisionado II, com a finalidade de conectar conteúdos de Ciências da Natureza à vivência dos estudantes. A proposta, empregando práticas metodológicas ativas, visa respeitar e promover conhecimentos regionais, bem como a sustentabilidade e a inovação. A intervenção resultou na rea-

lização da “1 Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra” na Escola Família Agrícola de Grajaú, favorecendo a execução de atividades práticas e a sensibilização acerca da conservação ambiental, bem como o fortalecimento da economia local. A instituição educacional adota a Pedagogia de Alternância, estabelecendo uma ligação entre o aprendizado teórico e prático, além de salientar a relevância da educação dialógica, de acordo com as fundamentações teóricas de Moran, Ausubel e Freire. A exibição também se harmoniza com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo alternativas sustentáveis e a valorização da cultura regional.

No sétimo capítulo, o autor analisa os efeitos da edificação da Usina Hidrelétrica de Lajeado (UHE Luiz Eduardo Magalhães) sobre a comunidade Akwẽ-Xerente, enfatizando a deterioração de seu território e a ineficácia do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix). Embora a população Akwẽ-Xerente, que reside em 81 aldeias situadas às margens do rio Tocantins, tenha empenhada-se para ser reconhecida como impactada pela construção da barragem, suas vozes foram inibidas ao longo do processo de compensação, o qual não contemplava suas necessidades culturais e econômicas. A edificação da barragem modificou de maneira substancial o ecossistema da região, prejudicando a sobrevivência dos povos indígenas, os quais dependem da atividade pesqueira e da agricultura em áreas de várzea. A investigação demonstra que, após a edificação da Lajeado, ocorreu uma redução na produção de alimentos, e a comunidade Akwẽ-Xerente tornou-se progressivamente mais dependente de produtos industrializados.

Por fim, no nono capítulo desta obra, a análise abordou a batalha pela Reforma Agrária no Brasil, a qual possui raízes históricas profundas, envolve múltiplos agentes e se intensificou especialmente após o Concílio Vaticano II. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), estabelecida em 1975, emerge de análises realizadas pela Igreja Católica acerca de temas agrá-

Orgs. Eliseu P. de Brito, Luciano L. dos Santos, Erasmo Carlos de L. Conceição, Elias da Silva, Alberto P. Lopes

rios, impactadas pelos contextos econômicos e sociais do século XX. O artigo discute as mudanças ocorridas na Igreja e sua participação proativa na proteção dos direitos dos trabalhadores rurais, especialmente no período da ditadura militar e na transição para a democracia, além de analisar os obstáculos que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) enfrenta após cinco décadas de empenho na promoção da reforma agrária. O estudo fundamentou-se em uma revisão da literatura e em documentos eclesiais, ressaltando a relevância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na documentação de conflitos agrários ao longo dos anos.

A trajetória desses nove capítulos apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Geografia questões significativas para a discussão e sua inserção no cenário regional, com enfoques sobre a Amazônia e o Nordeste. A ênfase temática possibilitou a ampliação de perspectivas nos discursos acerca das dinâmicas espaciais, que constituem a área de concentração.

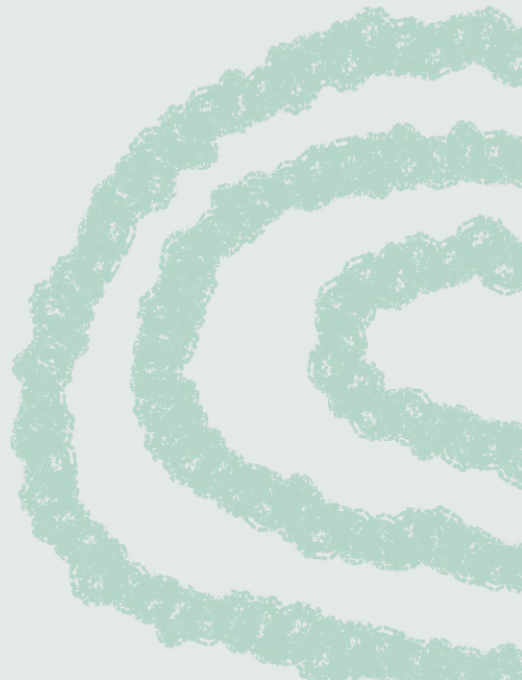
14 de novembro de 2025

Eliseu Pereira de Brito

Sumário

- 5 **Apresentação**
- 13 **Feiras livres, conexão entre alimentação saudável e identidade: um estudo de caso em Grajaú-MA**
Sullany Mesquita Lopes
Neusani Oliveira Ives-Félix
- 29 **Turismo Sustentável no Município de Babaçulândia (TO) e Carolina (MA)**
Christiano Sousa Viana
Carlos Augusto Machado
- 43 **Estudo das populações tradicionais extrativistas do Centro-Norte do Tocantins**
Wesley Pereira da Silva
Eliseu Pereira de Brito
- 53 **Quintais produtivos em Grajaú-MA: o cultivo de plantas alimentícias e medicinais**
Pricila Santos de Almeida
Neusani Oliveira Ives-Félix
- 71 **Comum urbano e o direito à cidade no processo de luta pela terra na comunidade Garavelos**
Rodrigo Ferreira da Silva
Elias da Silva

- 85 Os desafios da agricultura camponesa e as vulnerabilidades sociais encontradas no Assentamento Luar do Sertão em Ananás-TO**
Gleison Mourão da Silva
Alberto Pereira Lopes
- 97 Saberes da Terra e Inovação Pedagógica: Relato de uma Intervenção na Escola Família Agrícola de Grajaú-MA**
Égila Maria Santos Assunção
Nauane Cruz Sousa
Neusani Oliveira Ives-Felix
- 115 As vozes dos Akwẽ-Xerente em seu território: da barragem de Lajeado, no rio Tocantins, ao Programa de Compensação Ambiental**
Marcelo Venâncio
- 157 Comissão Pastoral da Terra (CPT): Uma breve reflexão sobre seus 50 anos no apoio da luta dos trabalhadores rurais pela terra no Brasil**
Dácio Alves Pereira de Oliveira
Alberto Pereira Lopes
- 167 Karajá Ixybió-a-Mahadu e a indústria criativa** **166**
Maria do Socorro Mesquita da Silva Nunes
Victor da Silva Oliveira
- 185 Sobre os Autores**



FEIRAS LIVRES, CONEXÃO ENTRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E IDENTIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM GRAJAÚ-MA

SULLANY MESQUITA LOPES, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3586-9357>

NEUSANI OLIVEIRA IVES-FÉLIX, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8370-8933>

INTRODUÇÃO

Na cidade de Grajaú-MA, ir à feira livre é um hábito construído e passado de geração para geração. As feiras livres constituem espaços privilegiados para a comercialização da produção da agricultura familiar. É um ambiente onde encontramos uma variedade de itens alimentares e de pessoas que buscam por alimentos mais saudáveis, cultivados com o uso mínimo de agrotóxico e/ou *in natura*, e que sejam locais e regionais.

As feiras livres resistiram “às mudanças ocorridas na vida social ao longo do último século e se apresentam como um espaço onde passado e presente se encontram” (Pereira; Brito; Pereira, 2022, p. 185). De acordo com as autoras, os espaços de feiras têm se caracterizado como ambiente de resistência, de lógica própria de mercado, e que promove acesso a alimentos frescos e saudáveis, portanto, desempenhando um papel importante no escoamento dos produtos da agricultura familiar local e na valorização das interações culturais. A valorização da agricultura familiar fortalece a produção de alimentos saudáveis, permitindo o acesso a produtos

de cadeias curtas, onde se sabe a origem e como é cultivado o alimento, além de manter a cultura local viva e promover um espaço de segurança e soberania alimentar (Carvalho; Grossi, 2019).

Para Ribas e Rigon (2024), a segurança alimentar consiste na ampliação da autonomia na produção de comida e na valorização da agrobiodiversidade local, que se constrói no campo e na cidade. Considerando os conceitos apresentados à Alimentação Adequada e Saudável (AAS), compreende-se a ideia de uma prática alimentar adequada que atende aos princípios de variedade, equilíbrio e moderação, com alimentos advindos de formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminações.

A feira livre é um espaço de valorização das interações culturais, onde a confiança entre consumidores e feirantes é construída ao longo dos anos, desempenhando um papel de pertencimento para os agricultores familiares e sendo um local que permite o escoamento de seus produtos, gerando um maior incentivo ao cultivo e oferta de alimentos saudáveis. Para além de um local de comercialização, as feiras livres representam um símbolo da identidade cultural e da economia local. Verano e Medina (2019) afirmam que estas contribuem diretamente para o comércio local e geram renda para muitas famílias. E, para Ibdaiwi (2023), se constituem como espaços de valorização da produção da agrobiodiversidade, da geração de renda e do acesso à alimentos para os agricultores familiares, suas famílias e a população local.

No atual cenário de modernização em que é crescente a produção de alimentos industrializados em grande escala, surge a preocupação com o que ingerimos. A partir dessa inquietação fazemos os questionamentos seguintes: Qual é o papel das feiras livres como espaços de acesso a alimentos da sociobiodiversidade e de construção de redes sociais e culturais que transcendem a dimensão econômica? Qual o processo de cultivo e quais conhecimentos são utilizados nos cuidados da produção? Qual a origem dos produtos da sociobiodiversidade comercializados nas feiras de Grajaú-MA?

Portanto, este trabalho teve por objetivo debater o papel das feiras livres como espaços de acesso a alimentos da sociobiodiversidade e de construção de redes sociais e culturais que transcendem a dimensão econômica. Considerando a sua importância para os agricultores familiares locais e destacando os produtos cultivados e comercializados por estes, em seus quintais e/ou hortas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Feiras livres como espaço de comercialização

As feiras livres constituem um modelo tradicional de comércio, onde diferentes formas de interação social se manifestam. Segundo Ibdaiwi (2023, p. 39), “esse espaço caracteriza-se pelas trocas de mercadorias e de saberes produtivos, compartilhados por diferentes pessoas que nele circulam com o objetivo de suprir as necessidades básicas”. A prática das feiras remonta à Antiguidade, com registros em civilizações como a romana, a grega e até mesmo entre os astecas. No entanto, foi a partir da Revolução Comercial do século XI que as feiras foram oficializadas, adquirindo maior importância, visibilidade e uma organização mais estruturada (Almeida, 2009).

Atualmente, as feiras livres se configuram como espaços onde é possível encontrar uma diversidade de produtos alimentícios, atraindo consumidores que buscam alimentos mais saudáveis, produzidos com menos uso de agrotóxicos e de cadeias curtas. Para Pereira, Brito e Pereira (2022, p. 187), “a presença de produtos locais, artesanais, da culinária tradicional, demonstra a diversidade produtiva presente na feira, que garante refeições mais diversificadas, tanto para os consumidores, quanto para os agricultores/feirantes”.

Além do aspecto econômico, as feiras livres constituem espaços privilegiados para a comercialização da produção da agricultura familiar. Para

Ibdaiwi (2023), também funcionam como espaços de socialização, de expressão de identidades culturais e regionais. Nesse sentido, Pereira, Brito e Pereira (2022, p. 180) complementam que as “relações e sociabilidades que se desenrolam nesse espaço fazem da feira mais que mero mercado, sendo um lugar de ritmo, encontros, passeios, onde se vai para comprar, para rever amigos, família e compartilhar histórias de vida”.

Feiras livres e escoamento de produtos da agricultura familiar

Conforme Verano e Medina (2019), a agricultura familiar desempenha papel fundamental nas feiras livres, sobretudo por meio dos canais curtos de comercialização, que priorizam a sustentabilidade, a confiança e a legitimidade na procedência dos alimentos. Assim, esses espaços contribuem diretamente para o comércio local e representam uma fonte de renda para muitas famílias.

Em vista disso, Pereira, Brito e Pereira (2022, p. 180) complementam ao dizer que “apesar da força do mercado varejista na venda de produtos alimentícios, a feira resiste com sua forma e conteúdos peculiares, sendo um importante espaço de comercialização da produção da agricultura familiar”, dessa forma valorizando os plantios produzidos por essas famílias e seu modo de cultivo nos quintais, hortas e/ou roças e a comercialização de seus cultivares através de cadeias curtas. Nesse sentido, “as feiras são, certamente, a mais popular forma de comercialização de produtos da agricultura familiar, entre os quais, aqueles oriundos de quintais produtivos” (Aires, 2022, p. 25).

O sistema complexo de produção da agricultura familiar, marcado pelo cultivo de uma variedade de espécies de plantas e vegetais com diferentes finalidades, os quintais produtivos se configuram como espaços de abundância e preservação da agrobiodiversidade. Na maioria das vezes, são espaços geridos por mulheres, que desempenham um papel essen-

cial nesse contexto. Como destaca Aires (2022, p. 39), quando diz: “não há quintal, mas quintais. E é sempre bom lembrar que, por trás desses plurais, estão mulheres: muitas mulheres. Então, há que se buscar o fortalecimento, também, pelo surgimento do coletivo”.

As feiras livres vão além da função comercial, configurando-se como locais que refletem a dinâmica social de uma comunidade. Segundo Ibdaiwi (2023, p. 43), “as feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram como funcionam a produção local e a circulação de mercadorias”. Esse cenário evidencia a valorização da diversidade, das tradições locais e da visibilidade dada aos produtos resultantes do trabalho das famílias agricultoras.

A interconexão entre feiras livres e cadeias curtas

Segundo Martinazzo, Zanella e Dal Pozzo (2022, p. 3) “as feiras livres são parte das cadeias curtas e aparecem como modalidade de mercado alternativo ao aproximar o consumidor do produtor”. Nesta perspectiva, Verano e Medina (2019, p. 1046) afirmam que “as feiras livres cumprem essa função de canal curto de comercialização em parte importante dos municípios brasileiros. As feiras podem fazer com que agricultores e consumidores interajam, criem vínculos e sociabilidades”, dessa maneira, possibilitando que criem relações de confiança no ambiente das feiras livres.

Ibdaiwi (2023, p. 38) destaca que as feiras livres são “espaços de extrema importância para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, onde apresentam além dos aspectos comerciais, um espaço de socialização, identidade regional e cultural”. Dessa modo, promovendo o desenvolvimento, a interação e a construção de relações diretas entre consumidores e feirantes. Portanto, a feira é um local que valoriza as relações de pertencimento, de identidade e aspectos socioeconômicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica para a realização da desta pesquisa é qualitativa, (Bogdan; Biklen, 1994; Minayo, 2001, 2010), perspectiva de estudo que reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os sujeitos da pesquisa, uma vez que os participantes da pesquisa não são considerados de forma neutra, pelos pesquisadores.

Os estudos de Oliveira (2010, p. 37) caracterizam diversos significados para pesquisa qualitativa, e, dentre eles destaca-se, o de ser “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”, nos permitindo um caráter mais interativo durante as conversas com os interlocutores, nos deixando mais à vontade para, após reflexões, retornarmos ao diálogo e com novas perguntas a serem confirmadas ou não.

Os instrumentos de coleta de dados foram: pesquisa de campo, observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e conversas informais com os feirantes e produtores locais.

O local da pesquisa foi as feiras livres no município de Grajaú-MA, quintais e hortas de feirantes. A pesquisa de campo foi realizada no período de março a junho de 2025, organizada em etapas: a) visitas de apresentação da pesquisa, convite aos interlocutores à participação, observação inicial do ambiente e seu funcionamento; b) elaboração de roteiros de entrevistas a partir de 03 dimensões: perfil socioeconômico; comercialização na feira e a relação de produtos cultivados e comercializados pelos feirantes; c) elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; d) realização de visitas in loco, quintais e hortas, e, e) realização de entrevistas a 10 feirantes-produtores locais. Cabe destacar que nomeamos os interlocutores e as interlocutoras de 01 a 10 para manter o sigilo de suas identidades.

Cabe ressaltar que a revisão bibliográfica, como parte inerente do trabalho científico, foi realizada a partir de buscas com os seguintes descritores: agricultura familiar, feiras livres e alimentação saudável e suas relações, dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A feira é um importante espaço de comercialização, um local que possibilita uma aproximação direta entre feirante e consumidor, assim, esta pesquisa teve como local de estudo as duas feiras livres que ocorrem na cidade de Grajaú-MA, os quintais e as hortas de seus feirantes. Estas feiras livres são realizadas em bairros distintos. Neste trabalho as denominamos de Feira 1 e Feira 2. A Feira 1 é localizada no bairro Rodoviário, funciona todos os dias da semana, sendo mais intensa aos sábados, quando têm-se um número maior de feirantes e de consumidores. Já a Feira 2 fica no bairro Canoeiro e funciona apenas aos domingos, destacamos que os feirantes entrevistados trabalham em ambas as feiras.

As entrevistas foram realizadas com dez feirantes-produtores locais durante as observações em suas plantações, as quais foram agendadas previamente. No momento da realização das entrevistas foi realizada a apresentação ao interlocutor do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para só depois iniciar a entrevista com gravação de áudio. Após a realização de cada entrevista, os donos e donas de quintais e hortas levavam-nos para um *tour* pelos seus cultivares, possibilitando-nos conhecer uma variedade de plantas alimentícias, medicinais e hortaliças.

Dos dez feirantes-produtores locais que participaram da pesquisa, oito são mulheres e dois são homens. A maioria é do gênero feminino, dado que revela o protagonismo da mulher feirante, produtora local grajauense, na geração de renda de suas famílias. Além de comercializar nas feiras livres, quatro dessas interlocutoras fornecem seus produtos para

programas como, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para comércios locais, mas as feiras de maneira geral é a principal fonte de sustento de suas famílias. Nesta perspectiva, Meus e Ethur (2021) também destacaram o impacto do trabalho de agricultoras locais na economia familiar em Itaqui-RS.

Sobre o tempo de atuação em feiras livres, dos participantes e das participantes da pesquisa, o período temporal variou de um a vinte anos de vivência. Nove os entre interlocutores e interlocutoras têm seus próprios cultivos, e apenas um, revende produtos terceirizados.

A análise dos dados foi estruturada em três eixos: (i) Feiras livres grajauenses e alimentos da sociobiodiversidade; (ii) Interações socioculturais e feiras livres grajauenses; e (iii) A dimensão socioeconômica das feiras livres: o olhar de feirantes grajauenses.

FEIRAS LIVRES GRAJAUENSES E ALIMENTOS DA SOCIODIVERSIDADE

As narrativas das interlocutoras e dos interlocutores desta pesquisa descreveram as feiras livres como um canal de escoamento de uma variedade de alimentos cultivados por agricultores e agricultoras familiares locais.

Da variedade de alimentos comercializados pelos feirantes e pelas feirantes se destacam, desde as hortaliças até temperos caseiros de produção própria, regionais e produtos terceirizados. Assim, a Feirante 1 afirma que: “vendo tudo que planto. Eu levo de tudo um pouco para feira”. Dentre os cultivos produzidos e vendidos pela feirante-produtora local, estão: duas variedades de alface, americano e roxo, cebolinha, coentro, coentro do Pará, couve, berinjela, plantas medicinais, capim de cheiro, capim-santo, mastruz, capim-cidreira, agrião, vick, malva do reino, manjeriço, chicória, almeirão, romã, hortelã, mostarda, além de diferentes tipos de pimentas, pimenta malagueta, pimenta vermelha, pimenta olho-

-de-peixe, pimenta que arde, pimenta de cheiro, pimenta de cor, pimenta dedo-de-moça, mamão e rúcula.

Outras variedades alimentícias comercializadas por interlocutoras-produtoras locais incluem os produtos cultivados pela Feirante 5, cuja produção é realizada na roça. Entre seus produtos estão: diferentes tipos de feijão, como: o feijão baje podre, feijão manteiguinha e feijão sempre verde (Figura 1), abóbora, macaxeira e mandioca. A partir da mandioca, a feirante produz a farinha (Figura 2) e corante, o último é produzido com sementes cultivadas no seu quintal e com a massa obtida a partir da mandioca. A Feirante 7, por sua vez, comercializa exclusivamente a puba, que ela mesma produz a partir das mandiocas oriundas da sua plantação. Vale salientar que ambas as feirantes residem no povoado Angico, zona rural do município de Grajaú, e produzem em terras cedidas de “meia”, uma forma de arrendamento baseada na divisão da produção entre o agricultor e o dono da terra.

Figura 1. Variedades de feijões da Feirante 5



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 2. Farinhas da Feirante 5



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O plantio do Feirante 8, que atua há vinte anos como agricultor e feirante, e que reside no povoado Remanso, também na zona rural do município de Grajaú, evidencia a importância dos quintais na produção da sociobiodiversidade. Seu espaço de cultivo fica localizado às margens do Rio Mearim,

onde cultiva ampla variedade de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas, como: quiabo, jiló, macaxeira-pão, abóbora, vinagreira, pimenta de mesa, pimenta de cheiro, pimenta malagueta, amendoim, feijão, mamão, quebra-pedra, jaca, coco, caju, coentro, alface americano e comum, cebolinha, banana prata, banana roxa, banana coruda, catarina, pupunha, cupuaçu, laranja encastada, café, açaí, acerola, cana, buriti, abacate, pião branco, cipó escada, melão-de-são-caetano, boldo, capim-cidreira, pitanga, limão, lima, toranja, ata, alfavaca, inhame.

Portanto, com base no levantamento de cultivares apresentados, observa-se a importância da agricultura familiar na preservação e valorização de produtos da sociobiodiversidade, que estão presentes nas feiras livres e nas mesas da população grajauense.

No que diz respeito aos produtos terceirizados, os feirantes e as feirantes adquirem por meio de revendedores na cidade que fornecem produtos que são cultivados em municípios vizinhos, como Barra do Corda, Sítio Novo, Arame e Imperatriz, considerados como cadeias curtas. No entanto, há os produtos comercializados que são de cadeias longas, como a cebola e a fava branca.

A partir da pesquisa de campo realizada em quintais e hortas dos feirantes e das feirantes pesquisadas, observamos que a maior parte dos alimentos comercializados nas feiras livres grajauenses são produtos oriundos da agricultura familiar, portanto, da sociobiodiversidade.

A necessidade de valorização de produtos locais e regionais é citada pelas Feirantes, 1 e 2, ao afirmarem que: “as coisas da roça agora estão tendo valor, antigamente não tinha” (Feirante 1), “se é de comprar de fora, compra daqui mesmo” (Feirante 2).

A partir dos dados levantados nesta investigação, dentre eles, os relatos das feirantes é possível afirmar que a cultura de fazer feiras livres é um ato de resistência, merecedor de reconhecimento pela oferta de alimentos locais, regionais e saudáveis.

As feiras livres também são vistas pelos feirantes e pelas feirantes-produtoras locais como fator de motivação para continuarem produzindo, cultivando, manejando quintais, hortas e até roçados, pois podem contar com um espaço para comercializar seus cultivos e interagir diretamente com os consumidores, e outros agricultores locais. Como afirma a Feirante 6: “a feira é um incentivo muito bom” e a Feirante 7 ao dizer que: “se não tivesse a feira, eu não venderia”.

Nesse contexto, Verano e Medina (2019) salientam que as feiras livres atuam, em muitos municípios do Brasil, como importantes canais de comercialização de cadeias curtas. Assim, por meio delas, é possível promover o encontro direto entre agricultores locais e consumidores, fortalecendo vínculos socioculturais, relações de confiança e favorecendo o escoamento de seus produtos.

INTERAÇÕES SOCIOCULTURAIS E FEIRAS LIVRES GRAJAUENSES

A feira livre é uma tradição para a população grajauense, sendo um espaço que possibilita relações de valorização socioeconômica, de confiança e identitária, além do fortalecimento do vínculo entre os agricultores familiares e suas produções. A feira livre, de acordo com Pereira, Brito e Pereira (2022, p. 180) é “uma experiência de resistência que se materializa no cotidiano da classe trabalhadora, sejam estes produtores, feirantes ou consumidores”.

Para os interlocutores, as feiras livres de Grajaú são também um espaço de trocas, de estabelecimento de vínculos e de sentimentos de pertencimento. Como relata a Feirante 1: “Eu me sinto orgulhosa porque é do que eu vivo e eu gosto, eu faço é gostar de vender. Gosto de estar na feira e atender meus clientes”. Segundo Pereira, Brito e Pereira (2022), diferentemente dos mercados convencionais, as feiras livres expressam os costumes locais, possibilitam o acesso a alimentos nativos e os modos de preparo regionais.

Para alguns feirantes, as relações estabelecidas com seus clientes remontam anos, e, há aqueles consumidores que procuram especificamente um feirante em questão para adquirir os seus produtos, demonstrando que há uma relação de confiança, de acolhimento e de reconhecimento, como destaca uma interlocutora: “Tenho uma cliente que quando chego na feira já separo as coisas dela”, contou uma feirante. Pereira, Brito e Pereira (2022, p. 186) destacam que “alguns feirantes ‘ganham fama’ pelos seus produtos, dada a qualidade e o capricho, que requerem um saber especializado, que passa pelo preparo e beneficiamento da produção, mas também pela forma de atendimento”. Situação semelhante ocorre com outros feirantes e consumidores das feiras livres grajauenses.

Neste sentido, Ibdaiwi (2023, p. 51) afirma que:

As feiras livres proporcionam muito mais que o atendimento às necessidades fisiológicas, pois elas apresentam as mais diversas expressões culturais, gerando relações que ultrapassam apenas os comerciais, onde feirantes e comerciantes, trocam experiências, vivências, histórias e porque não dizer afetos (Ibdaiwi, 2023, p. 51).

A partir dos relatos dos interlocutores e das interlocutoras as feiras livres são percebidas como local de escoamento dos produtos da agricultura familiar e possuidoras de um papel simbólico e de valorização identitária e cultural.

A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DAS FEIRAS LIVRES: O OLHAR DE FEIRANTES GRAJAUENSES

A dimensão socioeconômica das feiras livres em Grajaú-MA foi um dos pontos destacados pelos feirantes, pela sua relevância. Todos os participantes indicaram ser a atividade de feirante que garante parte do sus-

tento da família, para alguns a única fonte de renda, como relata a Feirante 1 “comecei com a cara e com a coragem, comecei por necessidade, hoje tenho meu dinheirinho para comprar minhas coisas”.

A partir dos relatos das interlocutoras e dos interlocutores a faixa de valor indicada como resultante da atividade de feirante ficou em torno de um salário mínimo, uma faixa de renda considerada pelas feirantes e pelos feirantes entre boa e razoável. Outro aspecto destacado sobre o trabalho como feirante foi a possibilidade de uma melhor qualidade de vida e de liberdade financeira que a feira traz, sobretudo, para as mulheres. Como afirma a Feirante 6, quando questionada sobre o maior benefício da feira em sua vida: “a renda e a autonomia de vender meus produtos”. Assim, Ibdaiwi (2023, p. 39) observa que “as feiras são essenciais para os produtores, pois geram rendas em vendas diretas, reduzindo custos de comercialização e estimulando a interação”. Portanto, as feiras livres são espaços de construção de autonomia financeira.

Meus e Ethur (2021) ressaltam o valor do trabalho da mulher-produtora local na geração de renda para a manutenção da família, buscando trazer visibilidade para seus esforços e para seu protagonismo nas atividades de produção desenvolvidas como agricultora familiar, mãe, dona de casa e em outras esferas da sua vida. Dessa forma, a mulher vem contribuindo com a geração de renda a partir das atividades da agricultura familiar para o sustento de suas famílias.

As feiras livres fortalecem a economia local e geram renda para as famílias das feirantes e dos feirantes grajauenses, ao passo que oferecem produtos mais saudáveis aos seus clientes. A questão de gênero chama atenção neste contexto, pois o trabalho invisibilizado da mulher feirante e produtora local é evidenciado como parte importante da economia das suas famílias. Portanto, suscitamos que essas interações são as interconexões estabelecidas entre produtos da agricultura familiar, o acesso a alimentos saudáveis e a importância das feiras livres para a economia do município de Grajaú-MA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira é um lugar de movimento, de vida, de resistência, de trocas de saberes, sua importância vai além do econômico e possibilita alcançar construções sociais, culturais e identitárias entre os feirantes e clientes, relações que carecem de valorização e visibilidade.

Na cidade de Grajaú-MA, ir à feira é um hábito construído e passado de geração para geração. É uma prática consolidada e de valorização da produção local, realizada pela população que, dessa forma, acessa alimentos mais saudáveis e produtos locais e regionais. A partir da análise dos dados coletados podemos inferir que as feiras livres grajauenses são espaços que conectam cultura, identidade, produtos da sociobiodiversidade e geração de renda, sobretudo para as mulheres, que a partir de seu trabalho como produtoras locais-feirantes conquistaram certa autonomia financeira, pois, da produção advinda da agricultura familiar e comercializadas nas feiras livres retiram parte e/ou até todo o sustento de suas famílias.

Os dados elencados nesta pesquisa trarão visibilidade para às feiras livres grajauenses, ambiente que, apesar das mudanças no mundo do comércio, continua resistindo e sendo preferência para boa parte da população, pois ir à feira é um hábito naturalizado e mantido por gerações. Desse modo, as feiras livres refletem-se como locais de fortalecimento da cultura, da resistência de cadeias curtas e de comercialização de alimentos, possibilitando o acesso à segurança e soberania alimentar à população grajauense.

REFERÊNCIAS

AIRES, Júlia do Rêgo. *Quintais produtivos*. Viçosa: UFV, IPPDS, 2022. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/jspui/handle/123456789/85>. Acesso em : 20 nov. 2024.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. *Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br/~etnomat/teses/fazendo-a-feira.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Fundamentos da investigação qualitativa em educação: uma introdução. In: BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 2 ed. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994. p.13-84.

CARVALHO, Francislene de Fátima; GROSSI, Selma de Fátima. A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. *Revista Interface Tecnológica*, Taquaritinga, v. 16, n. 2, p. 226-234, 2019. DOI: 10.31510/infa.v16i2.665. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/665>. Acesso em: 02 jun. 2025.

IBDAIWI, Thiago Kader Rajeh. Entre o Campo e a Cidade: as feiras livres. In: IBDIWI, Thiago Kader Rajeh. *Todo dia é dia de feira: um estudo sobre as feiras da cidade de Santa Maria – RS*. 2023. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. p. 27-44. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/28820>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARTINAZZO, Maria Regina; ZANELLA, Cleunice; POZZO, Bruna. Dal. Cadeias curtas de produção: feiras livres como agentes de desenvolvimento da agricultura familiar, Maringá. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2020, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2020. p. 1-15. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/dac32839a9f0baae954b41abee610cc0.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MEUS, Albina Graciela Aguilar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. *Revista Conexão UEPEG*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/17327>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção dos instrumentos e exploração de campo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010. cap. 2, p. 99-101.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. 09 out. 2024.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA, Samanta Borges; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Viviane Guimarães. Feira-livre como experiência de Bem Viver: uma expressão pulsante das resistências cotidianas. *Percursos*, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 180–210, 2022. DOI: 10.5965/1984724623532022180. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22257>. Acesso em: 20 out. 2024.

RIBAS, Maria Teresa Gomes de Oliveira; RIGON, Silvia do Amaral (org.). Tecendo o enfoque da Alimentação Adequada e Saudável na perspectiva brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). In: GRACIA, Mariana Tarricone; BÓGUS, Cláudia Maria; COELHO, Denise Eugenia Pereira. *Livro-Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. cap.1, p. 29-45.

VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel da Silva. Comercialização por agricultores familiares em feiras municipais: quantificação, participação, e localização no estado de Goiás. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1045–1056, 2019. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1984>. Acesso em: 19 nov. 2024.



TURISMO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE BABAÇULÂNDIA (TO) E CAROLINA (MA)

CHRISTIANO SOUSA VIANA, PP GEO - UFNT,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9494-6530>

CARLOS AUGUSTO MACHADO, Orientador PP GEO - UFNT,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0366-7234>

INTRODUÇÃO

A pesquisa com o tema Turismo Sustentável visa investigar como a educação ambiental pode promover a atividade econômica que respeite as características socioambientais da região, contribuindo para a valorização do patrimônio natural e cultural. A Educação Ambiental se destaca neste contexto como uma importante estratégia para fomentar práticas turísticas sustentáveis. Com relação à prática educacional, esta se baseia na inclusão da conscientização ecológica com medidas efetivas de preservação dos recursos naturais.

A questão ambiental tem sido cada vez mais reconhecida como fundamental para a sociedade, uma vez que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e a utilização dos recursos naturais pelo ser humano. Com a crescente relevância do turismo que não apenas impulsiona a economia local, mas também influencia a cultura e a identidade dos envolvidos, tornando-se um campo de estudo essencial para compreendermos as dinâmicas sociais contemporâneas.

O crescimento do turismo em áreas naturais tem despertado preocupações quanto à sustentabilidade ambiental, principalmente em pequenos municípios, como Babaçulândia e Carolina, localizados nos estados do Tocantins e Maranhão. Os municípios apresentam paisagens consideradas privilegiadas por suas belezas naturais e vem atraindo muitos visitantes. Neste contexto, a educação ambiental em consonância com o turismo sustentável emerge como um instrumento essencial para promover a conscientização e a participação da comunidade e de seus visitantes, no que diz respeito ao uso responsável dos recursos naturais.

Acredita-se que, mediante uma abordagem geográfica, o estudo pretende integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, ressaltando a importância de um planejamento turístico que esteja alinhado com a sustentabilidade. Considerando que o turismo é uma das atividades econômicas que mais impactam o meio ambiente, o turismo sustentável se torna essencial para garantir que turistas e residentes compreendam a necessidade de preservar a biodiversidade e os ecossistemas locais, promovendo práticas que não apenas respeitem, mas também revitalizem o patrimônio natural.

Neste contexto, abordamos a importância da conservação e preservação ambiental para o desenvolvimento sustentável do turismo no município de Babaçulândia e Carolina. O município de Babaçulândia no Tocantins foi fundado em 1954, na margem esquerda do Rio Tocantins. O município se limita ao leste com o estado do Maranhão e ao oeste com a cidade de Araguaína. Babaçulândia faz parte da microrregião de Araguaína e da mesorregião ocidental do Tocantins, estando a 435 km da capital, Palmas, no estado do Tocantins. A área total é de 1.788.461 km, com uma média de 178 metros de altitude, estando localizada na latitude 07° 12'17" S longitude 47° 45' 25" Wgr (SEPLAN, 2017). O município de Carolina, está localizado no estado do Maranhão, foi fundado em 8 de julho de 1859. Pertencente a mesorregião do Sul do Maranhão e pertence à microrregião de Porto Franco

(MA). O município de Carolina fica a 860 km da capital de São Luís, com uma área de 6.267,67 km² e com altitude de 148 metros (IBGE, 2023).

Babaçulândia e Carolina enfrentam desafios significativos em relação à degradação ambiental causada pela atividade turística descontrolada, como também a poluição dos rios e a degradação de habitats naturais. Portanto, a implementação de programas ambientais se torna essencial para mitigar esses efeitos e promover um turismo sustentável que respeite e valorize os recursos locais.

Em um mundo cada vez mais afetado pelas mudanças climáticas e pela perda da biodiversidade, a educação sobre os impactos das atividades turísticas é uma das formas de tentar reduzir tais consequências. O turismo sustentável não apenas ajuda a preservar o meio ambiente, mas também contribui para a economia local, garantindo que as comunidades possam prosperar sem comprometer os recursos naturais que sustentam suas vidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo, pretende-se primeiro realizar uma investigação teórica para obter uma compreensão mais profunda do objeto de pesquisa. Esta pesquisa identificou os principais autores: Swarbrooke (2002), Jacobi (2003), Silva (2004), Souza (2005) Godelier (2006b), Dias (2008), Barbieri (2011), Smith; Jones (2020) e Ruschmann (1997). A partir de leituras e aprofundamento teórico com esses pesquisadores, definiu-se os conceitos de “educação ambiental” e “turismo sustentável” para abordar este estudo, os quais estão refletidos ao longo do texto.

A categoria Paisagem auxiliam a reforçar a consciência ambiental e a responsabilidade coletiva na preservação dos ecossistemas e culturas. O turismo sustentável, por meio de atividades práticas como oficinas de reciclagem e caminhadas ecológicas, utiliza a noção da paisagem para ensinar

a interdependência entre seres humanos e meio ambiente, promovendo uma ótica de sustentabilidade.

Bertrand (2004) destacou em seu estudo que as paisagens integram todos os elementos das atividades humanas e naturais.

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (Bertrand, 2004, p. 141).

Por outro lado, no turismo sustentável, a compreensão da paisagem permite que se planeje e desenvolva o turismo para minimizar os impactos negativos, como é o caso da degradação de áreas naturais, e maximizar os benefícios sociais, econômicos e ambientais. Portanto, a preservação do meio ambiente é essencial não apenas para garantir a sobrevivência das espécies e a qualidade de vida das futuras gerações, mas também para fomentar a economia local. O turismo sustentável pode gerar empregos e renda, e ao mesmo tempo educar a população sobre a importância da conservação dos recursos naturais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A EA é o campo de estudo que visa desenvolver uma compreensão crítica das questões ecológicas, promovendo a conscientização sobre os impactos das atividades humanas no meio ambiente e incentivando ações sustentáveis. Essa abordagem não apenas informa, mas também capacita os indivíduos a tomarem decisões conscientes que contribuam para a preservação do meio ambiente.

Ao promover essa conscientização, a educação ambiental cumpre um papel fundamental ao capacitar indivíduos para se tornarem agentes ativos na busca por soluções para os desafios ecológicos. Nesse sentido, investigar a implementação da educação ambiental nas escolas e seu impacto na formação de cidadãos críticos é essencial para compreender seu papel na mitigação dos problemas ambientais. Conforme Dias (2008) a EA é:

[...] base para a conservação da biodiversidade, e, portanto, torna-se fundamental a inclusão da população local em programas educativos. Essas atividades devem ser desenvolvidas em todos os níveis, na comunidade local. Devem envolver os estudantes das escolas próximas, a população residente, os comerciantes, as autoridades locais e pessoas de modo geral que habitem em núcleos urbanos próximos a áreas protegidas (Dias, 2008, p.179).

Ao enfatizar a necessidade de programas educativos em todos os níveis, a citação reconhece que a conscientização ambiental precisa ser difundida amplamente, engajando diferentes atores sociais, desde estudantes até comerciantes e autoridades locais.

O Tratado de EA para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global, estabelece uma definição de EA como “um processo de aprendizado permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, que contribua para a formação de uma, sociedade justa e ecologicamente equilibrada” (Unesco, 1997, apud Barbieri, 2011. P. 83). É de suma importância incentivar as pessoas a refletirem sobre suas próprias ações, incentivando-as a modificarem seus hábitos que interferem negativamente no meio ambiente.

Conforme Barbieri (2011, p.82), a meta da EA é, “desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente para

atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas”. Assim, este estudo propõe analisar como os programas de educação ambiental podem ser integrados nas escolas para cultivar uma consciência crítica entre os alunos sobre a relevância da sustentabilidade.

A educação ambiental e o turismo sustentável precisa ser integrada ao cotidiano, permeando diferentes áreas do conhecimento, e envolvendo a participação ativa da sociedade, chegando além da simples transmissão de informações, estimulando a reflexão crítica e a ação responsável, visando promover mudanças de comportamento que levem à preservação do meio ambiente.

A Lei nº 9.795 de 1999 no Brasil, foi a responsável por instituir a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa lei transformou a EA em um processo educativo mais amplo, estabelecendo-a em todos os níveis e modalidades de ensino, formal e não formal. Conceitua-se educação ambiental, como a educação voltada para a sensibilização e compreensão de questões ambientais e para a promoção de valores, atitudes e habilidades que incentivem a conservação do meio ambiente.

A Lei nº 9.795/1999 define educação ambiental como

[...] os processos, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa educação busca não apenas a conscientização, mas também a prática de ações sustentáveis e a promoção de uma convivência harmônica com o meio natural, contemplando a participação da sociedade e o desenvolvimento sustentável em diferentes contextos e faixas etárias,

tanto na educação formal (escolas e universidades) quanto na não formal (comunidades, empresas, ONGs etc.). Com base no seguinte, o artigo 3º, V, da Lei nº 9.795 compete,

[...] às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente (Brasil, 1999).

Segundo Jacobi (2003), é fundamental conscientizar as pessoas de que a responsabilidade pela sustentabilidade não recai apenas sobre os órgãos públicos; na verdade, todos são corresponsáveis por promovê-la. A responsabilidade ressalta que o impacto positivo só será alcançado com a colaboração entre governo, setor privado e indivíduos, criando uma rede de apoio mútua para garantir práticas ambientais efetivas.

TURISMO SUSTENTÁVEL

A indústria do turismo, é um dos ramos econômicos que mais cresce no mundo, tendo uma grande contribuição para a economia de diversos países. No entanto, esse progresso traz dificuldades, como a degradação do meio ambiente e o risco de extinção das culturas locais. Em resposta a essas questões, o Ministério do Turismo destaca o conceito de turismo sustentável, definindo-o como uma prática que atende às necessidades tanto dos visitantes quanto das comunidades locais, garantindo a preservação cultural, a integridade dos ambientes naturais e a proteção da biodiversidade para as gerações futuras. (Brasil, 2009 apud Brasil, 2016, p.7).

Swarbrooke (2002, p. 19) apresenta a definição mais semelhante sobre turismo sustentável, salientando que essa é uma atividade que se

caracteriza por ser “economicamente viável e que não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente natural e o aspecto social da comunidade local”.

A referida Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008 é conhecida como Lei do Turismo, sendo representada como o principal marco legal do turismo no país, traz em si a definição dos objetivos da Política Nacional de Turismo de:

[...] promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (Brasil, 2020).

Deste modo, Swarbrooke (2002), define o turismo sustentável como um modelo que combina crescimento econômico e preservação, assegurando benefícios tanto para as gerações presentes quanto futuras. Compreender os princípios fundamentais que unem a EA e o turismo sustentável é crucial para estabelecer uma base sólida nesse campo de estudo.

Para Smith; Jones (2020), a educação ambiental no turismo não só aumenta a conscientização dos visitantes, como também tem um papel vital na preservação dos ecossistemas locais. Nesse sentido a educação ambiental não é apenas uma ferramenta de conscientização, mas também uma estratégia vital para garantir que o turismo contribua positivamente para a preservação dos ecossistemas e para a construção de um turismo mais responsável e sustentável.

De acordo com Brito; Barros (2020), a educação ambiental tem um papel fundamental no turismo sustentável ao fomentar o conhecimento e a conscientização sobre as consequências das atividades turísticas para

o meio ambiente. Ambos afirmam que “a educação ambiental é um processo contínuo que visa desenvolver uma consciência crítica sobre a preservação ambiental, integrando aspectos culturais e sociais com a prática turística sustentável”.

A educação ambiental pode ter um impacto positivo em diversos aspectos do turismo sustentável, desde a escolha de destinos e meios de transporte até o consumo consciente e o respeito às culturas locais. Para assegurar a sustentabilidade em suas atividades turísticas, tanto os visitantes quanto os operadores turísticos e profissionais do ramo precisam ser constantemente capacitados.

MATERIAIS E MÉTODOS

A execução da pesquisa foi dividida em etapas bem definidas. Inicialmente, foi realizada uma análise do referencial teórico, com o intuito de fundamentar conceitualmente a relação entre turismo sustentável e educação ambiental. Essa etapa teórica contou com a leitura crítica de autores como Swarbrooke (2002), Jacobi (2003), Silva (2004), Souza (2005), Godelier (2006b), Dias (2008), Barbieri (2011), Smith & Jones (2020) e Ruschmann (1999). A partir desses estudos, foram definidos os conceitos operacionais utilizados ao longo da pesquisa, notadamente os de “educação ambiental” e “turismo sustentável”.

A metodologia adotada possui abordagem qualitativa com procedimentos que incluem a realização de entrevistas semiestruturadas, trabalhos de campo e análise fotográfica. As entrevistas foram aplicadas a quatro grupos de participantes: gestores públicos, moradores locais, visitantes e comerciantes do setor turístico. A seleção dos entrevistados ocorreu por meio de amostragem intencional, priorizando sujeitos com envolvimento direto ou relevante com a temática estudada, de modo a garantir a riqueza e profundidade das informações obtidas.

O trabalho de campo inclui visitas técnicas a áreas de conservação e preservação nos dois municípios, com destaque para o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), no Maranhão, e as margens do rio Tocantins em ambos os territórios. Nessas visitas, serão realizadas observações diretas, registros fotográficos e anotações em diário de campo, com o objetivo de mapear as áreas propícias ao desenvolvimento do turismo sustentável e levantar dados sobre a infraestrutura existente, a presença de práticas sustentáveis e os desafios enfrentados.

A pesquisa também busca analisar o papel da administração pública municipal na promoção do turismo sustentável, investigando a existência de políticas públicas, planos de manejo, programas de incentivo à economia local e ações educativas voltadas à comunidade e aos visitantes. Nesse sentido, a importância da educação ambiental foi um eixo transversal da análise, sendo observada tanto nas entrevistas quanto nas práticas comunitárias identificadas.

Ao longo da execução da pesquisa, vão se levantados dados que apontam para o alto potencial turístico de Babaçulândia e Carolina, especialmente em relação aos seus recursos naturais e à diversidade cultural da região. No entanto, foram também identificados entraves estruturais e institucionais que dificultam o pleno desenvolvimento do turismo sustentável, tais como a precariedade da infraestrutura turística, a ausência de integração entre os entes públicos e a baixa participação das comunidades locais nos processos decisórios.

Esses procedimentos permitirão não apenas diagnosticar a situação atual, mas também propor diretrizes e recomendações para o fortalecimento do turismo sustentável nos dois municípios estudados, com foco na valorização do meio ambiente, da cultura local e da inclusão social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na execução parcial da pesquisa que investiga a sustentabilidade ambiental da atividade turística nos municípios de Babaçulândia (TO) e Carolina (MA), já é possível apresentar resultados preliminares e discutir alguns aspectos significativos observados até o momento. A abordagem qualitativa adotada, fundamentada em uma sólida revisão teórica e metodológica, tem proporcionado uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais envolvendo turismo e sustentabilidade ambiental.

Os dados obtidos até o momento, por meio de observações preliminares, registros fotográficos e o início das entrevistas semiestruturadas com moradores, gestores públicos e agentes do setor turístico apontam para algumas potencialidades marcantes nos dois municípios.

Outro aspecto relevante em discussão diz respeito ao papel da administração municipal. Gestores públicos ouvidos até o momento reconhecem a importância do turismo, mas apontam dificuldades técnicas, financeiras e políticas para implantar ações sustentáveis. Muitos projetos acabam sendo descontinuados com a troca de gestão, o que compromete a continuidade das ações.

A educação ambiental se mostra como um elo fundamental para transformar o turismo em uma prática mais consciente e sustentável. As entrevistas iniciais com professores, agentes culturais e lideranças comunitárias sugerem que há interesse da população em se apropriar dos recursos naturais e culturais do território como elementos de identidade e geração de renda, desde que acompanhados de processos formativos consistentes.

A pesquisa também tem identificado experiências pontuais promissoras, especialmente em Carolina, onde grupos locais têm promovido passeios guiados com foco ambiental e atividades educativas. Em Babaçulândia, iniciativas informais de moradores que atuam como guias e promovem

passeios no rio indicam um caminho para o fortalecimento do turismo de base comunitária, embora ainda careçam de apoio institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em desenvolvimento sobre o turismo sustentável nos municípios de Babaçulândia (TO) e Carolina (MA), ao focar na sustentabilidade ambiental da atividade turística, tem revelado um panorama complexo e promissor. A partir dos procedimentos metodológicos adotados, com ênfase na abordagem qualitativa, na revisão de literatura e nas entrevistas com atores locais, já é possível construir considerações preliminares relevantes que apontam tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pela atividade turística nas regiões estudadas.

Os dados coletados até o momento evidenciam que ambos os municípios possuem notável potencial turístico, especialmente por suas riquezas naturais, como o rio Tocantins e o Parque Nacional da Chapada das Mesas, inseridos em uma área de transição ecológica do bioma Cerrado. Tais atrativos configuram-se como elementos centrais para o desenvolvimento de um turismo pautado na sustentabilidade, com possibilidades de integração entre conservação ambiental, geração de renda e valorização cultural.

No entanto, as análises iniciais apontam entraves que ainda limitam o pleno desenvolvimento do turismo sustentável local. Entre os principais desafios observados estão a precariedade da infraestrutura de acesso e serviços turísticos, a carência de políticas públicas articuladas e duradouras para o setor, e a limitada participação das comunidades locais na gestão e no planejamento da atividade turística. Esses fatores tornam o crescimento do turismo local vulnerável a modelos excludentes e ambientalmente degradantes, caso não sejam reorientados com base em princípios sustentáveis.

A pesquisa tem enfatizado também a importância estratégica da educação ambiental como instrumento de sensibilização e conscientização, tanto para turistas quanto para a população residente. Os primeiros resultados das entrevistas e observações indicam que, quando bem orientadas, práticas de educação ambiental contribuem significativamente para a valorização dos patrimônios naturais e culturais, além de fortalecer a identidade local e o sentimento de pertencimento das comunidades. Essa dimensão educativa emerge como elemento indispensável à construção de um modelo de turismo que respeite os limites ecológicos e promova o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília DF, 27/04/1999.
- BRASIL, Ministério do Turismo. *Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro*. 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.1.1.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.
- Brito, A. & Barros, C. (2020). *Educação Ambiental e Turismo Sustentável: Desafios e Oportunidades*. Revista de Turismo e Sustentabilidade.
- DIAS, R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. 1. ed. – 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- JACOBI, P. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189- 205, 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11771-17-setembro-2008-580751-publicacaooriginal-103604-pl.html>. Acesso em: 04 mar. 2025.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SMITH, John; JONES, Mary. *Educação ambiental no turismo e a preservação dos ecossistemas*. 2020.

Turismo Sustentável no Município de Babaçulândia (TO) e Carolina (MA)

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002. 250p.

UNESCO. *A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável*. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/this-office/prizes-and-celebrations/2017>. Acesso em: 10 out. 2024.

ESTUDO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS DO CENTRO-NORTE DO TOCANTINS

WESLEY PEREIRA DA SILVA, Universidade Federal do Norte Tocantins,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0846-8786>

ELISEU PEREIRA DE BRITO, Universidade Federal do Norte Tocantins,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2788-6636>

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda as comunidades tradicionais extrativistas de frutos e plantas na região Centro-Norte do Tocantins, analisando suas dinâmicas socioeconômicas e os efeitos da bioeconomia em seus modos de vida. Os objetivos específicos incluíram a observação dessas comunidades envolvidas na comercialização de produtos em feiras agroecológicas em Araguaína, bem como a análise do papel da economia extrativista na geração de renda.

O objetivo da pesquisa é entender como essas comunidades se integram ao contexto regional, particularmente em regiões de transição, onde as maneiras de apropriação do ambiente diferem dos ciclos extrativistas da Amazônia. A metodologia empregada mescla pesquisa qualitativa, fundamentada em Guerra (2024) e abordagens empíricas, englobando estudos de gabinete em fontes secundárias (dados do IBGE, Embrapa e associações extrativistas) e trabalho de campo. Entrevistas foram conduzidas com duas mulheres extrativistas: uma agricultora familiar e artesã de Ananás (TO) e uma quilombola de Muricilândia (TO). Também foram feitas

observações *in loco* durante a VI Feira da Agricultura Familiar e Artesanato das Mulheres Camponesas do Tocantins, realizada em Araguaína.

A análise inicial empregou a “árvore de problemas” (Verdejo, 2006) para organizar a questão central: a sustentabilidade ambiental e suas consequências, como a deterioração das condições de trabalho e deslocamento de comunidades em função de hidrelétricas e desmatamento. O conceito de povos tradicionais, conforme o Decreto n.º 6.040/2007, que enfatiza sua organização social e dependência de recursos naturais para a manutenção de sua cultura e economia, serve como base teórica.

A análise também é guiada pela visão de Brito e Almeida (2017) sobre as dinâmicas socioespaciais, que destaca a conexão entre extrativismo, território e identidade. Os primeiros resultados sugerem que o extrativismo contribui para a renda familiar, principalmente por meio do artesanato e da venda de produtos, como buriti e pescado. No entanto, ainda existem lacunas sobre o impacto econômico dessas atividades, o que requer uma análise mais aprofundada dos dados oficiais. Além disso, o estudo destacou a variedade de produtos relacionados à natureza, desde tecidos e fibras até culinária tradicional, enfatizando a sensibilidade dessas comunidades em relação à sustentabilidade ambiental.

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foram analisadas as comunidades tradicionais extrativistas do Centro-Norte do Tocantins, focando-se em suas estratégias de geração de renda por meio da bioeconomia e nos estilos de vida da população extrativista da região. É importante destacar que as maneiras como as populações tradicionais nas áreas de transição se apropriam do meio ambiente diferem dos ciclos extrativistas da Amazônia.

Buscou-se com este estudo entender melhor as populações tradicionais, para descrever de que forma os efeitos e causas relacionados à

sustentabilidade ambiental têm produzido resultados positivos e negativos nas suas produções.

Observou-se inicialmente que os efeitos podem incluir a construção de obras de infraestrutura, como hidrelétricas, que contribuem para o agravamento das dificuldades de acesso aos rios, precarização do trabalho e obstáculos na obtenção do pescado, um dos principais itens para a geração de renda dessas comunidades.

O item 1 do plano de trabalho definiu os estudos de gabinete em fontes de dados oficiais e associações a respeito das populações extrativistas. Nessa fase, foram realizados os primeiros estudos de gabinete em fontes secundárias que contêm orientações para a pesquisa científica, especialmente no que diz respeito aos estudos de metodologia científica. Além disso, foram conduzidas pesquisas secundárias utilizando dados provenientes da Embrapa e do IBGE. Essa ação abrange a etapa inicial do estudo, que consiste em pesquisar e analisar dados do Censo Agropecuário, informações da Embrapa Cerrados/Amazônia e dados de associações extrativistas.

A pesquisa tem seguido a orientação de Guerra 2024, que afirma que a pesquisa qualitativa deve incluir amostras ou informações que qualifiquem o estudo na coleta de dados e informações. Com esse entendimento, foi possível elaborar as primeiras reflexões sobre o assunto em questão.

A organização dos procedimentos metodológicos foi a seguinte:

- 1) Estudos de dados em fontes oficiais – Embrapa: para realizar a coleta, empregaram-se métodos como o banco de dados Agrotec. Para escolher as informações, foi preciso assistir a tutoriais no YouTube para entender melhor as ferramentas de busca e filtragem de dados em bases de dados.
- 2) Duas mulheres foram entrevistadas durante os procedimentos de campo. As mulheres apresentaram um perfil de agricultoras familiares e artesãs, participando da comercialização de seus produtos em feiras na cidade de Araguaína.

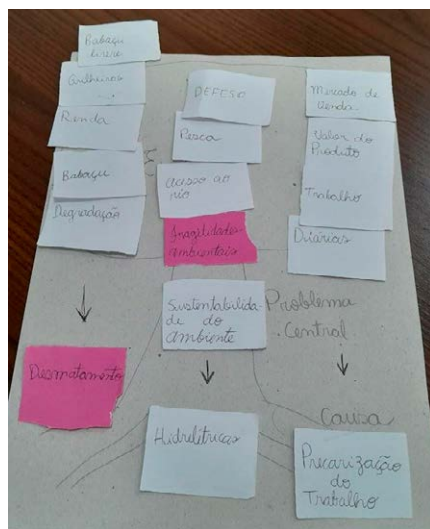
- 3) Observação *in loco* dos produtos em destaque expostos em feiras na cidade. Para realizar a observação, o pesquisador percorreu as barracas, observando os produtos de artesanato e da agricultura familiar. Essa constatação foi relevante para entender a variedade da produção agrícola e a estruturação do trabalho de artesanato feminino, que complementa a renda por meio da venda de produtos da agricultura familiar.

SOBRE AS FEIRAS

Embora preliminares, os resultados aqui expostos fornecem alguns indícios que apoiam a proposta de pesquisa elaborada na Iniciação Científica. Esses resultados visam contribuir para a construção do empírico da pesquisa, especialmente no que se refere às atividades de campo e às leituras conceituais, predominantemente relacionadas à metodologia científica. Um dos primeiros exercícios realizados consistiu em identificar e formular a questão de pesquisa. Para isso, utilizou-se a árvore de problemas baseada em Verdejo (2006). O autor propõe uma abordagem focada na identificação do problema por meio de um exercício que envolve a manipulação das palavras-chave, organizando-as em causa, efeito e problema central. Para isso, foi elaborada a árvore a seguir.

O resultado principal, obtido por meio de uma ferramenta do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), indicou que os estudos propostos para os extrativistas enfrentam como desafio central a sustentabilidade ambiental. É por meio dela que se observam as principais causas de impactos negativos, como a deterioração das condições de trabalho, deslocamento forçado devido à construção de hidrelétricas e desmatamento. Esses fatores estão diretamente ligados aos efeitos das fragilidades no ambiente, no trabalho e na produção de frutos e seus derivados.

Figura 1 - Árvore de problemas da pesquisa sobre a produção da população agrícola



Fonte: atividades realizadas no LECET, 2024.

Definiu-se como leitura principal para conduzir a pesquisa a bioeconomia e sua contribuição para a geração de renda em comunidades tradicionais. Compreende-se isso à luz do Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Art. 3:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Desenvolveu-se a leitura com base na perspectiva de Brito e Almeida (2017), que propuseram uma análise das populações extrativistas focada

no viés geográfico das dinâmicas socioespaciais. Com uma orientação da pesquisa em mãos, iniciou-se a elaboração das observações *in locus* por meio de entrevistas e descrições de campo.

Em razão da VI Feira da Agricultura Familiar e Artesanatos das Mulheres Camponesas do Tocantins, no dia 8 de março de 2025, foram conduzidas duas pesquisas de informação com mulheres em suas barracas montadas na Via Lago, em Araguaína. Segue o perfil das informantes:

- a) A primeira informante é uma camponesa oriunda do Assentamento P.A. Antonio Moreira, localizado no município de Ananás (TO). O seu perfil de identidade é:

“A gente trabalha como artesã, trabalha na zona rural. Assim, trabalhando com a terra, plantando e colhendo.”

- b) Refere-se a uma mulher cuja principal fonte de trabalho e renda é a atividade rural. Entretanto, notou-se que também há produtos do extrativismo, como pescado e frutos, como buriti, que contribuem para complementar suas rendas. Elas não apenas cuidam da casa, como também plantam, colhem, pescam e vendem seus produtos. Além disso, praticam a arte do artesanato em tecidos, criando tapetes e panos de prato bordados.

A segunda informante é uma camponesa da Comunidade Quilombo-la Dona Juscelina, localizada no município de Muricilândia (TO). Também de perfil rural, que tem na agricultura sua principal fonte de sustento familiar. Ela produz peças artísticas no trabalho artesanal com tecidos e fibras naturais. De certa forma, esse perfil recorre ao extrativismo vegetal como complemento da renda familiar e utiliza a venda desses produtos como uma fonte adicional de dinheiro para a compra de uma casa.

É importante destacar no segundo perfil que os utensílios e adornos são feitos com fibras naturais e palhas, como cestos e chapéus, que são comercializados em mercados locais e feiras.

Embora os dados ainda sejam preliminares, a atividade extrativista tem sido vista como uma fonte complementar de renda para as famílias. No entanto, por meio de dados oficiais e extraoficiais, ainda resta saber qual é o valor dessa complementação na renda familiar proveniente do extrativismo e da arte. Essas questões serão abordadas ao longo desta pesquisa.

Também foi criado um banco de dados com fotografias e informações empíricas e conceituais que, por ainda estarem em fase de elaboração, não foram incluídas nesta versão preliminar do relatório. O método de observação direta em feira agrícola, empregado na realização da pesquisa, permitiu que se apresentassem algumas características específicas da observação *in locus*.

Figura 2 - Produtos em caixa plástica com pequena quantidade colhida em lavouras



Foto: março de 2025

Figura 3 -Produção em pequena escala e variada, incluindo abóboras, bananas e limões cultivados em pequenas roças



Foto: março de 2025

Também se mostrou a arte que complementa a produção agrícola. Notou-se que a arte se manifesta na culinária, por meio de doces, bolos,

temperos e pratos, além de estar presente no artesanato, como tecidos, fibras, madeira, etc. Há uma variedade de produções que está conectada com a natureza e atenta à sustentabilidade ambiental.

Figura 4 -Doços diversos feitos à mão: cocada, leite em cubos e mamão cristalizado



Foto: março de 2025

Figura 5 - Cestos são itens artesanais feitos com palhas de buriti



Foto: março de 2025

Durante o trabalho de campo realizado em julho de 2025, observou-se uma variedade significativa de produtos vendidos em diversas barracas da feira do Entroncamento em Araguaína-TO aos domingos. Essa diversidade reflete as dinâmicas socioeconômicas e de abastecimento alimentar da região. No primeiro plano, há uma variedade de peixes frescos dispostos em caixas de isopor, o que demonstra a relevância da atividade pesqueira e a disponibilidade de recursos hídricos na área.

Em outra parte da feira, uma enorme tigela metálica cheia de ovos de galinha, com variações de cores que indicam diferentes raças ou métodos de criação, sinalizando a produção avícola de pequeno porte ou familiar. Além disso, há registros de produtos a granel, como sacas de grãos de

feijão, fava e farinha, abóbora e tubérculos, como mandioca. Esses itens, com a presença de hortaliças (como alface, coentro e cebolinha), frutas (como pimentão, tomate, banana e mamão) e uma variedade de produtos extrativistas e temperos secos dispostos em bandejas (como folhas e pós diversos) destacam a importância da agricultura familiar e do extrativismo na oferta de alimentos e insumos na feira.

Essa diversidade de produtos não só evidencia a capacidade de produção local e regional, como também indica uma rede de comercialização que abrange diversas formas de produção, desde a pesca e o extrativismo até a agricultura de subsistência e de pequena escala, típica de centros urbanos em áreas de transição entre a Amazônia e o Cerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo indicam que o extrativismo vegetal desempenha um papel importante nas comunidades tradicionais do Centro-Norte do Tocantins. As mulheres têm um papel significativo nas atividades, predominando nas bancas das feiras. Porém, não somente como participantes da economia, mas também como guardiãs de conhecimentos tradicionais e impulsionadoras da sustentabilidade ambiental. Contudo, os obstáculos são consideráveis, como a ausência de políticas públicas apropriadas e as alterações climáticas, que colocam em risco a continuidade dessas ações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou este estudo por meio de uma bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto n.º 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Decreto*. Brasília, DF: Diário Oficial, 7 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRITO, Eliseu Pereira de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. *Geosul*, 32(63), pp. 229-249, 2017. Acesso em: 9 jun. 2020.

GUERRA, A. de L. e R. *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.4019>. Acesso em: 3 set. 2025.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

QUINTAIS PRODUTIVOS EM GRAJAÚ-MA: O CULTIVO DE PLANTAS ALIMENTÍCIAS E MEDICINAIS

PRICILA SANTOS DE ALMEIDA, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6266-5598>

NEUSANI OLIVEIRA IVES-FÉLIX, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8370-8933>

INTRODUÇÃO

É inegável que os benefícios dos quintais produtivos vão muito além da oferta de uma alimentação saudável. Como um dos mais antigos espaços de manejo da terra, eles desempenham um papel fundamental na subsistência de seus moradores, enriquecendo a dieta com maior diversidade de nutrientes e promovendo a soberania alimentar. Para Ives-Felix (2023), eles fortalecem os vínculos sociais ao preservarem práticas culturais e saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que funcionam como importantes reservatórios de biodiversidade, contribuindo para a conservação dos recursos genéticos e para o equilíbrio dos ecossistemas locais.

Para Cultrera, Amorozo e Ferreira (2012), essa prática é uma forma de manter os aspectos da vida a que era habituada(o) para aqueles que anteriormente residiam na zona rural, isso inclui a preservação de espécies cultivadas. Gervazio *et. al.* (2022) ainda destacam a ótica da sustentabilidade, sendo que os quintais produtivos, configuram-se como espaços fundamentais para a promoção de práticas agrícolas ecologicamente

equilibradas. Mesmo que, na maioria das vezes, não haja um planejamento sistemático na escolha e disposição das espécies, o aproveitamento diversificado do espaço permite a formação de sistemas agroflorestais que maximizam o uso da área disponível, conservam os recursos naturais e mantêm a fertilidade do solo.

Os quintais produtivos também atuam como importantes espaços de terapia verde, oferecendo benefícios à saúde mental e emocional de seus cuidadores. O contato diário com a natureza, o cultivo de plantas e o cuidado com os animais promovem sensações de bem-estar, redução do estresse e melhora do humor, funcionando como uma forma acessível de autocuidado e promoção da qualidade de vida (Nobre et. al., 2021). Outrossim, essa interação com os elementos naturais favorece uma conexão sensorial e afetiva com o ambiente, contribuindo para o equilíbrio emocional. Assim, os quintais não são apenas fontes de alimentos e renda, mas também verdadeiros refúgios terapêuticos sustentáveis, integrando o cultivo da terra ao cuidado integral com o ser humano (Ribas e Rigon, 2024; Gervazio, 2022).

Nogueira, Favareto e Arana (2024) destacam que os espaços verdes são fundamentais para a saúde pública, pois atuam como ambientes restauradores, reduzindo estresse, ansiedade e fadiga mental. A interação com a natureza favorece a recuperação emocional por meio da fascinação suave e está associada à diminuição de sintomas depressivos e ansiosos, além de melhorar o humor e a qualidade de vida. Os autores afirmam ainda que há indicações de que o uso terapêutico desses espaços pode potencializar ainda mais os benefícios psicológicos, favorecendo o autoconhecimento, a autovalorização e a resiliência emocional.

Outrossim, a importância produtiva e ecológica dos quintais produtivos oferecem benefícios significativos à saúde dos seus cuidadores e fortalecem o vínculo entre o ser humano e a natureza. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo mapear quintais produtivos no mu-

nicípio de Grajaú-MA, identificando as variedades cultivadas e destacando a riqueza da agrobiodiversidade local, de modo a fornecer subsídios para futuras ações de valorização, conservação e uso sustentável desses espaços.

Cabe ressaltar que Grajaú-MA é o local da pesquisa, um município com uma população estimada em cerca de 76.578 habitantes em 2024, distribuída em uma área de aproximadamente 8.861,7 km². Conta com uma economia baseada principalmente na mineração de gesso e na agropecuária, destacando-se na produção de soja, milho e feijão (IBGE, 2023). O clima predominante é tropical subúmido seco, com estação chuvosa entre novembro e abril e seca de maio a outubro (Correia Filho et. al., 2011).

A cidade de Grajaú está localizada na mesorregião central do estado do Maranhão e pertence à microrregião do Alto Mearim e Grajaú, localizada na região pré-amazônica. Ela se desenvolveu às margens do rio de mesmo nome, que atravessa a cidade (Rodrigues, 2015). Rodeada por terras indígenas, como Araribóia, Bacurizinho e Morro Branco, a cidade vem sendo cada vez mais alvo da monocultura de soja, isso tem “gerado impactos significativos, como o desmatamento, a perda de biodiversidade e a contaminação dos recursos hídricos. Ademais, há também consequências sociais, como a concentração de terras e o deslocamento de comunidades tradicionais” (Melo, 2024, p. 12)

A relevância deste estudo está ancorada na compreensão dos quintais produtivos como sistemas agroecológicos complexos, que desempenham um papel fundamental na promoção da soberania e segurança alimentar, na conservação da agrobiodiversidade e na preservação de saberes tradicionais. Esses espaços, frequentemente manejados de forma familiar e com baixo impacto ambiental, integram práticas sustentáveis que garantem a diversidade de espécies alimentícias e medicinais, contribuindo para a manutenção dos recursos genéticos e para o equilíbrio ecológico local.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica para a realização desta pesquisa é qualitativa, (Bogdan; Biklen 1994, Minayo 2001, 2010), perspectiva de estudo que reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os sujeitos da pesquisa, uma vez que os participantes da pesquisa não são considerados de forma neutra, pelos pesquisadores.

Os estudos de Oliveira (2010, p. 37) caracterizam diversos significados para pesquisa qualitativa, e dentre eles destaca-se, o de ser “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” nos permitindo um caráter mais interativo durante as conversas com os interlocutores, nos deixando mais à vontade para, após reflexões, retornarmos ao diálogo e com novas as perguntas a serem confirmadas ou não.

Figura 1: Mapa dos quintais visitados



Fonte: Dados da pesquisa, 2025. Crédito: Raquel Moura Machado

Os instrumentos de coleta de dados foram: a) questionário semiestruturado e fechado (Severino 2007); b) diário de campo (Malinowski 1984; Cardoso de Oliveira 2000); c) formulário google forms — foi feito um formulário pela plataforma Google Forms, com o intuito de selecionar o público alvo, no qual iniciou com uma breve apresentação e explicação sobre o projeto, algumas perguntas para conhecer os candidatos à pesquisa, sendo este, divulgado em grupos e contatos de whatsapp de circulação geral de Grajaú-MA, recebendo um total de quinze respostas; d) visita à feira do bairro Canoeiro, aos domingos para selecionar, conhecer e iniciar o diálogo com os produtores; e) entrevista *in loco* com os produtores em quintais.

A pesquisa foi realizada no município de Grajaú-MA, área urbana e rural, onde foram visitados 23 quintais (Figura 1), nos bairros: Expoagra (4), Extrema (3), Vila Tucum (3), Quem Dera (3), Canoeiro (2), Vilinha (2), Mirante do Falcão (1), São Roque (1), Povoado Angico (1), Povoado Remanso (2), Vila nova (1), Alberto Bereta (1). Há uma produtora que possui dois quintais, um onde reside, e outro em terreno (sem construção) próprio em outro bairro. As observações *in loco*/quintais produtivos foram realizadas no período de março a junho de 2025, e, consistiu na aplicação de questionário seguido de turnê guiada em que o(a) produtor(a) informava o nome cultivo, indicação (alimentar, medicinal, frutífera, de proteção e/ou uso diverso) e a forma de preparo e consumo e/ou uso.

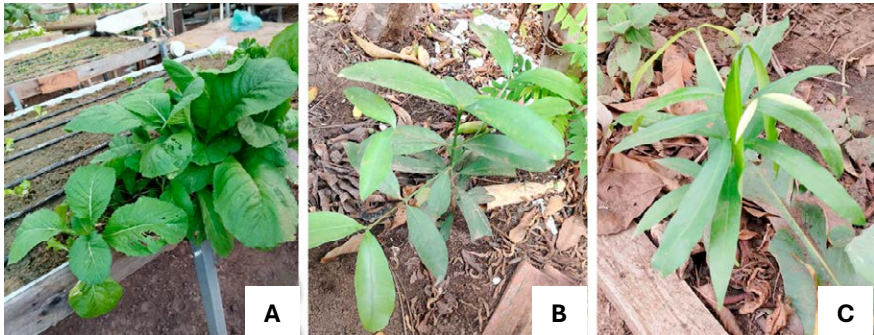
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as 23 entrevistas *in loco* com os produtores, 12 eram mulheres e 11 homens. Foi observado a presença de 230 variedades cultivadas: alimentares (hortaliças), frutíferas, medicinais e de proteção. A maior incidência está entre as espécies: cebolinha (17), coentro (17), limão comum (13), cidreira (13) pimenta de cheiro (13), hortelã (12), couve (12), vinagreira (12), e acerola (12).

Dentre **as espécies alimentares** estão: couve, mandioca (talo vermelho), macaxeira (das variedades: pão, pipoca, peixe, amarela), coentro, rúcula, quiabo (ligeiro, japonês, santa cruz e um não identificado), pimentão, pimenta (de cheiro, malaguétinha, malagueta, malaguetao, roxa, vermelha, do reino, bico de moça, chapéu de freira), maxixe, feijão (mandioca, sempre verde, andú, baje podre, pendanga, roxo) coentro do Pará, tomate (família, chinês, cajá, cereja, comum, de canteiro, double, salada), jiló (comum e gigante), berinjela, cebolinha (branca, de cabeça branca e roxa, bambu), vinagreira (comum e roxa), alface (comum, roxo, mônica, americano, luci braw, caipira, vera) salsa, manjeriço, brócolis, abóbora (comum e de gancho), inhame (roxo, comum, de espinho), acelga, espinafre, alho poró, taioba, fava, canapum, batata (doce, comum, da casca roxa) milho, couve-flor, açafão, chicória, vargem, almeirão, cana, pepino (comum e caipira), corante (vermelho, verde, avermelhado), mostarda (Figura 2).

As espécies frutíferas: Ata, goiaba, mamão (comum, macho, formosa, papaia, anão, de quilo), acerola, amora, morango, maracujá (de quilo, comum, peroba, vermelho, da África), abacaxi (comum, de vaso), dão, maçã, pitaia, coco, açaí (comum, pai d'égua e precoce), jabuticaba, abacate, banana (casca verde, do projeto, d'água ou nanicona, murici, pacovã, trezentos, prata catarina, roxa, coruda, da terra), manga (comum, andro, rosa), tanja, tamarina, laranja (comum, encestada), pocan, lima, graviola, seriguela, jaca, cajarana, macaúba, sapucaia, caju, meluí, figo, pitanga, biribá, pequi (com e sem espinho), bacuri, bacupari (folha larga e estreita, ver Figura 2), cupuaçu, ingá de metro, jambo, pitomba, cacau, amendoim, pupunha, café, buriti, limãozinho, bacaba, puçá, azeitona e limão (pocan, galego, comum, taiti).

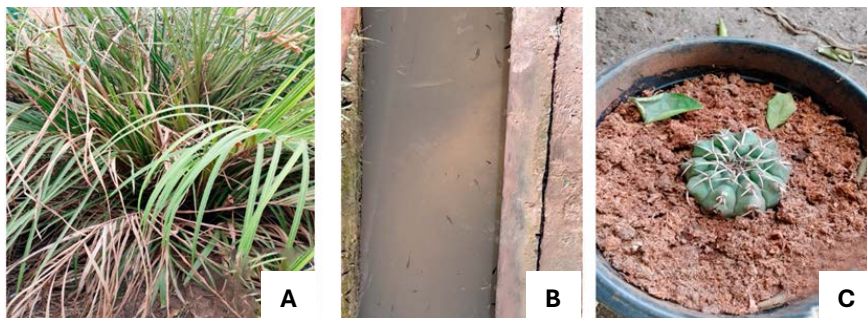
Figura 2: (A) mostarda, (B) bacupari folha larga e (C) bacupari folha estreita



Fonte: Autoras, 2025.

Já **as medicinais**, encontramos: hortelã, malva do reino, mastruz, capim santo, alecrim, quebra-pedra, pião (pote, branco e roxo), vick, romã, barbosa, boldo (verdadeira, da África, comum), gengibre, bredo, pega-pinto, folha santa, mangabeira, coité, coronha ou cegonha, pariri, jucá, cidreira (comum e cidreirinha), onze horas, mulatinha, beijo de padre, algodão branco, jervão (comum, do baixão), fedegoso, proto, vassourinha, pau de leite, meracilina, jardineira, erva médica, arruda, pimenta de macaco, picão, cipó escada, melão de São Caetano, alfavaca, coroa de frade (Figura 3), cana do brejo (conhecida também como cana mansa, de macaco, da Índia), aranta.

Há espécies cultivadas que têm função diversa como coquinho (Figura 2) (usado para fazer vassoura) bucha (usado para higienização, seja durante o banho ou na lavagem de louça). Na maioria dos quintais visitados, há criação de peixes (piaba) nos reservatórios de água para evitar o surgimento de larvas de mosquito conhecido como cabeça de prego. Cabe destacar que os nomes aqui apresentados são de acordo com o informado pelos entrevistados, sujeitos às variações regionais e locais.

Figura 3: Coquinho (a), criação de peixes (b) e coroa de frade (c)

Fonte: Autoras, 2025.

Entre os participantes da pesquisa, seis tem produção nas hortas comunitárias, destes, quatro produzem somente na horta comunitária Paulo Ferraz. No entanto, dois produzem na horta comunitária Mirante do Falcão, e no quintal onde moram. Treze produtores não são de Grajaú e vieram em busca, ou através do trabalho (4), acompanhar a família (4), à passeio ou visitar familiares e decidiu ficar (2), em busca de escolarização (1), em busca de melhoria de vida (1) e por perseguição política (1). Quanto ao tempo que residem em Grajaú: De 1 a 5 anos (3), de 6 a 10 anos (2), de 11 a 20 anos (3) de 21 a 50 anos (5). Para aqueles que vieram de outro município, observamos (principalmente os que residem há mais de dez anos) um sentimento de pertencimento e valorização pelo município de Grajaú-MA que não é tão evidente nos entrevistados oriundos desta cidade, isso fica expresso quando um dos entrevistados diz: “eu não gosto de Grajaú, eu amo Grajaú”.

É notável, entre todos os participantes, o afeto dedicado às suas plantações. Embora desconheça o termo “terapia verde”, relatam espontaneamente os benefícios proporcionados por essa conexão com a natureza. Destaca-se, especialmente entre as mulheres que produzem em seus próprios quintais e são mães, a percepção de que essa atividade é altamente benéfica para a dinâmica familiar. Elas ressaltam a importância de trabalhar em um ambiente onde podem manter os filhos por perto (uma

das maiores preocupações ao buscar empregos fora de casa), além da flexibilidade para organizar seus próprios horários. Ademais, afirmam que o retorno econômico supera o que obteriam em ocupações como o trabalho doméstico. Diante disso, os quintais produtivos se configuram como importantes ferramentas de valorização social, econômica, afetiva e familiar das mulheres.

A respeito das dificuldades de produção familiar foi apontado: infestação de pragas/insetos (6), problema de saúde (2), o excesso de chuva no inverno dificulta a produção, e no verão a oferta é grande, fazendo com que as vendas diminuam (3), falta de água (2), serviço pesado e pouca força para manuseio (3), falta de conhecimento de técnicas de cultivo (1), Falta de espaço para produzir, seja por que é pequeno o quintal, por morar de aluguel e não ser viável a implementação de estrutura adequada, ou cultiva terra de meia¹ (3), pouca venda por morar longe em um lugar mais isolado ou longe do centro comercial (3), encontrar adubo de gado que não esteja contaminado com agrotóxico (os produtores tentaram alguns meios, porém, sempre resultou em prejuízo pois as plantações morreram) (2), variação da temperatura - queima o coentro no inverno e murcha no verão (2). Além de relatos recorrentes de falta de madeira para a implantação de estrutura suspensa.

Com base nos dados levantados, é possível perceber que a produção da agricultura familiar enfrenta uma série de desafios estruturais, ambientais e sociais que comprometem sua continuidade e eficiência. Alguns podem ser solucionados com ações governamentais como a falta de água, falta de conhecimento técnico, falta de espaço para a produção. É necessário dar visibilidade às consequências do uso de agrotóxicos, especialmente em pastagens, pois mesmo passando pelo sistema digestivo

1 Tipo de produção em que o proprietário cede a terra, o agricultor produz e divide ao meio o que é produzido com o proprietário

do gado, ainda apresenta componentes prejudiciais à biodiversidade. O excesso de pragas é mais relatado próximo às áreas de monocultura, em apenas um quintal a produtora nos relatou que não há, porém, há vegetação alta nativa ao redor do quintal. Esses elementos apontam para a urgência de políticas públicas que ofereçam suporte técnico, acesso à terra, infraestrutura e canais de comercialização, a fim de fortalecer a agricultura familiar e garantir sua sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Em dois quintais visitados, os produtores passaram uma temporada no estado do Pará, e trouxeram etnovarietades que são típicas deste estado, e as cultivaram em seus quintais como: biribá, cupuaçu, cacau, pupunha, buriti e bacaba. Esse intercâmbio de sementes e propágulos vai ser destacado por Santili (2012, p. 5) que embora os produtores tenham importância substancial “como inovadores e detentores de saberes e práticas fundamentais para os sistemas agrícolas e para a manutenção da agrobiodiversidade” e adaptação de espécies, essa importância será desvalorizada mediante o modelo agrícola industrial, reduzindo-os a “meros usuários finais do trabalho desenvolvido pelos técnicos do melhoramento vegetal”.

Algo que chamou a atenção das pesquisadoras, foi um caso observado de sistema de produção de meia. A produtora não tem terra para cultivar suas plantações e cultiva na terra de outra pessoa. Na sua produção se destaca a farinha de mandioca, porém ela não tem a casa com aviamento para a produção desta e usa uma que é de uso comum no povoado onde vive, e para usá-la, deve custear com produção em uma proporção de 7 para 1. Em suma, a produtora trabalha na agricultura familiar, o que é produzido é dividido com o proprietário da terra e a cada 7 sacos de farinha, 1 fica para o dono da casa de farinha. Ou seja, de 7 sacos de farinha produzidos, ela tem direito apenas a 3 sacos.

Para Ferreira e Maciel (2014), o termo “meeiro” refere-se ao trabalhador rural que atua em um sistema de parceria agrícola em que a produção

obtida na terra é dividida igualmente com o proprietário, conhecido como outorgante, sendo que essa divisão é de 50% da produção, independentemente do lucro. Assim, o meeiro é aquele que cultiva e colhe, mas entrega metade do que produz ao dono da terra. Embora esse modelo permita o acesso à terra por parte de trabalhadores que não possuem propriedades, ele também os coloca em uma posição de dependência e instabilidade, pois o uso da terra depende de um contrato temporário e da vontade do proprietário.

A injustiça social que esses trabalhadores estão sujeitos, são consequências da monocultura, que ficam sem terra e tornam-se vulneráveis, que “se sustenta numa relação não democrática de convivência tornando-se uma população de risco, que acaba ocupando as ‘periferias das periferias’, submetendo às condições nocivas à própria sobrevivência” (Ferreira e Maciel, 2014, p. 04). Ainda, os meeiros não têm acesso a direitos trabalhistas formais, como FGTS, e, ao fim da vida laboral, muitos se aposentam com apenas um salário mínimo, sem nunca terem conseguido acumular patrimônio, como uma casa própria. O ciclo se repete nas gerações seguintes, que continuam no mesmo sistema precário. Dessa forma, o sistema de parceria agrícola, em vez de promover justiça social, perpetua a desigualdade e expõe os trabalhadores a uma vida de insegurança e pobreza.

Conhecer os produtos que são consumidos e saber o que foi usado para produzi-los, contribui para a promoção da sustentabilidade, estimula os laços familiares e perpetua o conhecimento de técnicas de cultivo que transcendem gerações. Onze entrevistados passaram a vida inteira trabalhando na agricultura familiar e ao vir residir na zona urbana continuaram a plantar, seja pela falta de condições ou oportunidade para o mercado de trabalho (8), em busca de alimentação saudável (7) simplesmente porque gosta (7) ou para melhorar a saúde (5). Assim, a pesquisa mostra que o vínculo com a agricultura é mantido mesmo após a migração para áreas urbanas, revelando que os quintais produtivos são formas de resistência

cultural, econômica e de cuidado com a saúde, corroborando com Cultre-
ra, Amorozo e Ferreira (2012). Esse tipo de prática ressalta a importância
de valorizar a alimentação adequada e saudável por meio da preservação
de saberes tradicionais e da biodiversidade (Brasil, 2015).

Em relação às técnicas de cultivo, observamos alguns sistemas de
plantios, como por exemplo, plantar carreiras de cebola ou de couve entre
as carreiras de coentro para melhor aproveitamento do espaço (Figura 4).
O plantio de maxixe onde as ramas se aderem à madeira suspensa para
que venham ocupar o mínimo de espaço térreo. Carreiras alternadas de
coentro plantadas em tempos diferente de modo que quando um já está
pronto para ser colhido, o outro está começando a exigir espaço, o que oti-
miza tanto o tempo como a disponibilidade do solo (o produtor consentiu
com a participação na pesquisa, mas infelizmente exigiu que não fizésse-
mos registro fotográfico).

Figura 4: plantio entre carreiras de coentro, de couve (a) e cebola (b)



Fonte: Autoras, 2025.

Uma técnica que merece destaque está relacionada ao aproveitamento de água (Figura 5). A produtora que tem problemas de saúde (na coluna vertebral e tem mais dificuldade de trabalhar abaixada), usa a estrutura suspensa, por facilitar o manuseio e, diante da falta de madeira, fez

a base da estrutura de concreto (observado em 3 quintais) e metal, com queda d'água, forrou com telhas de brasilite e entre a telha e a terra, colocou lona e fez um sistema de irrigação por canos de pvc. Ao irrigar, a água circula pelo canteiro e do lado mais baixo da estrutura, é direcionada a uma caixa d'água no subsolo, onde há uma bomba que joga a mesma água de volta nos canteiros quando acionada. Desta forma, ela não dispersa água e os nutrientes que o sistema fluvial retira da plantação volta aos canteiros durante a irrigação. O que vem a corroborar com Nobre et. al. (2021), que os quintais são tecnologias sociais importantes para o desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões com vulnerabilidades socioeconômicas e climáticas.

Figura 5: Sistema de aproveitamento de água



Fonte: Autoras, 2025.

A riqueza de espécies apresentada na pesquisa é alta, se comparado com Gervazio et. al. (2022), quando analisou 30 quintais amazônicos e encontrou 243 espécies; Ives-Felix et. al (2025), analisou a agrobiodiversidade de 10 quintais tentehar, na aldeia Olho D'água e encontrou 68 espécies cultivadas.

Os quintais têm um papel fundamental na promoção da segurança e soberania alimentar, especialmente em contextos urbanos e rurais de baixa renda, pois permitem a produção direta de alimentos frescos e variados, como hortaliças, frutas e ervas medicinais. Essa prática reduz a dependência de mercados externos, fortalece a autonomia das famílias em relação às suas escolhas alimentares e garante acesso contínuo a produtos saudáveis, contribuindo para a nutrição e a qualidade de vida. Além disso, os quintais promovem a valorização do conhecimento tradicional, o uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento de redes comunitárias de troca e solidariedade (Silva Sousa, 2021; FAO, 2017; Maluf, 2010).

A Segurança alimentar é um direito básico do ser humano, “pressupõe o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde e que respeitem a diversidade cultural.” (Garcia et al. 2024, p. 29). Já a soberania “se refere ao direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando suas culturas e sistemas produtivos próprios.” (Garcia et al. 2024, p. 30).

Foi possível observar que o quintal vai além do auxílio na renda das famílias, é um espaço de relaxamento, ocupar o tempo ocioso, alternativa aos dias de calor excessivo, fortalecer os laços familiares. Essas visitas permitiram aprofundar a escuta das histórias e experiências das famílias envolvidas, promovendo um olhar mais sensível e contextualizado sobre os desafios e potencialidades dos quintais produtivos em Grajaú-MA. Os cultivares sociobiodiversos presentes em quintais podem contribuir para o equilíbrio alimentar com dietas mais nutritivas e uma produção sustentável (Silva 2013), se configurando em um espaço multifuncional (Amaral, 2014), de produção de subsistência e soberania alimentar, de socialização, de lazer, de saberes culturais, tradicionais, socioeconômicos e de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada permitiu identificar a ampla diversidade de variedades cultivadas nos quintais de Grajaú-MA, como também revelou a complexidade desses espaços enquanto sistemas produtivos sustentáveis, moldados por saberes tradicionais e experiências individuais. Os dados coletados mostram que esses quintais cumprem múltiplas funções (alimentares, medicinais, sociais e terapêuticas), consolidando-se como territórios de resistência, cuidado e criatividade frente às adversidades sociais e ambientais enfrentadas pelos produtores.

Além de mapear os quintais e catalogar as espécies, a pesquisa evidenciou a importância da agrobiodiversidade local como elemento chave para a segurança alimentar, o fortalecimento da autonomia das famílias e a valorização dos modos de vida tradicionais. Os relatos dos participantes revelaram práticas resilientes de cultivo, estratégias sustentáveis de manejo e uma profunda conexão com o ambiente, aspectos que reforçam o papel dos quintais como alternativa viável para o desenvolvimento sustentável em contextos urbanos e rurais periféricos.

Por fim, o trabalho atingiu seu objetivo ao oferecer subsídios concretos para ações futuras voltadas à valorização e à conservação desses espaços. As informações obtidas podem orientar políticas públicas, projetos de extensão e programas de incentivo à agricultura familiar urbana, promovendo o reconhecimento do quintal produtivo como um espaço vital de produção de alimentos, cultura e saúde. A continuidade desse tipo de pesquisa é essencial para preservar a riqueza ecológica e sociocultural que ainda resiste em meio às pressões do modelo agrícola hegemônico.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. N. 2014. *Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da baixada Cuiabana: Agrobiodiversidade e segurança alimentar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Fundamentos da investigação qualitativa em educação: uma introdução. In: BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 2 ed., p.13-84. Portugal: Porto, 1994.

CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio; LOPES FILHO, José Barbosa. *Relatório diagnóstico do município de Grajaú*. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011. 31 p. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Maranhão.

CULTRERA, Mirella; AMOROZO, Maria Christina de Mello; FERREIRA, Fabio Cop. Agricultura urbana e conservação de agrobiodiversidade: um estudo de caso em Mato Grosso, Brasil. *Sitientibus série Ciências Biológicas*, Feira de Santana, v. 12, n. 2, p. 323–332, 2012. Disponível em: <https://sitientibus.ufsb.edu.br>. Acesso em: 29 jun. 2025.

FAO. *Sistemas alimentares sustentáveis para dietas saudáveis*. Relatório do Simpósio Internacional, 2017.

FERREIRA, Sebastião; MACIEL, Márcio Alves. A família trabalhadora em sistema de parceria agrícola: outorgado agrícola capixaba. In: *JORNADA DE ESTUDOS AGRÁRIOS - Territórios e Movimentos Sociais*, 2014, Marília. Anais [...]. 188 Marília: UNESP, 2014. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudo-sagrarios/ferreira_sebastiao_maciel_marcio_a.pdf. Acesso em: 28/06/2025

GARCIA, Mariana Tarricone; BÓGUS, Cláudia Maria; COELHO, Denise Eugenia Pereira (org.). *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. 384 p. (Temas em Saúde Coletiva, v. 36). ISBN 978-65-997616-8-3.

GERVAZIO, Wagner et al. Quintais agroflorestais urbanos no sul da Amazônia: os guardiões da agrobiodiversidade? *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 163–186, jan./mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/1980509843611>.

IBGE. Cidades: Grajaú (MA). *Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/grajau/panorama>. Acesso em: 25/06/2025.

IVES-FELIX, N. O. *Agrobiodiversidade Tentehar na Aldeia Olho D'Água, Maranhão: trajetórias, saberes e práticas*. 2023. 415 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

IVES-FELIX, N. O.; NASCIMENTO, A. S.; NAKAYAMA, L.; BARROS, F. B. Água, floresta, animais, plantas e frutos, “tudo tem dono”, tudo tem espírito ma’iwa wazar. Agrobiodiversidadedos quintais tentehar, aldeia Olho D’água, Grajaú, Maranhão, Brasil. *CADERNOS DO LEPAARQ (UFPEL)*, v. 22, n. 43, p. 128-156, 16 jun. 2025.

MALINOWSKI, B. 1984. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Editado por B. Malinowski, pp. 17-34. São Paulo: Abril Cultural

MALUF, R. S. Soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional: interfaces e convergências. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2010.

MELLO, Wezio Alves de. *Panorama dos impactos socioambientais da expansão da soja no município de Grajaú-MA*. 2024. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Humanas – Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2024. Orientadora: Edilma Fernandes da Silva.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. ed. 18, Petrópolis: Vozes, 2001.

NOBRE, Francisca Érica Cardoso et al. Potencialidades e caracterização da produção agrícola familiar: uma análise a partir dos quintais produtivos. *Retratos de Assentamentos*, v. 24, n. 2, p. 179–196, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i2.461>.

NOGUEIRA, Zilda Rodrigues; FAVARETO, Ana Paula Alves; ARANA, Alba Regina Azevedo. *Ambientes verdes restauradores e saúde mental: revisão sistemática*. Hygeia, Uberlândia, MG, v. 20, e2024.1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia2068349>. Acesso em: 29 jun. 2025.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, R Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Brasília: Paralelo 15, 2000.

RIBAS, Maria Teresa Gomes de Oliveira; RIGON, Sílvia do Amaral. Tecendo o enfoque da alimentação adequada e saudável na perspectiva brasileira de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). In: GARCIA, Mariana Tarricone; BÓGUS, Cláudia Maria; COELHO, Denise Eugenia Pereira (orgs.). *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. p. 29-47.

Rodrigues, I. J. *A dialética rio-cidade: uma análise das potencialidades dos impactos ambientais sobre o Rio Grajaú no perímetro urbano do município de Grajaú-MA*. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, Grajaú-MA. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/1720> Acesso em: 06/05/2024

Quintais produtivos em Grajaú-MA

SANTILLI, J.. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 457–475, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/4vL4j5B4MPM9k5zGjwH6CWn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28/06/2025

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. M.; SOUSA, C. P. Quintais produtivos e segurança alimentar: práticas sustentáveis no semiárido brasileiro. *Revista de Geografia da UFC*, v. 12, n. 2, 2021.

SILVA, Sayonara Maria Oliveira da. *Alimentos, restrições e reciprocidade no ritual Xavante do Wapté mnhõno (Terra indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso)*. 2013. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13175>.

COMUM URBANO E O DIREITO À CIDADE NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA NA COMUNIDADE GARAVELÓS

RODRIGO FERREIRA DA SILVA, UFNT

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1747-2149>

ELIAS DA SILVA, UFNT

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4931-6746>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma abordagem sobre a comunidade Garavelos, localizada na cidade de Araguaína, Tocantins, na perspectiva do comum urbano, compreendido como os bens, espaços e recursos que são produzidos, usados, compartilhados e geridos coletivamente por meio de práticas exercidas pela própria comunidade. Nesse sentido, dialogamos com os autores Lefebvre (2014); Harvey (2017); Rodrigues (2013); Corrêa (1989); Santos (1965); Tonucci Filho (2017), Dardot e Laval, (2016), buscando fundamentação e clareza para o que se pretende analisar no trabalho proposto. A intenção do diálogo com esses autores é aproximar a teoria com a realidade abstraída.

Assim, este trabalho analisa o comum urbano na ocupação do Garavelos, suas lutas e movimentos sociais para o direito à terra, com o foco na premissa dos direitos adquiridos e constituídos que vêm sendo espoliados pelas coalizões de poder e dinheiro que impedem e disseminam de forma sorrateira a desigualdade socioespacial. De acordo com Rodrigues (2013 p.

44), ao analisar o fenômeno ocorrido em uma comunidade periférica no contexto dos movimentos sociais urbanos de Araguaína, “a desigualdade, segregação, os guetos, as áreas “ricas” e as “pobres” são produtos da urbanização capitalista. Trata-se da reprodução das condições gerais de produção que implica, mesmo no princípio do capitalismo, injustiça social e espacial”. A autora dialoga numa visão de convergência entre as relações sociedade/natureza, numa perspectiva interdisciplinar que aproxima os conceitos de comum urbano e o direito à cidade na direção do presente trabalho.

QUESTÃO DA OCUPAÇÃO DA TERRA EM ARAGUAÍNA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de ocupação da terra é um fenômeno social que perpassa a história e os meandros do modo de produção capitalista, principalmente nos países em desenvolvimento, fomentado por políticas predatórias e perversas aos menos favorecidos ou menos despossuídos, que por meio de movimentos de lutas pela terra encontram, talvez, a única forma de acesso ao direito à moradia, particularmente no espaço urbano, uma vez que a cidade é a forma mais contraditória de sintetização dos progressos e atrasos da sociedade.

Nesse aspecto, Rodrigues (2013 p. 45) afirma que “a propriedade fundiária urbana, um dos pilares do avanço do capitalismo, é vital para a produção e reprodução capitalista do espaço e também para entendimento para a desigualdade socioespacial”. Nessa perspectiva, a autora enfatiza a importância do assunto proposto neste trabalho, sobre o direito à terra e à cidade, entendendo que resolver essas questões é o caminho para erradicarmos as injustiças sociais que estão sendo reproduzidas continuamente e severamente no Brasil.

Nesse sentido, ressaltamos a urgência de difundir uma visão clara e objetiva sobre o “comum”, como forma de enfrentar os problemas so-

ciais decorrentes da migração — muitas vezes forçada — de camponeses para as áreas urbanas. É importante destacar que, em regra, o desejo do camponês é permanecer no campo produzindo. No entanto, em virtude de processos de exploração considerados perversos, ele acaba sendo pressionado a integrar o êxodo rural.

Deste modo, conforme Tonucci (2017), as produções espaciais devem ser analisadas a partir de suas peculiaridades e de seu potencial formativo. Isso implica não apenas localizar o “comum” na metrópole, mas também urbanizá-lo em termos teóricos. Em outras palavras, trata-se de considerar sua produção e apropriação no espaço urbano a partir de especificidades como a mediação, a diferença e a centralidade, que sustentam sua vitalidade (Tonucci, 2017).

Neste contexto, David Harvey (2014) destaca que:

As dimensões imateriais e culturais do comum urbano comentadas por urbanistas e celebradas pelos amantes da cidade encontram-se ameaçadas pelas políticas neoliberais de privatizações, cercamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância mobilizadas para extração do valor, à gentrificação (processo de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. (Harvey, 2014, p. 499).

O que se depreende de Harvey (2014) é que a política implantada na cidade de Araguaína é contra a socialização do espaço urbano. A exemplo disso se verifica o condomínio fechado “Cidade Nova”, construído ao lado da ocupação.

Assim observa-se que, para as populações desfavorecidas, o sistema de segurança é condicionado a proteger prioritariamente as apropriações ao mercado financeiro especulativo, resultando em uma ação separatista.

A noção do “comum urbano” está ameaçada pelas constantes investidas predatórias de grupos econômicos dominantes, que se apropriam dos recursos naturais ambientais em benefício próprio.

Observa-se que o Brasil é um dos países com maior concentração de riquezas, perpetuando e ampliando as desigualdades sociais. Nesse contexto, direitos humanos fundamentais são silenciados de forma sutil e eficaz por parte da classe dominante, em um processo sustentado pelo aparelhamento cultural e institucional do Estado. Entre tais direitos destaca-se o direito à cidade, que compreende não apenas o acesso à terra, mas também a condições dignas de saúde, educação, lazer e demais serviços essenciais.

Neste sentido, Rodrigues (2016), afirma que:

A luta histórica por uma reforma urbana no Brasil, em conjunto com movimentos internacionais, representa um processo de resistência contra as desigualdades socioespaciais e, mesmo sem estar explícito, constitui luta por uma justiça espacial, com potência para luta pelo direito a cidade (Rodrigues, 2016, p. 56).

Dessa forma, torna-se evidente uma das faces da verdadeira tragédia do “comum urbano”: a vida comunitária e diversa dos bairros, construída historicamente, é destruída por aqueles que dela se beneficiam economicamente. Assim como em todas as fases precedentes da urbanização, a recente expansão do processo urbano trouxe imensuráveis transformações no estilo de vida.

A qualidade de vida e a própria cidade passaram a ser tratadas como mercadorias, em um contexto no qual o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento assumem centralidade na economia e nas políticas urbanas. Com isso, as áreas urbanas se tornam divididas e tendentes ao conflito. Nesse cenário, a realidade supera o imaginário, e a

desigualdade socioespacial se torna visível até mesmo para olhares menos atentos.

Nesse sentido, Henri Lefebvre (2001) afirma que:

[...] as necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares compreendem a necessidade de aventura, a da organização do trabalho, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, e de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, e de trocas e de investimentos, e de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação e de imediaticidade e de perspectiva em longo prazo (Lefebvre, 2001, p.105).

Essa fala do autor demonstra a complexidade que compõe a vida urbana, não atendida sobretudo no âmbito do capitalismo e da cidade consumida como mercadoria.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, foi motivada pelo interesse em compreender o comum urbano e, a partir disso, contribuir para o fortalecimento de processos de transformação de cidades marcadas por bairros segregados, rumo a espaços sociais mais justos, vivos e democráticos.

Para tanto, realizou-se trabalho de campo na ocupação Garavelos, localizada em Araguaína-TO. A metodologia incluiu a aplicação de perguntas a representantes da comunidade e a moradores, entrevistas realizadas em 3 de julho de 2021, bem como a elaboração de um mapa destinado a situar e sistematizar informações sobre a ocupação. Além disso, foram feitas fotografias para registrar as condições de vida no local, com o intuito de demonstrar a urgência de sua regularização.

A análise buscou compreender a luta pela terra na perspectiva do comum urbano, considerando a formação inicial da ocupação, os sistemas de infraestrutura existentes e aqueles que ainda necessitam ser implementados, bem como as políticas públicas relacionadas. Constatou-se que, no período da pesquisa, a ocupação reunia aproximadamente 130 famílias, número em constante aumento devido à chegada de novos moradores em situação de vulnerabilidade.

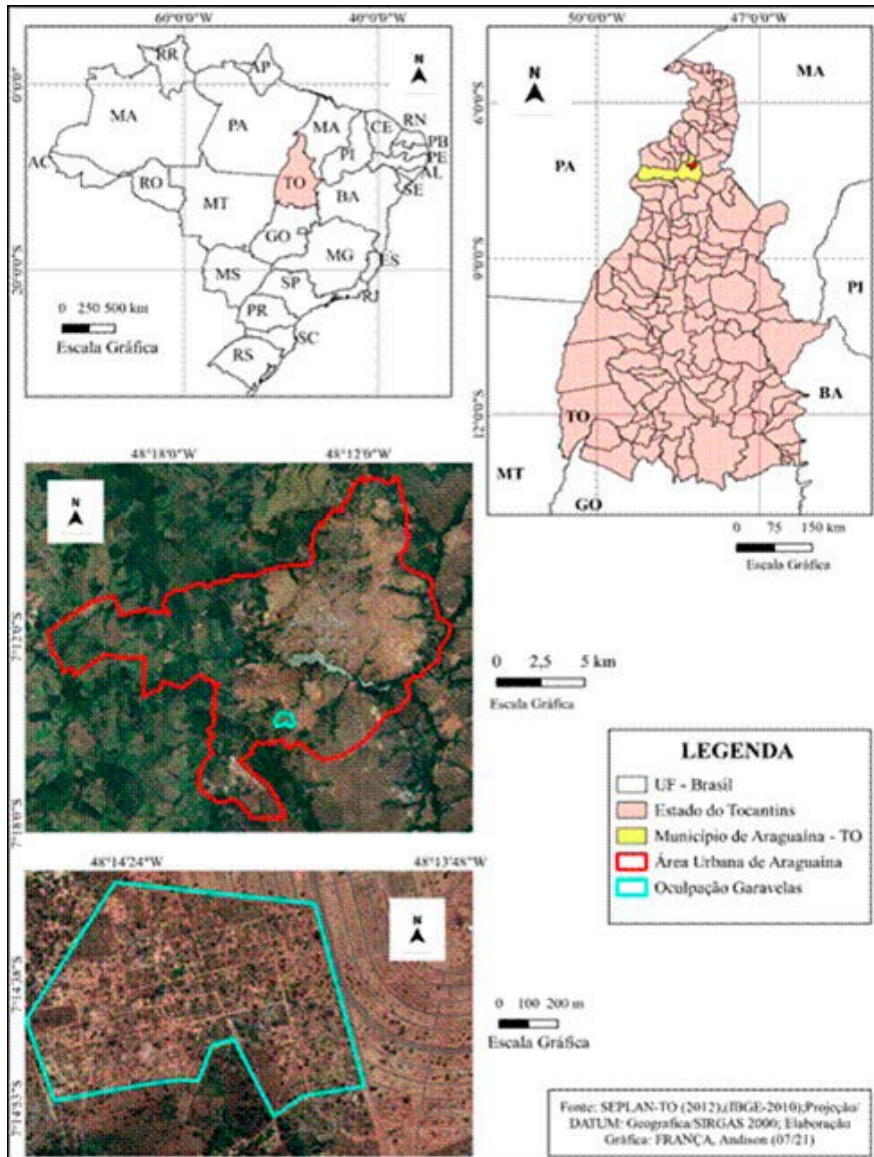
RESULTADOS E DISCUSSÃO: A LUTA PELA TERRA E MORADIA NA OCUPAÇÃO GARAVELOS NO ÂMBITO DO COMUM URBANO E DO DIREITO À CIDADE

O presente trabalho buscou apresentar uma abordagem sobre o “comum urbano” e o direito à cidade na comunidade Garavelos, localizada na cidade de Araguaína, Tocantins (Figura 1). A pesquisa evidenciou a necessidade de políticas públicas efetivas e interativas, com o intuito de justiça socioespacial no direito à terra dos ocupantes da comunidade do Garavelos.

Atualmente, os ocupantes da comunidade são taxados de arruaceiros pela classe dominante, que se sente incomodada, pois alegam que a comunidade atrapalha seus interesses de acúmulo de capital em detrimento da maioria da população.

Essa discrepância de interesses é a nível nacional e internacional e, com isso, acreditamos que os arruaceiros são justamente os que pertencem à elite socioeconômica e política, que são proprietários de grandes latifúndios apropriados ao longo do tempo, removendo a função social da terra e, assim, impedindo o “comum urbano”. Destarte, de acordo com Rolnick (2016), verifica-se que os investimentos públicos são muito mais voltados aos interesses dos não necessitados, enquanto a classe trabalhadora, que ocupa os grandes loteamentos, não é considerada prioridade nos investimentos para implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos básicos.

Figura 1 - Mapa da Ocupação Garavelos na cidade de Araguaína/TO



Fonte: Adaptação pelo Autor (2022)

Nesse sentido, relato a entrevista realizada com a presidenta da comunidade, Sra. M. L., a qual me relatou que as condições de sobrevivência são muito precárias, com a falta, inclusive, de água e energia, que são ligadas clandestinamente. A água que chega à residência de alguns moradores é canalizada no que é popularmente chamado “gato”, e daí é repassado para outros que não têm encanação nenhuma. As casas são de construção rústica, como palha e barro, feitas de forma temporária, no aguardo da consolidação da regularização da ocupação que está em processo judicial. Ademais, Santos (1965, p.1) diz que “a formação de uma paisagem depende, sobretudo, de fatores recentes e atuais”.

Figura 2 – Entrada na ocupação Garavelos (TO)



Fonte: Foto tirada pelo autor (2021).

Na foto acima (Figura 2), podemos ver a entrada da ocupação Garavelos, sendo nítida a precariedade da infraestrutura antes de chegar na ocupação. A ocupação está localizada nas proximidades do aeroporto de Araguaína, do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFNT, ao lado de um bairro chamado Cidade Nova, sentido BR-153 (Avenida Bernardo Sayão) e sentido ao centro da cidade, passando pelo setor sul.

Dito isso, verificamos que, historicamente, a visão da coletividade é necessária para o fortalecimento da ocupação, visto que se todos estiverem engajados em busca da mudança social. A nível nacional, é perceptível que, na cidade de Araguaína, foi utilizada a mesma lógica predatória de expulsão dos moradores nativos (os índios) para apropriações mercantilistas.

Na Figura 3 se verificam as condições precárias de estruturas das casas existentes na comunidade, mantidas assim, inclusive, pelas incertezas quanto à regularização da comunidade, que está aguardando veredito final da liminar judicial. As informações colhidas nas entrevistas confirmam o processo jurídico travado pelos moradores do Garavelos no intuito de resolver a questão da legalização da ocupação, já que isso implica nas infraestruturas necessárias para a melhoria das condições de vida comunitária.

Figura 3 – Estrutura de casa da comunidade Garavelos



Fonte: Foto tirada pelo autor (2021).

Na Figura 4 a seguir, é possível identificarmos uma prática recorrente nas ocupações, referente às hortas comunitárias, que se aproxima ao comum urbano.

Nesse sentido, Tonucci Filho (2017) afirma que:

Na literatura sobre os comuns urbanos, os espaços comunitários de cultivo (jardins, hortas e quintais) têm ganhado proeminência por conjugare práticas não capitalistas de produção, distribuição e consumo agrícola com arranjos mais coletivos de posse de terra (Tonucci Filho, 2017, p.201).

Sem dúvida, as práticas do trabalho coletivo em forma de mutirões são a base da produção das condições de vida na comunidade, como ocorre nas diversas outras comunidades existentes na periferia urbana marginalizada de Araguaína.

Figura 4 - Plantação de hortaliças para subsistência na comunidade Garavelos



Fonte: Foto tirada pelo autor (2021)

Por sua vez, na Figura 5 se observa que, para obter uma estrutura necessária para um bairro, ainda há um caminho longo a ser percorrido, sendo importante, inicialmente, a regularização da área ocupada. Diante disso, os moradores aguardam uma resposta imediata e solucionável por parte da

prefeitura quanto à legalização da área para, assim, ter um horizonte de melhorias em relação às habitações, loteamentos, calçadas, jardins etc.

Figura 5 – Área central de reuniões da comunidade Garavelos



Fonte: Silva (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa compreendemos que o Estado é capitalista e produz riquezas às custas dos trabalhadores, entretanto, não as distribuem, aumentando as desigualdades socioeconômicas. Para contrapor isso, é necessária uma ação organizada e conjunta da comunidade, assim como a elaboração de leis que tenham a eficácia ideal para alcançar os menos privilegiados nas camadas sociais, contemplando-os com o necessário para viver com dignidade.

Nesse sentido, torna-se urgente combater e desmistificar práticas que perpetuam a desigualdade, a fim de promover a harmonia social e enfrentar os interesses de políticas clientelistas, tanto no município de Araguaína quanto no cenário nacional e internacional. Trata-se de assegurar o direito à terra, historicamente reservado a poucos privilegiados, e de superar uma lógica política e socioeconômica concentradora. A persistência

dos movimentos sociais, portanto, assume papel fundamental como voz coletiva que ecoa de forma firme e contínua na luta por justiça e igualdade.

São necessárias políticas públicas eficazes que promovam a distribuição de rendas e o direito à terra, promovendo a justiça socioespacial. Para isso, é imprescindível a implementação de ações estruturantes, como políticas fundiárias, acesso universal a serviços básicos (energia elétrica, água potável, estradas) e a oferta de moradias dignas, que atendam às normas urbanísticas. Conforme afirmam Laval e Dardot (2012), não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela razão do comum.

Portanto, há uma real necessidade emergente de combatermos e desmistificar práticas que perpetuam a desigualdade, a fim de promover uma harmonia social e lutar contra interesses de políticas clientelistas, tanto no município de Araguaína quanto no cenário nacional e internacional. Trata-se de assegurar o direito à terra, historicamente reservado a poucos privilegiados, superando uma lógica política e socioeconômica concentradora. A persistência dos movimentos sociais, portanto, assume papel fundamental como voz coletiva que ecoa de forma firme e contínua na luta por justiça e igualdade.

Harvey (2017) afirma que o “comum” se coloca contra a crescente onda de resistência ao capitalismo neoliberal e a crescente prática de cercamentos do ecossistema, da cultura, do conhecimento, assim como contra a extensão da lógica da mercadoria, da competição e da propriedade privada a todas as esferas da vida social.

Sendo assim, o direito à terra tem que ser enfatizado com mais força, por meio da proposição de uma política de habitação justa. Entretanto, é preciso enfatizar que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, avançamos pouco em relação à questão do uso da terra e do direito à cidade.

Assim, esse fenômeno social ocorre, muitas vezes, de forma proposital e com a conivência de países dominadores. No âmbito deste trabalho,

ressalta-se a importância de tornar o orçamento público mais autônomo e eficiente, de modo que seus benefícios sejam efetivamente sentidos pela população. Esses fatores são essenciais para promover mudanças estruturais adequadas. Nesse contexto, cabe às instituições — que devem existir pelo povo e para o povo — cumprir sua função principal de assegurar o interesse coletivo e a justiça social.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4ª Ed. São Paulo, 2004.

DARDOT, P. LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. 212 páginas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br>. Acesso em: 09/05/2025.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jefferson Camargo. Martins Fontes. São Paulo, 2014.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade* 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008 (1968).

RODRIGUES, A.M. Justiça e o direito: um debate sobre o urbano. *Revista Cidades*. Volume 13, número 22 P 43, 45 e 49 de 2016.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação Política Urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Janeiro de 1996. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 09/05/2025.

SANTOS, M. *As cidades nos países subdesenvolvidos*. Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

TONUCCI-F. J. B. M. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais.



OS DESAFIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS ENCONTRADAS NO ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO EM ANANÁS-TO

GLEISON MOURÃO DA SILVA, UFNT,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5985-128X>

ALBERTO PEREIRA LOPES, UFNT,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0087-4504>

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil está profundamente marcado por fatores históricos e pelas lutas sociais que remontam ao processo de colonização. Esse cenário persiste até os dias atuais, especialmente com a expansão das grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de oligarquias agrárias, que têm gerado conflitos contra os trabalhadores camponeses.

Nesse sentido, o campo no Brasil tem sido palco de lutas, em que os camponeses tentam resistir frente ao latifúndio para ter o acesso à terra ou nela permanecer, seja como posseiros ou pequenos proprietários, onde se sentem oprimidos pelo poder do capital intensificado com o avanço do agronegócio. A agricultura camponesa é diversificada com técnicas simples de produção, como: trabalho braçal, atração animal, rotação de cultura, conservação das sementes voltada para o consumo das famílias e o excedente que é vendido para o mercado interno local.

Diante das poucas políticas públicas de desenvolvimento rural a agricultura camponesa sofre fortes impactos, uma vez que essas políticas não estão bem distribuídas dentro dos contextos regionais pelo território brasileiro, o que acaba impossibilitando o processo produtivo com maior eficiência na produção como em algumas regiões brasileiras. A região Norte do Brasil exemplifica essa realidade, evidenciando a necessidade de se atribuir maior importância à agricultura familiar camponesa. Inserida em um contexto de sustentabilidade, essa forma de agricultura tem potencial para gerar emprego e renda, promover a segurança alimentar e impulsionar o desenvolvimento local. Dessa maneira, a falta de uma reforma agrária mais ampla, com políticas voltadas para melhoramento produtivo e da vida dos assentados, dificulta as famílias permanecerem na sonhada terra.

A reforma agrária no Brasil é um desafio histórico e complexo, sua ineficiência se deve a uma série de gargalos que se interligam em vários pontos, entre eles podemos destacar: concentração fundiária histórica; burocracia e morosidade do Estado; falta de políticas de apoio aos assentados; conflitos e insegurança Jurídica; influência política e econômica do agronegócio, etc.

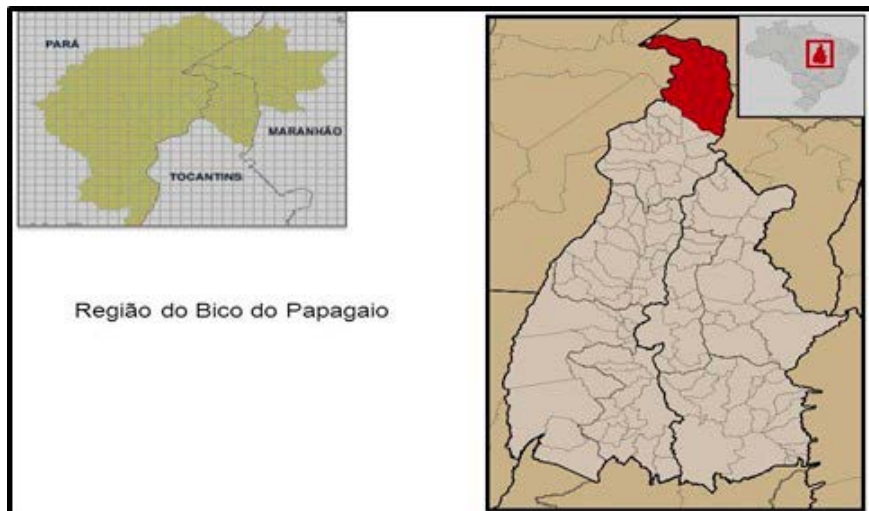
Portanto, é dever do Estado garantir que tanto no campo quanto na cidade os trabalhadores sejam atendidos por políticas públicas de acesso a condições mínimas para se viver com dignidade, pois “O produto sagrado passou pelas mãos da classe trabalhadora, porém os mecanismos impostos a ela determinam que não tenha acesso ao fruto de seu próprio trabalho” (Picoli, 2006, p.194).

Nesse sentido, o assentamento Luar do Sertão, representa a saída dos camponeses que se encontravam na região do Bico do Papagaio em estado de vulnerabilidade e conseguiram sair dessa condição através de uma política pública de desenvolvimento rural, que são os assentamentos da reforma agrária. Diante dessa possibilidade, este artigo propõe analisar os desafios enfrentados pela agricultura camponesa a partir do processo produtivo que assegura a subsistência das famílias assentadas, com foco

nas atividades desenvolvidas no Assentamento Luar do Sertão, localizado no município de Ananás – TO.

A região está localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, estando compreendido entre os rios Araguaia e o rio Tocantins, fazendo fronteira entre o Estado do Pará a Oeste, e Maranhão a Leste, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Mapa da região do Bico do Papagaio e suas divisas



Fonte: <http://slideplayer.com.br>. Acesso dia 11 de junho de 2025

Essa região está inserida na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica, compreendendo 37 municípios ocupando uma área territorial ampla com cerca de 34.751,399 km², 12,51% da área total do estado. Com uma vasta extensão de terra adequada para a agricultura e a pecuária, a região é cercada por grandes fazendas, atuantes na criação do gado de corte e nas lavouras de soja, milho e arroz. Nos últimos anos, observa-se o avanço das fazendas de eucalipto na região, o que intensifica a disputa pela posse da terra e contribui para o agravamento dos conflitos envolvendo fazendeiros, posseiros e, sobretudo, trabalhadores rurais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os assentamentos rurais são resultados das lutas pela terra protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras do campo, sendo a reforma agrária, no Brasil, a forma mais eficaz de concretizar o que está previsto na Constituição de 1988: a função social da terra. A história fundiária do país é marcada pela concentração de terras, o que tem gerado inúmeros conflitos sociais e assassinatos no campo. A compreensão dos assentamentos como resultado das políticas de reforma agrária exige uma abordagem multidisciplinar abrangendo diversas áreas que envolve o campo das ciências humanas, com destaque para geografia agrária, economia e ciência política.

A falta de uma Reforma Agrária num país com dimensões continentais com quase seis (VI) séculos de elevada concentração fundiária é um grande problema, por um lado temos a grande concentração fundiária, por outro a falta uma reforma que atenda às famílias que necessitam da terra para sobreviver. Os questionamentos que foram ponto de partida para a presente pesquisa visam conhecer os desafios e as vulnerabilidades de trabalhadores rurais que lutam para permanecer assentados no Assentamento Luar do Sertão na cidade de Ananás que está localizada na região norte do Tocantins.

A reforma agrária pode ser definida como um conjunto de políticas estatais que visam redistribuir a terra para promover justiça social e desenvolvimento rural (Santos, 2005). No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 184, estabelece a função social da propriedade como critério para a desapropriação de terras improdutivas. A ideia por trás desse princípio constitucional é corrigir as desigualdades históricas no acesso à terra no Brasil. A propriedade rural que não cumpre sua função social pode ser passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, a critérios como o aproveitamento racional e

adequado. A terra deve ser utilizada de forma produtiva, evitando a ociosidade ou subutilização. Isso significa que o proprietário deve explorar o solo de forma eficiente, de acordo com as potencialidades da região.

Os assentamentos rurais são espaços territoriais criados pelo Estado com o objetivo de abrigar famílias beneficiárias da reforma agrária. Eles variam em tipo (tradicionalistas, agroextrativistas, de colonização dirigida, etc.) e em grau de organização social e produtiva. De acordo com Sauer 2006, os assentamentos representam não apenas uma forma de reorganização do espaço agrário, mas também de reprodução social dos trabalhadores rurais. Contudo, a carência de políticas integradas, como educação, saúde, crédito agrícola e escoamento da produção ainda compromete sua sustentabilidade (Navarro, 2010).

Desde a década de 1990, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem coordenado programas de assentamento de famílias em áreas desapropriadas, mesmo diante de muitos desafios quanto à infraestrutura, assistência técnica e políticas de permanência no campo (Medeiros, 2014).

Nesse sentido, é importante destacar os desafios da agricultura camponesa desenvolvida pelos trabalhadores nos assentamentos rurais, como afirma Silva (1991, p. 74).

O acesso à terra deve ser entendido como uma condição de sobrevivência, como um local de moradia e substância para aqueles que não encontraram outra possibilidade de inserção produtiva na atual sociedade. É fundamental que estancado o atual processo de “lumpenização” dos grupos menos favoráveis, pois a luta pela terra hoje é a luta pela sobrevivência dessa imensa maioria de despossuídos que o desenvolvimento capitalista não está conseguindo incorporar produtividade.

No Brasil as políticas de desenvolvimento rural esbarram em estruturas arcaicas, que acabam por inviabilizar a atuação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Entre os principais entraves estão o grande latifúndio e o clientelismo político, que frequentemente se manifestam por meio do direcionamento de recursos públicos para o agronegócio. O financiamento estatal da agricultura, por exemplo, tende a favorecer majoritariamente os grandes produtores rurais, promovendo o avanço das monoculturas e deixando o campesinato em situação de vulnerabilidade, devido à escassez de políticas voltadas ao fortalecimento dos assentamentos rurais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir esse objetivo, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica acerca de espaço, território, campesinato, reforma agrária e políticas públicas. Nessa etapa, surgiu a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a atuação e a inação do Estado brasileiro no que tange à política agrária e à falta de assistência às famílias assentadas por todo o Brasil, mas, de modo particular, no Tocantins, o que levou à expansão da pesquisa bibliográfica para o estudo da formação do Estado capitalista.

O objetivo final deste trabalho foi compreender as vulnerabilidades dos trabalhadores camponeses e os principais desafios da agricultura camponesa praticada pelas famílias do Assentamento Luar do Sertão, localizado em Ananás – TO. Para isso, foram utilizadas como parâmetros de análise pesquisas bibliográficas, que serviram de base teórica para a abordagem do tema, por meio da leitura de periódicos, livros, teses, dissertações e outros artigos. Além disso, foram realizadas investigações *in loco*, com a coleta de dados qualitativos e quantitativos por meio de visitas e observações diretas no local de estudo. Esses procedimentos forneceram as respostas necessárias às questões aqui abordadas.

Utilizaram-se, ainda, para a construção desse artigo dados secundários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre assentamentos, áreas desapropriadas, famílias beneficiadas. Esses dados foram organizados e analisados no contexto da discussão sobre a política de reforma agrária e o papel assistencialista do estado. Também foram utilizados os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo no Brasil, e a luta dos assentados no processo produtivo

Portanto, este trabalho se justifica pela importância de aprofundar o conhecimento da sociedade, que em geral desconhece a realidade vivida pelas famílias assentadas, bem como os desafios enfrentados pelos pequenos trabalhadores rurais. Esses problemas são cotidianos e decorrem da falta de atenção por parte do poder público e de seus órgãos de apoio. A geografia agrária, por sua vez, demonstra interesse em compreender o processo histórico que envolve o meio rural, ressaltando os desafios que os assentamentos enfrentam mesmo após sua consolidação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A historicidade do processo de desenvolvimento desigual no Brasil é vista principalmente pela ampliação e disseminação das relações capitalistas de produção no campo, para a produção das *commodities*, sendo negligenciadas as demais formas de organização como os assentamentos rurais que sofrem com a falta de infraestrutura básica. Muitos assentamentos não contam com estradas em boas condições, acesso à eletricidade, abastecimento de água potável, saneamento básico e/ou transporte público. Essa precariedade dificulta o escoamento da produção agrícola, o acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais, isolando ainda mais essas populações.

Diante de tais condições, o Estado fica sujeito às exigências do capital de modo que as políticas de desenvolvimento se direcionam, preferen-

cialmente, ao processo de acumulação do capital, bem como à sua reprodução ampliada, segundo aponta Celso Furtado (1971).

A organização social e produtiva dentro dos assentamentos apresenta percalços dentre os quais destacamos a falta de crédito para os assentados e as poucas políticas de fomento que auxiliam no processo produtivo. A dissonância entre as demandas dos assentados e as políticas públicas existentes é um problema recorrente em muitos assentamentos no Brasil a fora, não obstante, no Tocantins a realidade não difere em outros estados.

Os desafios enfrentados pelos camponeses no Brasil se dão em diferentes âmbitos da vida social, como a luta pela terra, os desafios enfrentados para permanecer e as políticas destinadas à reforma agrária. Por isso, faz-se necessário o entendimento da realidade no campo brasileiro, que se alicerçam em desigualdades sociais, vulnerabilidades que envolvem, sobretudo, o espaço rural, atingindo principalmente a agricultura de base familiar como os assentamentos rurais, como é o caso do assentamento Luar do Sertão.

O Assentamento Luar do Sertão em Ananás - TO teve sua criação oficial de acordo com dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no ano de 2011, com capacidade para receber 28 famílias. Atualmente, segundo registros oficiais, o assentamento abriga cerca de 30 famílias e ocupa uma área territorial de 1.941,1308 hectares. Cabe destacar que a criação do Assentamento Luar do sertão demonstra a inclusão das famílias na sociedade. Esses trabalhadores tiveram uma melhor condição de vida no que diz respeito à própria relação e condição de trabalho, embora ainda haja muito a ser feito por essas famílias em suas áreas produtivas.

O assentamento conta também com uma associação que representa as famílias, lutando pela melhoria da produção e buscando recursos para a comunidade. Entre as conquistas estão cursos para os moradores, a melhoria da estrada de acesso ao local, o transporte escolar que diariamente

busca os alunos para levá-los à escola, e um caminhão da prefeitura que, duas vezes por mês, recolhe as mercadorias produzidas para que esses pequenos produtores possam vendê-las na cidade.

Percebemos que a permanência das famílias em assentamentos rurais no Brasil é uma realidade desafiadora, uma vez que essa continuidade está diretamente relacionada a diversos fatores de ordem econômica e social. Apesar da existência de políticas públicas voltadas para beneficiar a população do meio rural, como a própria reforma agrária, é notório que tais políticas não contemplam todos os assentados. Pois, mesmo quando há acesso a esses benefícios, outros desafios continuam dificultando a permanência das famílias em suas terras, como o limitado acesso ao emprego, à saúde, à educação, entre tantos outros direitos básicos necessários.

Desta forma, podemos considerar que essas unidades de produção agrícola, que são os assentamentos rurais, são espaços em que os problemas sociais podem ser resolvidos com o apoio do Estado de forma sustentável e pragmática, sendo base para um modelo de desenvolvimento não só rural, mas também social, atendendo assim boa parte das expectativas da população assentada. Dessa maneira, a agricultura familiar tem sido significativa para abastecer a mesa do brasileiro, mesmo com poucos incentivos públicos.

Dessa forma, as famílias assentadas no Assentamento Luar do Sertão enfrentam diversos desafios, como a falta de assistencialismo, o difícil acesso ao crédito para pequenos produtores, a insuficiência de infraestrutura para o escoamento da produção e a subordinação ao mercado. Entre essas dificuldades, destaca-se sobretudo a escassez de fomento, que compromete o desenvolvimento sustentável e a autonomia das famílias não apenas neste assentamento, mas também em outras áreas semelhantes pelo Brasil.

A falta de acesso a crédito rural, assistência técnica e políticas públicas adequadas impede a implementação de projetos produtivos, a diver-

Os desafios da agricultura camponesa e as vulnerabilidades sociais encontradas no Assentamento Luar do Sertão em Ananás-TO

sificação da produção e a melhoria da infraestrutura. Consequentemente, muitos assentamentos enfrentam dificuldades para se consolidar economicamente, resultando em baixa produtividade, êxodo rural e dependência de programas assistenciais, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e limitando o plano potencial da reforma agrária.

No assentamento Luar do Sertão em Ananás -TO, encontramos diversas vulnerabilidades que impactam a vida das famílias assentadas como a falta de infraestrutura. Uma vez que, a maioria das moradias são simples e muitas delas feitas de tábuas, cenário ocasionado pela falta de crédito habitacional para construção de casas mais dignas. Não há posto de saúde no assentamento, obrigando os moradores a se deslocarem para a cidade em casos de necessidade médica, o que gera custos e dificuldades. Além disso, a ausência de uma escola local faz com que as crianças precisem viajar para estudar, enfrentando cansaço e atrasos no aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, o assentamento Luar do Sertão não é apenas um lugar de produção agrícola, mas um lugar onde se constrói relações afetivas, redes de solidariedade e práticas coletivas que desafiam a lógica excludente do agronegócio e da produção capitalista do espaço. É um lugar de resistência e superação de desafios, onde se reafirma a função social da terra e a busca por um modelo de sociedade mais justa e humana.

É importante destacar a discussão sobre reforma agrária, os desafios e as vulnerabilidades encontradas nos assentamentos rurais. Neste contexto, este trabalho também nos convida a refletir sobre o papel do Estado, das políticas públicas e da própria Geografia enquanto ciência comprometida com as transformações sociais. Cabe às instituições como universidades, escolas e pesquisadores, aprofundar esse debate, valorizando o conhecimento construído pelos sujeitos do campo e

reconhecendo sua importância na construção de um território mais inclusivo com oportunidades de desenvolvimento sem retirar o papel essencial do Estado que é de garantir o crescimento da classe trabalhadora através de oportunidades, tanto para quem está no campo ou na cidade.

A vulnerabilidade enfrentada pelas unidades produtivas camponesas muda de acordo com a realidade de cada assentamento e com as condições de produção, que estão intimamente ligadas às diferenças regionais do nosso país. No Tocantins, especialmente no assentamento em questão, um dos principais desafios é a baixa fertilidade do solo, o que dificulta a produção agrícola. Nesse sentido, a agricultura camponesa persiste mesmo com as insuficientes políticas públicas de permanência na terra.

Por fim, é importante ressaltar a desigualdade na distribuição de terras no país como pano de fundo para todos esses desafios. A concentração de terras nas mãos de grandes produtores contrasta com a realidade dos pequenos agricultores e das famílias assentadas, como as que estão no assentamento Luar do Sertão, que lutam para garantir sua subsistência e contribuir para a produção de alimentos na região. Apesar das dificuldades, a organização coletiva como a associação dos assentados tem se mostrado uma estratégia eficaz para a resolução de problemas internos e para a construção de respostas aos desafios externos.

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1971.

MEDEIROS, L. F. Políticas públicas e assentamentos rurais: entre a inclusão e a resistência. *Revista NERA*, v. 17, n. 27, 2014.

NAVARRO, Z. *A política pública de reforma agrária no Brasil: diagnósticos e proposições*. Texto para discussão – IPEA, 2010.

PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 194 p.

Os desafios da agricultura camponesa e as vulnerabilidades sociais encontradas no Assentamento Luar do Sertão em Ananás-TO

SANTOS, R. (2005). A reforma agrária no Brasil: entre a intenção e a realização. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 2.

SAUER, S. Modernização conservadora no campo e reforma agrária no Brasil. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 1, 2006.

SILVA, J. G. Um modelo para uma “reforma agrária social” no Brasil In: GÖGEN, F. S. ANTÔNIO; STÉDILE, J. P. (Orgs.). *Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: VOZES, 1991

SABERES DA TERRA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GRAJAU-MA

ÉGILA MARIA SANTOS ASSUNÇÃO, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1967-0296>

NAUANE CRUZ SOUSA, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8098-5510>

NEUSANI OLIVEIRA IVES-FELIX, Universidade Federal do Maranhão,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8370-8933>

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma ação de intervenção pedagógica realizada durante o Estágio Supervisionado II – Ensino Médio, nas disciplinas de Química e Física. Componente obrigatório do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais – Habilitação em Química. A proposta surgiu com o intuito de tornar o ensino das Ciências da Natureza mais significativo e contextualizado, integrando conteúdos curriculares à realidade dos estudantes. A intervenção foi inspirada a partir de metodologias ativas de aprendizagem, buscando promover uma abordagem interdisciplinar, participativa e voltada à valorização dos saberes locais, da sustentabilidade e da inovação. Segundo Moran (2015), às metodologias ativas são propostas didáticas em que o estudante aprende com mais autonomia, construindo sentido para o que estuda, por meio de projetos, estudos de caso, simulações, resolução

de problemas e colaboração. Para Capellato *et al.* (2019, p.81), “as metodologias ativas criam um ambiente de aprendizagem mais prazeroso e significativo, onde os alunos são desafiados a investigar, questionar e aplicar o que aprenderam de forma prática e concreta”.

Dentre os objetivos da ação destacamos, estimular a pesquisa sobre práticas sustentáveis relacionadas à produção de alimentos e à preservação ambiental; incentivar o uso de materiais recicláveis ou reaproveitáveis na construção de maquetes e experimentos; promover o resgate de receitas tradicionais e o uso de ingredientes regionais; desenvolver habilidades como comunicação, trabalho em equipe e pensamento crítico; e, sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da inovação verde para a preservação ambiental e o fortalecimento da economia local.

A ação de intervenção culminou com a realização de uma exposição científica e cultural intitulada de “I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra na Escola Família Agrícola de Grajaú – Maranhão (EFAGMA)”, que teve o objetivo de promover a integração entre alunos do ensino médio por meio de atividades práticas que incentivassem a criatividade, a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e a valorização dos recursos naturais da região.

A intervenção foi realizada na EFAGMA que se destaca como um ambiente educacional comprometido com a formação integral de seus estudantes, oferecendo uma educação técnica de qualidade aliada à formação acadêmica. A escola é situada em uma região do Projeto Boa Vista, zona rural de forte vínculo com a agricultura e a sustentabilidade, tem como um de seus pilares a promoção do aprendizado prático e contextualizado.

A EFAGMA adota a Pedagogia de Alternância, um modelo educacional que se caracteriza pela alternância entre períodos de aprendizagem teórica na escola e atividades práticas em contextos profissionais e comunitários. E, visa proporcionar aos alunos uma experiência mais ampla, conectando o conhecimento adquirido em sala de aula com as vivências no

campo e no mercado de trabalho. Para Freire (1996), a educação deve ser um processo dialógico e transformador, capaz de estimular a consciência crítica e a ação coletiva. Portanto, eventos que conectam diferentes áreas do saber e promovem o intercâmbio cultural e científico contribuem significativamente para a construção de uma educação integral.

A EFAGMA busca constantemente aproximar os alunos da realidade do mundo do trabalho e das questões ambientais locais, permitindo que desenvolvam uma consciência crítica sobre os desafios enfrentados pela sociedade. Assim, a escola valoriza o conhecimento acadêmico, a cultura e os saberes tradicionais da comunidade, incentivando a preservação de práticas sustentáveis e a inovação. A I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra na EFAGMA se insere nesse contexto, sendo uma oportunidade de os alunos aplicarem seus conhecimentos de forma prática, ao mesmo tempo promover o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento de soluções para problemas ambientais e sociais.

De acordo com Bonfim e Amaral (2020), as metodologias ativas se destacam por favorecer uma aprendizagem mais significativa, ao estimular a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Nesse sentido, a I Mostra buscou articular práticas sustentáveis, ao ensino de Química, incentivando a reflexão crítica sobre os impactos ambientais das ações humanas e buscando o desenvolvimento de soluções criativas e conscientes. Abordagem que se alinha à teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, para o teórico o conhecimento novo deve ser integrado ao que o aluno já sabe, a partir de uma conexão entre o conteúdo a ser aprendido e os conhecimentos prévios, facilita a aquisição e compreensão de novos conceitos (Ausubel, 1968, 1997).

A integração dos alunos do ensino médio é essencial para o fortalecimento de competências socioemocionais e cognitivas, como a cooperação, o pensamento crítico e a resolução de problemas. Iniciativas como exposições científicas permitem que os estudantes se tornem protagonis-

tas do processo educativo, aplicando seus conhecimentos de forma prática, criativa e interdisciplinar.

Além de fomentar a interdisciplinaridade, a proposta da I Mostra se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, em especial ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ao ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). Ao abordar temas como sustentabilidade, inovação e valorização dos recursos naturais locais, o projeto buscou sensibilizar os alunos para os desafios contemporâneos e incentivá-los a buscar alternativas sustentáveis para a realidade em que vivem. Conforme Capra (2006), é fundamental que os jovens compreendam as interconexões entre os sistemas ecológicos, sociais e econômicos, desenvolvendo uma visão sistêmica e responsável diante dos problemas globais. Além disso, a valorização dos saberes populares e da cultura local fortalece a identidade comunitária e contribui para a construção de um sentimento de pertencimento (Santos, 2002).

A atividade proposta também se apoia na perspectiva de Dewey (1938), que defende a importância da experiência prática e da aprendizagem por meio da ação como fundamentos para um ensino eficaz. Ao envolver os estudantes na construção de maquetes, experimentos, resgate de receitas e apresentações orais, a I Mostra proporcionou uma vivência educativa rica, capaz de integrar teoria e prática, escola e comunidade. Mas, do que um evento pontual, a intervenção representou uma oportunidade concreta de aprendizagem colaborativa, engajamento social e formação cidadã, reafirmando o papel da escola como espaço de transformação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O uso de metodologias ativas tem se consolidado como uma estratégia eficaz no processo de ensino-aprendizagem, promovendo um ensino mais participativo e envolvente. (Bacich e Moran 2018). Para Bonfim e

Amaral (2020), essas metodologias propiciam uma aprendizagem significativa ao estimular o aluno a assumir o protagonismo de seu próprio conhecimento, deixando de ser um receptor passivo de informações. Esse conceito está em consonância com a teoria de Ausubel (1968, 1997), que enfatiza a importância da aprendizagem significativa, onde o novo conhecimento é integrado ao que o aluno já sabe, proporcionando uma compreensão mais profunda e duradoura. A aprendizagem, para Ausubel, ocorre de forma mais eficaz quando o conteúdo novo é relacionado ao conhecimento prévio, um ponto essencial para o desenvolvimento de um ensino eficaz, como o que foi proposto na I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra, em que o foco foi conectar os conteúdos acadêmicos com a vivência prática no campo e no contexto local.

Nesse contexto, para Freire (2016, p. 26), “a educação é um ato de liberdade, no qual o educando é o sujeito da aprendizagem, e não apenas um receptor de conteúdo”. Segundo o teórico Freire, a educação deve ser dialógica e participativa, considerando o aluno como agente ativo na construção do saber. Perspectiva amplamente aplicada na EFAGMA, em que a Pedagogia de Alternância permite aos alunos aprenderem teoricamente em sala de aula e aplicar esses conhecimentos de maneira prática, no campo, interagindo com a realidade local.

A Pedagogia da Alternância tem como objetivo integrar o ensino acadêmico e a vivência prática, criando um ciclo de aprendizagem contínuo e reflexivo. Como destacado por Ramos (2001, p. 37) “a pedagogia de alternância combina a teoria e a prática, permitindo que os alunos vivenciassem o conhecimento de forma concreta e contextualizada, o que fortaleceu sua formação tanto acadêmica quanto profissional”. No caso da EFAGMA, esse modelo pedagógico possibilita que os alunos participem de atividades práticas relacionadas ao meio rural e às questões ambientais, fundamentais para a formação cidadã e para o desenvolvimento de soluções sustentáveis para a comunidade.

Vygotsky (1978), em sua teoria sociointeracionista, também enfatizou que a aprendizagem é um processo social, no qual o indivíduo constrói o conhecimento a partir das interações com o outro. De acordo com o teórico, “o desenvolvimento humano ocorre em um contexto de interação social, sendo essencial a colaboração e o compartilhamento de saberes para a aprendizagem significativa” (p. 57). Cabe destacar que a interação entre os alunos e professores da EFAGMA e a comunidade local foi um elemento chave para o processo de realização da ação de intervenção em questão.

A questão da sustentabilidade é uma preocupação crescente no currículo educacional, especialmente no ensino de Química. Para Capra (2006, p.37), “a sustentabilidade é uma prática que deve ser incorporada à educação de maneira transversal, com a promoção de um pensamento crítico que considere as interconexões entre os sistemas ecológicos, sociais e econômicos”, o que está diretamente relacionado ao ensino de Química. Nesse sentido, Gonçalves e Gomes (2022 p.55) afirmam que o objetivo dessa disciplina é “compreender os fenômenos naturais e suas implicações para o meio ambiente e para a sociedade”. A I Mostra visou promover um aprendizado ativo sobre práticas sustentáveis e a utilização de recursos naturais de forma responsável, possibilitando que os alunos, por meio de maquetes e experimentos, conectem os conhecimentos teóricos com a prática local.

Nesse contexto, trabalhar em uma perspectiva de educação interdisciplinar foi outra abordagem fundamental durante a realização da ação de intervenção, pois permitiu que os alunos compreendessem a complexidade dos fenômenos naturais a partir de múltiplas perspectivas. Souza (2007 p.109). Destaca que a interdisciplinaridade “favorece uma compreensão holística dos problemas e promove a construção de um saber mais integrado, que transcende as fronteiras das disciplinas tradicionais”. No contexto da EFAGMA, a integração de diferentes áreas do conhecimento, como Ciências, Geografia e Educação Ambiental, favorece uma formação mais completa e conectada com a realidade local.

Portanto, a partir das metodologias ativas buscou envolver os alunos na construção do conhecimento por meio de atividades que incentivassem a descoberta, a resolução de problemas e a pesquisa. Capellato, Ribeiro e Sachs (2019 p. 93), afirmam que “as metodologias ativas são fundamentais para engajar os alunos, pois os colocam no centro do processo de aprendizagem, desafiando-os a pensar e a agir de maneira criativa e crítica”. Essa abordagem permitiu que os alunos se envolvessem diretamente no aprendizado, transformando o ambiente educacional em um espaço mais dinâmico e interativo.

Paim, Iappe e Rocha (2015, p. 144) argumentam que “é urgente a substituição de metodologias baseadas na memorização e repetição por aquelas que estimulem o raciocínio crítico e a reflexão”.

As práticas pedagógicas tradicionais têm sido amplamente criticadas. Teóricos como Freire (2016), as considerava como instrumento de alienação e passividade do sujeito. As metodologias ativas, portanto, são consideradas como uma forma de democratizar o aprendizado, pois o aluno é visto como um sujeito que constrói seu conhecimento por meio da interação com o conteúdo e com os outros.

Ao integrar as metodologias ativas, a Pedagogia da Alternância, e a sustentabilidade, o projeto I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra proporcionou um ambiente de aprendizagem que valorizou o conhecimento local, promoveu a reflexão crítica e contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios do futuro.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia aplicada no projeto de ação de intervenção, que culminou na I Mostra Verde de Inovação: Saberes e Sabores da Terra na EFAG-MA, foi fundamentada em abordagens ativas de ensino e aprendizagem, nas quais os estudantes atuaram como protagonistas no processo educa-

cional, construindo o conhecimento de forma colaborativa e contextualizada. A proposta metodológica combinou elementos de pesquisa, criatividade, trabalho em equipe e exposição pública.

1- Planejamento da I Mostra – os estudantes foram organizados por anos, as turmas de 1º, 2º e 3º série abordou subtema específico (“Sustentabilidade na Produção de Alimentos Locais”, “Inovações Verdes na Preservação do Meio Ambiente”, “Sabores da Terra: Resgate e Valorização da Cultura Local”) relacionado ao eixo central da I Mostra. A distribuição das subtemáticas ficou da seguinte forma:

- O 1º ano trabalhou com subtema “Sustentabilidade na Produção de Alimentos Locais”, explorando tópicos como cultivo sustentável, técnicas agroecológicas e hortas comunitárias.
- O 2º ano desenvolveu trabalhos sobre “Inovações Verdes na Preservação do Meio Ambiente”, abordando práticas como o uso de energias renováveis e o reaproveitamento de resíduos orgânicos e inorgânicos.
- 3º ano focou em “Sabores da Terra: Resgate e Valorização da Cultura Local”, resgatando receitas tradicionais com ingredientes da região e processos artesanais de beneficiamento de alimentos.
- Divisão das turmas em grupos de até cinco membros: Cada grupo ficou responsável pela elaboração de um banner explicativo e de uma maquete representativa. O banner deveria conter: introdução, fundamentação teórica, explicação detalhada da maquete, proposta de inovação com impacto social ou ambiental e referências. A maquete buscava ilustrar de maneira criativa e concreta os conceitos trabalhados nos banners, como por exemplo, hortas sustentáveis ou modelos de biodigestores caseiros. As maquetes foram confeccionadas, preferencialmente, com materiais sustentáveis ou reaproveitados.

- O desenvolvimento dos trabalhos ocorreu ao longo de quatro semanas, iniciando em novembro de 2024 até o dia 9 de dezembro, com o acompanhamento semanal de professores orientadores das disciplinas de Química, Biologia e Geografia. Na penúltima semana antes do evento, houve uma avaliação prévia dos trabalhos pelos docentes, com o objetivo de realizar ajustes necessários e garantir o alinhamento temático.

2- Culminância da ação de intervenção com a exposição dos trabalhos em estandes temáticos organizados ano foi a concretização da I Mostra Verde de Inovação: Saberes e Sabores da Terra na EFAGMA. Momento em que cada grupo teve um espaço destinado à apresentação de sua subtemática com explicações orais aos visitantes, e troca de saberes com toda a comunidade.

3- A avaliação final dos trabalhos: foi realizada por uma comissão formada por professores e convidados da comunidade escolar, com base em critérios previamente definidos: relevância do tema (20 pontos), criatividade na maquete (20 pontos), clareza e organização do banner (20 pontos), coerência entre banner e maquete (20 pontos) e apresentação oral durante a exposição (20 pontos). Os trabalhos com melhor desempenho em cada ano receberam certificados de reconhecimento e premiações simbólicas, como kits escolares e de livros, valorizando o esforço dos estudantes e incentivando sua participação em futuras ações educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação de intervenção intitulado I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra na EFAGMA foi desenvolvido como uma prática de ensino interdisciplinar fundamentada em metodologias ativas de aprendizagens com o objetivando articular os conhecimentos construídos em sala de aula a práticas sustentáveis, valorizando o território, os saberes locais

e o protagonismo juvenil. O planejamento ocorreu ao longo das quatro semanas, culminando na execução do evento no dia 9 de dezembro de 2024, das 8h às 18h, nas dependências da Escola Família Agrícola de Grajaú-MA (EFAGMA). O evento mobilizou toda a comunidade escolar — professores, estudantes, pais, funcionários e moradores da região.

Na preparação da culminância da ação de intervenção os alunos realizaram desde a limpeza das salas e a parte externa da escola (Figura 1), confecção de maquetes e banners (Figura 2) até a organização dos estandes. Nessa etapa foi inicialmente reforçada a noção de pertencimento e responsabilidade coletiva, aspectos relevantes na pedagogia da alternância.

Figura 1 – Registro da limpeza e organização do espaço escolar pelos estudantes e docentes



Fonte: Fotografia das autoras (2024)

Figura 2 – Alunos durante o processo de construção das maquetes com materiais reaproveitados



Fonte: Fotografia das autoras (2024).

A culminância da ação de intervenção foi marcada por apresentações temáticas de 16 grupos compostos por estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, que expuseram maquetes e banners construídos ao longo de quatro semanas com acompanhamento de professores das disciplinas de Química, Biologia e Geografia.

Os trabalhos abordados na 1ª série temáticas falando sobre o uso da inteligência artificial na previsão climática, onde envolvendo na agricultura permite antecipar fenômenos meteorológicos, reduzindo perdas nas lavouras devido a chuvas intensas ou secas. Isso está relacionado à termodinâmica, pois envolve o estudo da transferência de calor na atmosfera e o uso de sensores e satélites, que utilizam conceitos de ondas eletromagnéticas e processamento de dados. Formas de organização como o trabalho “Agricultura vertical uma nova tendência” esse trabalho trouxe formas de colocar mais plantações em locais pequenos, destacando principalmente para hortas em quintais como hidroponia, que utiliza soluções químicas nutritivas para o crescimento das plantas. A química está presente no controle do pH do solo ou da água, na absorção de minerais essenciais pelas plantas e no uso de fertilizantes balanceados para maximizar a produtividade sem degradação ambiental.

Na turma da 2ª série, foi apresentado a Agricultura familiar onde trazia o impacto do agrotóxico e como a agricultura familiar trabalhava sem agrotóxico trazendo os benefícios para a saúde. Outro trabalho foi o controle biológico de pragas, uso de biofertilizantes como composteiras, o chorume além do mais biofertilizantes não agredem o meio ambiente e os insetos benéficos para a plantação. O impacto dos agrotóxicos na agricultura foi analisado, destacando a contaminação do solo e da água por substâncias químicas. Em contrapartida, os biofertilizantes, como o chorume das composteiras, foram apresentados como uma alternativa sustentável, promovendo a fertilização natural do solo sem causar danos ambientais. Assim, é destacado como uma forma sustentável de proteger as plantações, uti-

lizando insetos benéficos ao invés de pesticidas químicos. Além disso, as técnicas de conservação do solo ajudam a prevenir a erosão, garantindo um ambiente mais equilibrado para o crescimento das culturas. Técnicas de conservação do solo, essa maquete trouxe a parte da erosão e como podemos evitá-la.

No 3º ano os alunos trouxeram na parte da cultura, o Festival do Peixe e a quadrilha que é feita por eles mesmos todos os anos. O Festival é um evento que conta com a participação dos moradores da redondeza, o Projeto Boa Vista (Povoado que se encontra a escola) é um dos maiores fornecedores de peixe para a cidade de Grajaú, a criação de peixes no povoado está relacionada à piscicultura, que estuda a reprodução e crescimento dos peixes em cativeiro. Então conta com os criadores para fornecer o principal alimento da festa, onde é realizada no centro do povoado com a duração de 1 dia e tem diversas atrações musicais. Com a popularidade do festival que já está na sua 14ª edição, e os moradores evangélicos realizaram em 2024 o 1º festival do peixe gospel, com atrações locais evangélicas. Essa construção coletiva dialogou com os princípios da educação contextualizada, conforme propõem Freire (2016) e Arroyo (2017), ao reconhecer os sujeitos do campo como detentores de saberes legítimos.

As exposições revelaram um aprofundamento significativo dos conteúdos trabalhados como o papel da mulher na agricultura familiar, a cultura local, mudanças climáticas na agricultura, controle biológico de pragas, uso de biofertilizantes como composteiras, entre outros, especialmente pela mediação ativa dos professores. A construção das maquetes, por exemplo, permitiu aos estudantes representarem visualmente conceitos abstratos como a compostagem, o ciclo de nutrientes no solo e o funcionamento de um biodigestor caseiro. Segundo Ausubel (1997, p. 27), “a aprendizagem significativa ocorre quando uma nova informação se relaciona de maneira substantiva e não arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe”. Relação estabelecida pelos alunos ao explicarem seus projetos aos visitantes.

Os alunos na posição de mediadores (Figura 3) do conhecimento interagiram com o público visitante (Figura 4) e evidenciaram o protagonismo juvenil. O contato com diferentes públicos exigiu que organizassem suas falas, desenvolvendo segurança na comunicação oral ao responder os questionamentos que surgiram durante a exposição das temáticas por eles trabalhadas. De acordo com Vygotsky (1978), a aprendizagem ocorre em contextos sociais e colaborativos, nos quais o sujeito aprende ao interagir com o outro.

Figura 3– Abertura oficial da I Mostra.



Fonte: Fotografia das autoras (2024).

Figura 4– Visitantes



Fonte: Fotografia das autoras (2024).

A participação dos familiares dos alunos e de membros da comunidade foi importante para o fortalecimento da relação escola-comunidade. Muitos visitantes reconheceram nas maquetes práticas agrícolas e hábitos locais, o que reforçou a importância de integrar os saberes populares às práticas escolares (Figura 5 e 6). A ação de intervenção, portanto, foi um catalisador de trocas de saberes entre gerações e sujeitos com experiências distintas, mas complementares.

Figura 5 e 6 – Estudantes apresentando suas maquetes e banners aos visitantes nos estandes temáticos

Fonte: Fotografia das autoras (2024).

No que se refere à avaliação dos trabalhos realizados pelos alunos durante essa ação de intervenção, I Mostra, tiveram os seguintes critérios adotados: clareza expositiva, criatividade, coerência entre maquete e banner e relevância social da proposta, os quais foram bem aceitos pelos alunos. A comissão avaliadora, formada por professores e convidados da comunidade escolar (Figura 7) destacou o empenho dos estudantes e o potencial pedagógico da iniciativa. Os grupos com melhor desempenho receberam certificados e prêmios simbólicos, como forma de reconhecimento.

De forma geral, a I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra na EFAGMA consolidou-se como uma experiência educativa transformadora, promovendo aprendizagens significativas e fomentando a interdisciplinaridade. Conforme Capellato, Ribeiro e Sachs (2019), metodologias ativas que colocam o estudante como protagonista são essenciais para desenvolver competências críticas e colaborativas. Nas palavras de Valente (2018, p. 15), “a aprendizagem ativa envolve o aluno em um processo de construção do conhecimento por meio de experiências significativas e interações sociais”.

Figura 7 – Vista geral da exposição com alunos, familiares e comunidade circulando entre os estandes



Fonte: Fotografia das autoras (2024).

Entretanto, durante a execução ação de intervenção, foram identificadas limitações, como a carência de materiais adequados para a confecção das maquetes e a ausência de uma estrutura física mais apropriada para eventos desse porte. Obstáculos que, embora não tenham comprometido a realização da I Mostra, apontaram para a necessidade de investimentos mais consistentes em recursos pedagógicos e infraestrutura escolar, especialmente em escolas do campo.

Portanto, ação de intervenção demonstrou que metodologias pedagógicas contextualizadas, colaborativas e ancoradas na realidade do estudante rural podem promover uma educação mais crítica, participativa e alinhada às demandas sociais do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra na EFAGMA evidenciou o potencial transformador de práticas pedagógi-

cas integradoras, contextualizadas e centradas no protagonismo estudantil. A proposta objetiva proposta, ao articular os conhecimentos escolares às vivências e realidades do campo, promovendo aprendizagens significativas e o fortalecimento da identidade dos sujeitos do meio rural.

Ao longo do desenvolvimento da I Mostra, foi possível perceber que os estudantes, quando envolvidos em atividades interdisciplinares e colaborativas, demonstram maior engajamento e compreensão dos conteúdos. A construção das maquetes, a produção dos banners e a exposição dos trabalhos revelaram não apenas domínio dos temas abordados, mas também senso crítico, criatividade e capacidade de comunicação. Elementos que comprovam a eficácia das metodologias ativas aplicadas, sobretudo em espaços educativos que adotam a pedagogia da alternância, como é o caso da EFAGMA.

Além do impacto direto na aprendizagem dos alunos a I Mostra contribuiu para estreitar os laços entre escola e comunidade, valorizando os saberes locais, o trabalho coletivo e a troca intergeracional. A presença expressiva de familiares e moradores da região confirmou a relevância de ações pedagógicas de intervenção que dialoguem com os territórios e que envolva os sujeitos em sua integralidade. A atividade possibilitou um olhar mais atento para as condições estruturais da escola, sinalizando a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura e materiais didáticos que permitam a continuidade e ampliação de experiências como esta.

Como hipótese inicial, considerava-se que a articulação entre teoria e prática, ancorada nos saberes locais, poderia ampliar o interesse e a participação dos alunos nos processos formativos. Tal suposição foi confirmada pela expressiva mobilização da comunidade escolar e pela qualidade dos trabalhos apresentados, que refletem o comprometimento dos estudantes e a relevância da abordagem adotada.

Portanto, conclui-se que iniciativas como a I Mostra Verde de Inovação, Saberes e Sabores da Terra devem ser incentivadas e institucionalizadas.

zadas como parte do currículo das escolas do campo, pois poderão contribuir não apenas para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mas para a valorização cultural, o exercício da cidadania e a construção de uma educação mais democrática, crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. *The psychology of meaningful verbal learning*. New York: Grune & Stratton, 1963.

AUSUBEL, David Paul. *Educational psychology: a cognitive view*. 2. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

AUSUBEL, David Paul. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano, 1997.

BONFIM, Luciana; AMARAL, Sandra. Metodologias ativas e protagonismo estudantil no ensino médio. *Revista Educação e Práticas Docentes*, v. 4, n. 8, p. 15–30, 2020.

CAETANO, André Luiz; LEÃO, Ana Luíza Santos. A importância das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 4, p. 422–439, 2022.

CAPELLATO, Caroline; RIBEIRO, Cláudia Andrea Lima; SACHS, Rafael. Metodologias ativas no ensino de ciências: da teoria à prática. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 12, n. 1, p. 77–93, 2019.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1938.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 6. ed. Campinas: Papirus, 2015.

GADOTTI, Moacir. *Educação e cidadania planetária*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

GONÇALVES, Alessandra; GOMES, Camila. A importância do ensino contextualizado na aprendizagem da Química. *Revista Ciência e Ensino*, v. 3, n. 1, p. 49–62, 2022.

PAIM, Enio; IAPPE, Jamile; ROCHA, Amanda. Práticas pedagógicas no ensino médio: desafios e possibilidades. *Educação em Questão*, v. 53, n. 41, p. 139–159, 2015.

PEDROSA, Fabiana Lima et al. Metodologias ativas na educação básica: possibilidades e desafios. *Educação em Foco*, v. 16, n. 1, p. 45–58, 2011.

RAMOS, Sérgio. *A pedagogia da alternância: educação do campo e desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: CONTAG, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Fábio Pedrosa dos; MORTIMER, Eduardo Fleury. A construção do conhecimento científico no ensino: um estudo a partir da teoria de Vygotsky. *Ciência & Educação*, v. 5, n. 1, p. 1–22, 1999.

SOUZA, Luciano Mendes de. *Interdisciplinaridade na prática docente*. Curitiba: IBPEX, 2007.

VALENTE, José Armando. *Metodologias ativas na educação presencial, a distância e híbrida: fundamentos e práticas*. Campinas: Papirus, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

AS VOZES DOS AKWĒ-XERENTE EM SEU TERRITÓRIO: DA BARRAGEM DE LAJEADO, NO RIO TOCANTINS, AO PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

MARCELO VENÂNCIO, Universidade Federal do Norte do Tocantins
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1123-9597>

INTRODUÇÃO

O presente texto busca evidenciar o lugar de fala do povo *Akwē-Xerente*, que teve seu território precarizado pela construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (depois oficialmente chamada de UHE Luiz Eduardo Magalhães)¹ no rio Tocantins e pela implantação do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix), implementado em virtude dos efeitos negativos da referida barragem. Assim, por meio do depoimento dos indígenas e de estudos já realizados sobre esse grande empreendimento, é possível concluir, de início, que a construção dessa barragem trouxe diversos efeitos negativos e que o Procambix não diminuiu os impactos, pelo contrário, aprofundou ainda mais a precarização do território dos *Akwē-Xerente*, pois foi implantado de fora para dentro, sem considerar as especificidades culturais, econômicas e políticas desse povo.

¹ No decorrer deste trabalho, utilizaremos “UHE de Lajeado”, pois esse é o nome pelo qual a usina é conhecida pela população local.

Atualmente, os Akwê-Xerente somam uma população em torno de 2.051 pessoas (IBGE, 2010), estando distribuídos em 81 aldeias, sendo que a maior concentração populacional está nas aldeias Porteira, Salto, Funil e Brejo Comprido. Estão territorializados às margens do rio Tocantins, a 70 km de Palmas (capital do estado do Tocantins). Organizam-se através de duas metades que formam os clãs ou partidos: *Doi* e *Wahirê*. Assim, os *Kritó*, os *Kuzã* e os *Kbazi* formam a metade *Doi*, e os *Wahirê*, os *Kremprehi* e os *Krozakê* formam a metade *Wahirê*. Ocupam atualmente as Terras Indígenas Xerente (TI Xerente), com 167.542 ha, e Funil (TI Funil), com 15.703 ha, ambas regularizadas a partir da década de 1970.

Os Akwê-Xerente constituíram seus territórios às margens do rio Tocantins, numa relação íntima com a natureza e seus recursos, e é ela – a natureza – que rege todo o ecossistema e explica toda a cosmologia Akwê. Dada a localização, são constantemente afetados pelos projetos desenvolvimentistas que rondam seus territórios, tais como: a construção de rodovias, projetos de agricultura moderna nos limites de seus territórios, a urbanização (principalmente com a construção de Palmas) e a construção da barragem de Lajeado. Vale ressaltar que não é objetivo deste texto se debruçar sobre o processo de construção de Lajeado e a consequente implantação do Procambix (para aprofundamento nesse assunto ver: Venâncio (2020), Lima (2016), Santos (2015), Zitzke (2007), Araújo (2003), dentre outros autores), mas evidenciar as vozes dos indígenas silenciadas nesse processo.

A barragem de Lajeado foi construída pela Investco S.A. – um consórcio formado pelo grupo REDE, EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado Energia S.A. e CMS Energy – e entrou em funcionamento em 2002. Localizada no rio Tocantins, o lago artificial abrange 750 km² de área total e atinge os limites territoriais dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. No processo de implantação dessa barragem, os indígenas não foram ouvidos nem reco-

nhecidos enquanto atingidos devido à ideia patrimonialista em torno desse conceito, pois os *Akwẽ-Xerente* não tiveram suas terras alagadas pelo reservatório porque estão à jusante do barramento. Acontece que as mudanças do fluxo de água causadas pelo barramento atingiram profundamente as áreas de vazante do Tocantins. E é justamente das vazantes que os *Akwẽ* retiram parte significativa de sua subsistência com a prática da roça de várzeas (ou de toco). As mudanças dos fluxos de água trouxeram, também, uma queda na quantidade de peixes e de outras espécies da fauna e da flora com as quais os indígenas complementam sua dieta alimentar.

Diante disso, os *Akwẽ-Xerente* iniciaram um processo de muita luta para serem reconhecidos enquanto atingidos. Um dos trunfos para que isso fosse possível foram principalmente as roças de vazante impactadas pela barragem. Por meio de várias ações judiciais, os indígenas tiveram seus direitos reconhecidos, e, nos anos 2000, foi iniciado o processo de elaboração do Procambix². Acontece que os *Akwẽ-Xerente* tiveram novamente suas vozes silenciadas, uma vez que os técnicos do referido programa e da empresa construtora não estabeleceram nenhum tipo de discussão e debate com os *Akwẽ* sobre o tipo de compensação de que eles necessitavam e que almejavam.

Os subprogramas previstos no Procambix eram completamente alheios às necessidades e ao universo cultural dos *Akwẽ*. Trazendo em seu bojo uma visão utilitarista e colonialista de território, os projetos buscaram assimilar os indígenas aos padrões de produção da sociedade envolvente. O Procambix implantou em território indígena lavouras mecanizadas, a pecuária bovina, a criação de galinhas poedeiras e debicadas de cativeiro e

² Documento elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal do Mato Grosso (GERA/UFMT). Após várias lutas dos *Akwẽ-Xerente* e ações judiciais, o referido núcleo foi contratado pela Investco S.A para mapear todas as aldeias e fazer um levantamento étnico, social e cultural, catalogando línguas, costumes e tradições. Esse trabalho foi feito em parceria com a ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN).

tanques de criação de peixes, dentre outros. São, portanto, atividades que os Akwẽ-Xerente não estão habituados a praticar, pois, milenarmente, praticam a pesca, a caça e a plantação de roças de toco em vazante. Nenhum desses programas obteve o sucesso esperado, e os indígenas tiveram o processo de precarização de seus territórios aprofundado.

Dessa forma, mesmo com essas medidas compensatórias, os Akwẽ-Xerente continuam com sérios problemas no que se refere à autonomia alimentar e à manutenção de sua cultura. O programa provocou, também, vários conflitos dentro dessa comunidade, ocasionando, inclusive, dispersão territorial com formação de novas aldeias, sendo visto que a quantidade delas saltou de 30, em 2008, para 70 em 2016, e para 81 em 2019. Os indígenas relatam que um dos principais motivos para isso foram os inúmeros desentendimentos na implantação do referido programa.

A construção da barragem de Lajeado no rio Tocantins significou uma precarização territorial, na medida em que dilapidou os recursos naturais e também comprometeu a autonomia alimentar e cultural dos Akwẽ-Xerente. O Procambix não foi suficiente para reduzir os impactos negativos, pois pareceu muito mais uma tentativa colonialista de imposição da cultura capitalista do que uma valorização da cultura e dos modos de vida indígena.

Assim, conforme veremos no decorrer deste texto, quando questionados sobre a construção de Lajeado e a implantação do Procambix, as falas dos Akwẽ-Xerente se dividem entre o tempo de “antigamente” e o de “hoje”. O tempo de “antigamente” é o de antes de Lajeado e o de “hoje” é depois de Lajeado. Nesse sentido, a usina de Lajeado foi um divisor de águas tanto no sentido figurado quanto no literal. Suas falas, na maioria das vezes, se referiram à perda da capacidade produtiva de alimentos (o *saze* ou *desaze*), dado que o principal meio de produção – as várzeas (a *sdarã*) – foi alterado com a construção de Lajeado. Também diminuíram a quantidade e a produção de *saze* e, conseqüentemente, houve mudanças nos hábitos alimentares, porque, para complementar a alimentação, os

Akwẽ-Xerente recorrem desde então aos produtos industrializados vendidos nos mercados das cidades próximas, como Tocantínia. O Procambix, que seria uma medida para amenizar as perdas sofridas, com seu discurso “moderno” e “utilitarista” do território, não produziu efeitos satisfatórios, chegando, inclusive (conforme ressaltaram todas as vozes participantes da pesquisa), a aprofundar ainda mais o processo de precarização de seu território.

Dessa forma, o que pretendemos aqui é um diálogo com os *Akwẽ-Xerente* no qual se evidencie seu lugar de fala sobre o território antes e depois da construção da barragem e sua visão sobre ela. Além disso, evidenciaremos o imaginário desse povo indígena acerca do Procambix. As informações apresentadas a seguir são fruto de entrevistas e anotações feitas em diário de campo (entre os anos de 2012 e 2020). Cabe ressaltar ainda que, quando evidenciamos a categoria lugar de fala, almejamos compreender as vozes participantes da pesquisa situadas em seus territórios de vida e, enquanto geógrafos, queremos conhecer as diversas faces em torno do conceito de território – que vai muito além da sua materialidade econômica, social, política. No caso do povo *Akwẽ-Xerente*, o território tem um caráter simbólico e imaginário; nele ocorrem suas relações íntimas com a natureza, com a vida, com o sagrado e com seus antepassados.

Para organização didática, este texto está organizado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, discutiremos como o projeto eurocêntrico de modernidade, consolidado no Iluminismo, impôs uma narrativa única que silenciou outros modos de vida. Dentro dessa contextualização histórica e geográfica, analisaremos os impactos da UHE de Lajeado sobre o povo *Akwẽ-Xerente*, destacando perdas territoriais, produtivas e simbólicas. Evidenciaremos, também, como as vozes indígenas resistem frente ao discurso oficial de progresso e desenvolvimento. Na segunda parte, por sua vez, mostraremos, a partir das vozes dos *Akwẽ-Xerente*, a luta por reconhecimento e indenização

diante dos impactos da UHE de Lajeado, inicialmente negados por estarem os Akwê à jusante da barragem, e ainda analisaremos a implantação do Procambix – programa de compensação marcado por imposições externas, burocracia e inadequação cultural. Assim, veremos que, ao invés de solucionar, ele aprofundou a precarização do território, reforçando perdas ambientais, produtivas e simbólicas.

O DISCURSO DA MODERNIDADE NA CONSTRUÇÃO DE LAJEADO

Nos últimos anos, alguns autores nos diversos campos do conhecimento têm chamado atenção para o fato de que existe um projeto de modernidade em curso cujas raízes estão na constituição da América Latina e que se consolidou durante o Século das Luzes (século XVIII). Nesse sentido, a Europa se apresenta como detentora de um projeto civilizatório e de uma narrativa única para todos os povos e todos os lugares do planeta (Ver: Castro-Gomez, 1998, 2005; Lander, 2005; Dussel, 2005; Quijano, 2005; Porto-Gonçalves, 2006; Grosfoguel, 2010). Nessa mesma narrativa, a Europa se coloca, ela mesma, em um lugar de superioridade frente a outros povos e regiões e afirma, com isso, que é necessária a colonização de populações consideradas atrasadas, para levar-lhes “progresso”, “civilização” e “desenvolvimento”, sendo o capitalismo, a globalização e o liberalismo econômico as expressões máximas de civilidade que todos os povos e todos os lugares deveriam alcançar. Essa narrativa única apaga as multiplicidades, as coexistências, as resistências e as heterogeneidades do espaço geográfico, reduzindo-o a um lugar na fila histórica que vai do tradicional ao moderno, conforme ressaltou Massey (2008).

Essa narrativa única – de colocar-se como superior diante de outros povos e regiões – justifica o domínio dos povos e da natureza e, também, o *silenciamento* das vozes (Ribeiro, 2017) daqueles que não se encaixam no referido padrão civilizatório imposto pela Europa. Mesmo com o fim do

colonialismo enquanto domínio do território, a colonialidade, enquanto padrão de poder e do ser, permaneceu em diversas instâncias institucionais e da sociedade da América Latina, da África e da Ásia, como visto nos livros didáticos e nos modelos educacionais, que narram os fatos históricos numa perspectiva única (eurocêntrica) e impõem linguagens e ideias; nas mídias sociais, que impõem padrões sociais e de consumo, e nas políticas desenvolvimentistas, cujo modelo é a ideia utilitarista do território e a exploração dos recursos naturais para a reprodução do modo capitalista de produção.

Dito de outra maneira, a ideia de ordem e de progresso que se consolidou com o Iluminismo seria um estágio *natural* que toda sociedade deveria alcançar; assim, foram naturalizados a escravidão e o genocídio dos povos afrodescendentes e indígenas dos países colonizados. Consequentemente, a branquitude, o patriarcado, o Cristianismo e a heterossexualidade se tornaram “modelos normais” (ou normativos) e hierarquicamente superiores da sociedade. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2006, p. 13) ressalta que

A expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória e, dessa forma, absolvía[m]-se o etnocídio e o genocídio que se cometia contra os povos da África, da Ásia e da América Latina, considerados primitivos e atrasados e, portanto, assimilados à natureza – selvagens (da selva) e bárbaros (para os romanos, os que falam como se fossem aves) –, estava justificada a sua dominação. A burguesia estaria cumprindo uma missão civilizatória ao destruir povos atrasados.

Assim, várias populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e pescadoras, dentre outras, foram “arrancadas” de seus territórios (ou sobrevivem nele de forma precária, como no caso do povo *Akwê-Xerente*) para a implantação de grandes empreendimentos (barragens, mineração, lavouras de monoculturas) em nome do progresso civilizatório.

O discurso de modernização da sociedade sob o ponto de vista eurocêntrico se tornou o discurso único, aquilo que toda sociedade deve alcançar, negando-se, dessa maneira, a coexistência e a diversidade de formas de *ser* e de *estar* no mundo. No caso em tela, a construção da barragem de Lajeado foi revestida de um discurso em que o progresso e a modernidade seriam mais importantes do que os territórios construídos pelos Akwẽ-Xerente, numa relação íntima entre sociedade e natureza por várias gerações. As vozes dos indígenas, dos camponeses e dos trabalhadores que viviam do rio Tocantins foram silenciadas nesse processo.

Diferentemente do discurso oficial homogeneizador, capitalista e eurocêntrico sobre a construção da hidrelétrica de Lajeado, em que essa obra era celebrada como símbolo da modernidade e da rapidez, as vozes dos Akwẽ-Xerente foram silenciadas durante todo o processo de implantação da barragem. As promessas de Lajeado de trazer “progresso” para a região e “salvar” o país do “apagão” encobriram as mazelas ocasionadas por ela mesma aos diversos povos que sobreviviam e tentam sobreviver do rio Tocantins. Vários deles foram expulsos para as cidades, e os que ainda resistem sobrevivem de forma precarizada, em especial o povo Akwẽ-Xerente.

A “indispensável” construção de Lajeado para o “desenvolvimento” do estado de Tocantins e do Brasil povoou os diversos discursos, principalmente no meio político e nos meios de comunicação. A barragem foi celebrada como um projeto moderno que colocaria, dessa maneira, o Tocantins no eixo de desenvolvimento da vida nacional e que garantiria energia mais barata, principalmente para a população local. Para exemplificar esse fato, o senador da República pelo estado do Tocantins, à época, a Sua Excelência Leomar Quintanilha (PPB-TO), em seu discurso na tribuna do Senado em 3 de outubro de 2001, ressaltou a importância da inauguração de Lajeado e da inauguração do Aeroporto de Palmas (capital do estado) para a modernização do Tocantins, como registrado nas notas taquigráficas do Senado Federal:

Mas, ainda hoje, pela manhã, Sr. Presidente, ao chegar em Palmas, já no novo aeroporto, tive a oportunidade de sobrevoar a usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, que teve as suas comportas fechadas. É um fato muito interessante, que possivelmente, não podendo ser observado agora, jamais poderemos vê-lo novamente, porque são as terras que estão sendo inundadas, no engrossamento das águas, no volume das águas, no represamento provocado pela barragem e no represamento dos seus afluentes, enfim, constituindo um lago extraordinário, que vai banhar e dar salto de qualidade à cidade de Palmas, constituindo também a conclusão da usina hidrelétrica do Lajeado, numa convocação importante do setor privado para a participação da produção de geração de energia elétrica neste Brasil, que, no momento, clama tanto pela multiplicação de produção de geração de energia elétrica.

Sr. Presidente, com o funcionamento da usina hidrelétrica do Lajeado, Luiz Eduardo Magalhães, marcada para o dia 5, como também será marcada para esse mesmo dia a inauguração do Aeroporto de Palmas, que coincide com a comemoração do 13º aniversário do nosso Estado, vai o Tocantins sair da condição de importador de energia elétrica e emprestar uma contribuição às regiões onde essa demanda de energia elétrica se revela mais acentuada. Portanto, é muita alegria e satisfação que venho registrar esses dois fatos para que sejam compartilhados com os meus Pares e com todos os brasileiros. (Quintanilha, 2001, Notas Taquigráficas).

O discurso do referido senador evidencia a ideia da importância da barragem de Lajeado para a modernização do estado. Nesse contexto, sua inauguração foi um grande acontecimento à época e contou com a participação de diversos atores do cenário político, tais como: o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o então governador do estado

do Tocantins, Siqueira Campos, e do Distrito Federal, Joaquim Roriz, além de Ministros de Estado e parlamentares da região. Os discursos inflamados ressaltaram a importância da obra para o desenvolvimento econômico do país, além de evidenciarem o caráter “moderno” do empreendimento, por ser o maior canteiro de obra civil em construção na Amazônia e no Brasil³ e inserido no Programa “Avança Brasil”. Esse evento contou com a cobertura ampla da mídia, que mostrou, por um lado, a rapidez na conclusão de Lajeado⁴ e, por outro, negou os conflitos gerados pela obra, principalmente no que se refere aos impactos e às indenizações, uma vez que os movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reclamavam que as compensações não eram feitas de maneira correta.

Nesse sentido, os discursos criados em torno de Lajeado, que reivindicam a sua modernidade, ressaltam o progresso que ela traria para a região em termos de trabalho, desenvolvimento econômico e social e, também, a sua importância como a salvação para o país, mascarando diversos conflitos que sua construção provocou e tentando silenciar as outras vozes do lugar que (re) existiram e ainda (re)existem. Antes da barragem de Lajeado, o rio Tocantins tinha uma enorme importância para a economia local, especialmente para as cidades e comunidades ribeirinhas. Várias famílias que viviam do rio perderam suas fontes de sobrevivência, foram desterritorializadas de seus lugares de fala, de vida e de trabalho e reterritorializadas nas periferias das cidades, principalmente em Palmas, conforme mostramos em Venâncio (2020).

Assim, o discurso eurocêntrico do progresso e da modernidade em torno de Lajeado carrega em si a colonialidade, por meio da ideia de que a barragem é o único caminho possível para o desenvolvimento capitalista

³ Ver site do Ministério do Planejamento: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/noticias/avanca-brasil-presidente-visita-tocantins-e>.

⁴ Ver reportagem veiculada pela Rede Globo de Televisão em que mostra a importância da obra e também o emprego de três mil trabalhadores que se revezam dia e noite para a conclusão desse empreendimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AQJn6samxs>.

do estado do Tocantins. Sendo o único caminho possível, outras formas de relacionamento com o rio são negadas, marginalizadas e/ou obrigadas a se encaixar nesse padrão de poder do capitalismo mundial.

De acordo com Castro-Gomez (2005) e Quijano (2005), a colonialidade não se refere apenas à dominação militar de outros povos, mas também à destruição radical de suas formas tradicionais de ser no mundo, levando, dessa maneira, o colonizado a assimilar o próprio universo cognitivo do colonizador. As comunidades ribeirinhas do rio Tocantins foram alijadas da sua forma de *ser* e *estar* no mundo no momento em que foram expulsas de seus territórios de vida e de trabalho, ou neles passaram a sobreviver de forma precária, como no caso dos *Akwẽ-Xerente*, que têm nas várzeas do rio seu principal meio de reprodução social e biológica. Uma carta de repúdio de lideranças indígenas e ribeirinhas, emitida no ano 2000, dentre vários problemas, evidencia:

A hidrelétrica de Lajeado está trazendo para o povo Xerente doenças, prostituição, fome, bebedeiras e causando desrespeito a nossa cultura e aumento da violência na nossa terra. A Investco não cumpre com suas promessas. O diagnóstico etnoambiental deveria ser feito antes do início das obras. Até hoje não foi apresentado para a comunidade. Exigimos que os programas de agricultura, saúde e educação sejam permanentes, pois a hidrelétrica terá exploração de 35 anos. Não aceitamos ficar com os impactos, que ameaça a continuidade do povo Xerente. A Investco viola os direitos econômicos e alimentares ao se apropriar dos meios de produção da população atingida uma vez que as terras são adquiridas a preços irrisórios, e ainda se nega a cumprir o que está proposto no PBA referente ao reassentamento rural, coletivo, o qual propõem reestruturar a comunidade e o meio de produção da mesma, em lotes produtivos que variam de 32ha a 100ha. [...] (NOTA DE REPÚDIO, 2000, s/p).

As atividades econômicas para sobrevivência dos Akwẽ-Xerente dependiam praticamente todas do rio, como as roças de várzea, a caça e a pesca, o que garantia a esses povos a sua soberania alimentar. Além disso, os Akwẽ-Xerente criaram ao longo dos anos seus espaços de produção em que predominam a solidariedade e o respeito à natureza, escancarando, com isso, as contradições do discurso homogeneizador de que o capitalismo é o único caminho possível para todas as sociedades e para todos os lugares. O progresso eurocêntrico e modernizante ficou para o capital e suas diversas contradições; para os Akwẽ-Xerente, como aponta o Sr. S. Xerente, tem-se:

Da barragem é assim. Tanto que antigamente era bom! Tanto como a água, [...] a terra produzia mais, dava produção melhor. Agora não tá tendo mais como antigamente. Não tá tendo mais. Por exemplo, agora a gente planta qualquer coisa, banana, essas coisas, no meio do inverno. Plantô de fevereiro pra cá, aí, de fevereiro pra março, e maio, desse tamanho aqui⁵. Morre tudinho! Eu molhei a base de 20 pé que eu plantei no mês de abril pra cá. Foi de março pra abril, secou. Escapô uns 4. (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Essa voz fala de dois momentos distintos do território Xerente: aquele de antes da construção da barragem, quando havia fartura na produção e na coleta de alimentos (arroz, feijão, banana, dentre outros gêneros alimentícios abundantes no universo Akwẽ-Xerente), o que garantia a sobrevivência deles, e aquele de depois da construção de Lajeado, em que houve uma queda, em quantidade e qualidade, na produção de gêneros alimentícios. Essa forma de viver em torno do rio foi invisibilizada

⁵ O entrevistado se referia ao tamanho das bananeiras e outras plantações. Ele demonstrou o tamanho da planta posicionando a mão entre os joelhos e o chão, afirmando que elas não atingiram o tamanho desejado.

e/ou eliminada nos discursos dos agentes envolvidos na construção de Lajeado e na implantação do Procambix. Analisando as ideias de Castro-Gomes, Cruz (2017) salienta que a colonialidade significa a eliminação, por parte do colonizador, de muitas formas de conhecer e de viver dos povos colonizados e, conseqüentemente, a sua substituição por outras formas de conhecer e viver, as quais servem diretamente aos propósitos civilizatórios.

No caso dos indígenas, eles são, na maioria das vezes, inferiorizados na sua sobrevivência para que seja possível a eliminação das suas formas de conhecer e viver no mundo. Dessa forma, discursos como “muita terra para pouco índio”, “índios miseráveis em cima de terra rica”, “índio preguiçoso” e “índios devem ser assimilados”, dentre outros, são justificativas comuns para naturalizar a exclusão, a violência, o genocídio e a invasão dos territórios indígenas⁶.

De acordo com o Sr. S. Xerente, se, antes da barragem, a produção de alimentos era autossuficiente e se eles dependiam pouco da cidade, “hoje o que produz mal dá para terminá ano”, sendo necessário complementar com gêneros alimentícios dos mercados urbanos, principalmente aqueles industrializados, como também ressaltou o Sr. R. Xerente:

⁶ O presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), por exemplo, em 13 de novembro de 2015, quando ainda deputado federal, salientou, em um discurso em Cuiabá (MT), o seguinte: “Temos uma área maior que a região Sudeste demarcada para índios, e os índios devem ser integrados a nós. Criamos em 1985, no final do governo [José] Sarney, o projeto Calha Norte para vivificar o Norte do nosso país e agora está demarcada como terra indígena. Estamos perdendo toda a região Norte por pessoas que não querem se inteirar do risco que estamos tendo de ter presidentes índios com borduna nas mãos”. De acordo com o presidente, a demarcação de áreas indígenas pode prejudicar os interesses do agronegócio, e ainda complementou: “A política ambiental é péssima em nosso país. Se quiser fazer uma hidrelétrica em Roraima ou no Vale do Ribeiro, por exemplo, é impossível, tendo em vista a quantidade de terras indígenas, quilombolas, estação ecológica, parques nacionais. Tem que colocar um fim nessa política xiita que está sufocando o Brasil”. Ver matéria completa em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/em-cuiaba-bolsonaro-se-diz-contra-terra-para-indios-e-cota-para-negros.html>.

Com a barragem, a vazante acabou. A vazante era a roça de subsistência que está escrito aí por vários escritores que escreveram sobre os Xerente. Os antropólogos, estudiosos, falam da vazante, porque era uma área, como o povo do Egito usava lá o rio Nilo, os Xerente usava a vazante do rio Tocantins. Então, quando a água subia e trazia aqueles sedimentos, e quando o rio baixava, o sedimento ficava. Após o fechamento da barragem, começou assorear o rio, e os sedimentos que a água deixava acabou e aqueles sedimentos era adubo. Lá plantava de tudo. E tinha uma coisa importante, que ele não dava praga e todo ano ele renovava. E ali dava maxixe, dava feijão, tudo dava, arroz, tudo! E dependia pouco da cidade porque produzia tudo ali. E hoje compra muita coisa na cidade e não produz mais como antigamente. (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dessa forma, havia uma produção de alimentos bem organizada, o que contradiz o discurso de “pouca produção das terras indígenas”. É importante evidenciar também que não se trata apenas de perdas em termos de produção de alimentos, como faria a visão utilitarista e eurocêntrica de território. As perdas se referem ainda ao caráter simbólico do *ser indígena*. A natureza e seus recursos são partes constitutivas do território deles, e são eles que explicam toda a cosmologia da vida Akwê-Xerente e foram alterados. Mesmo com a destruição das vazantes do rio, as roças de várzeas, combinadas com o sistema de roças de toco (também conhecidas como roças de pousio ou coivaras), são os principais meios pelos quais os Akwê-Xerente garantem sua subsistência e a reprodução da vida em seu território.

O Sr. R. Xerente ressaltou a importância das roças de várzeas (*Kásdawa mba hã bru*) para a produção de alimentos. Por não ocorrerem pragas, não se necessitava, portanto, da utilização de agrotóxico; os sedimentos deixados às margens do rio são ricos em nutrientes, contribuindo, dessa

maneira, para a produção de alimentos saudáveis, sem agredir o meio ambiente. O entrevistado salientou também que, nas várzeas, se colhiam alimentos o ano todo, pois a área de plantio se renovava naturalmente. Outra questão interessante na fala dos *Akwê-Xerente* é a importância do rio (*kâ*) para o seu universo. O rio é o fio condutor da vida e o principal elemento do território. Para eles, com a alteração de seu fluxo, alteraram-se, também, o território, a saúde, a cultura e a interferência dos deuses, dentre outros elementos, ou seja, toda a sua forma de vida.

A partir do diálogo estabelecido com o Sr. S. Xerente, ele quis nos mostrar sua *Kâsdawa mba hã bru*; percebemos, então, que os *Akwê-Xerente* possuem um sistema agroflorestal sofisticado de produção em várzeas. Ele nos ensinou que há o espaço da roça e o espaço do rio, e ele obedece a um calendário que se baseia no fluxo de água (seca e chuva). A espécie de planta a ser cultivada depende das estações do ano. Assim, o cultivo e a colheita ocorrem o ano todo. Ao nos mostrar como funciona o sistema de *Kâsdawa mba hã bru*, o Sr. S. Xerente nos disse: “Nós mexe desse lado aqui. Ali a gente não mexe, pois aquela parte é do rio”. Na parte destinada ao plantio, a vegetação de grande porte é mantida intacta e é derrubada apenas a de menor porte, principalmente a vegetação rasteira, como mostra a figura 1 a seguir. É importante manter a vegetação de porte maior de pé porque ela oferece sombras para manter o equilíbrio da temperatura.

O preparo para o plantio da terra envolve conhecimentos milenares desse povo. Pode ser feito por grupos familiares ou toda a comunidade e ocorre sempre no início do ano (geralmente de abril a maio) com a escolha e a derrubada da vegetação menor. Esse trabalho é feito com machado, foice ou facão; depois, é realizada a queimada da área escolhida, que ocorre entre os meses de junho e julho. Nesse processo, ao mesmo tempo que o terreno de plantio é limpo, a matéria orgânica oriunda das cinzas fornece os nutrientes necessários ao solo. Depois do preparo do solo, é feito

o plantio das sementes, que obedece a uma sequência lógica: primeiro planta-se a mandioca e em seguida o arroz, o milho e outros alimentos, de acordo com o entrevistado, de forma que todas as plantas cresçam juntas. Depois que é feito o plantio, iniciam-se os cuidados com a limpeza e manutenção, até chegar o momento da colheita, que ocorre de setembro a novembro; a colheita se inicia pelo arroz até chegar à mandioca, que é a última a ser colhida.

Figura 1: Sistema agroflorestal de várzea Akwê-Xerente, aldeia Salto: uma plantação de milho na área de plantio e o espaço do rio



Fonte: Pesquisa de Campo (2018). Autor: Venâncio, M. (2018)

O uso dessa terra é feito por um determinado período, até que, na avaliação dos Akwê-Xerente, ela esgote sua capacidade produtiva. A partir daí, a terra é deixada para descansar por um período. A roça migra para outras áreas, reiniciando-se todo o processo: escolha do solo, preparo, plantio e colheita. Com o tempo, as plantas nativas voltam a crescer na terra em repouso, que será reutilizada novamente quando a produtividade da outra

se esgotar. O trabalho de preparo da terra, o plantio e a colheita são realizados, sobretudo, pelos homens, pois é obrigação deles prover o sustento da família. Há também o auxílio de crianças e adolescentes, que aprendem desde cedo, com os mais velhos, a lidar com a terra. Às mulheres cabe o preparo desses alimentos.

Dessa forma, para esse povo, quando se trabalha com respeito à natureza e aos seus recursos, ela devolve “muita fartura”, o que garante a sobrevivência biológica, social e cultural do grupo. Nas *Kâsdawa mba hã bru* há uma produção diversificada que obedece às necessidades desse povo e garante sua subsistência por um longo período. Esses alimentos são o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, a batata-doce, o pepino, a melancia e a banana, dentre outros alimentos.

O Sr. R. Xerente (2018) ressaltou que a diminuição da capacidade produtiva em virtude de Lajeado ocasionou o desinteresse pela produção nas vazantes, já que do que se planta “perde muita coisa”, porque a terra “não tem mais aqueles nutrientes de antigamente”, deixados pela água do rio. Como já afirmamos, em nossas conversas com os mais velhos, a maioria lembrava-se dos tempos de “antigamente”, quando o processo de cultivo era motivo de várias festas. Na fala do Sr. S. Xerente, ele relatou que os processos de escolha e preparo do solo até a colheita eram motivo de muita festa e cantorias; todos se reuniam para agradecer aos deuses e à natureza, e, com isso, as plantas crescem saudáveis e oferecem muita fartura. Relembrando esses momentos, ele nos disse: “Eu queria que virasse de agora pra trás; passado vim agora, porque, agora, pra mim, o rio Tocantins já foi bom. Tinha praia, tinha praia, tinha tudo. Não tem mais”.

Outro problema que os *Akwẽ*-Xerente atribuem à obra de Lajeado é a diminuição da caça, prática muito importante para a obtenção de proteínas e que compõe o universo cosmológico desse povo. Para eles, “o rio é a mãe de tudo”. Quando ele foi destruído, todos – e tudo o que dele vive – entraram em processo de extinção. De acordo com o Sr. S. Xerente,

A caça aqui, pouco também; mas caçava muito também, né? Aqui, depois que eu mudei pra cá, igual na outra aldeia, era um cercadinho. Rapaz, lá é só caça! Nós num comprava carne de gado, nós num comprava carne de porco, nem leite a gente não comprava. E hoje tá difícil, né? [...] Capivara tinha, mais era carne de tatu, catitu, veado. [Depois da barragem] diminuiu muito, diminuiu muito mesmo [...]. (PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Além de falar sobre os impactos de Lajeado sobre a vida no/do território, o entrevistado também remeteu à presença de fazendeiros e outros não indígenas atuando na área como um dos elementos que contribuem para a diminuição dos animais de caça:

Muito fazendeiro, fazendeiro, pessoal da cidade que vem de noite, [...] entra aí de noite e leva três veados de noite, quatro, mata muito; bandeira, aqueles tamanduá-bandeira, mata muito. (SR. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

O entrevistado também se referiu à ação de invasores para pescar no rio. Além da preocupação com a diminuição de peixes em virtude das mudanças do fluxo do rio causadas pela barragem, os Akwẽ-Xerente preocupam-se com a pesca pelos não indígenas, uma vez que o problema não é apenas o ato de eles pescarem, mas sim de alguns pescarem, matarem e descartarem:

Tudo hoje em dia; de primeiro, Marcelo, no rio Tocantins, o pessoal do Tocantins, de Miracema, [pescava] aquele, sabe, o peixe baiacu e [também] aquele que tem um, como é que fala, aquele peixe arraia. Aquele [peixe] que o pessoal do Tocantins não comia jogava, matava, jogava, e agora a gente, esse pessoal do Tocantins, da cidade,

não comia aquele peixe, e agora [...]. De primeiro, a arraia jogava no rio, jogava aquele que é o baiacu [...] o pessoal não comia, e agora?⁷ (SR. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Entre os *Akwê*-Xerente, o não desperdício de alimentos é uma forma de respeito ao que a natureza lhes oferece para a sua sobrevivência. Para eles, além de os não indígenas não terem esse respeito, podem também ter contribuído para a diminuição da pesca hoje, e não só Lajeado. Diante desses fatos apontados, houve, nos últimos anos, uma mudança na dieta alimentar desse povo, pois, como o que é produzido não é suficiente para a alimentação das famílias, tampouco as proteínas de caça e pesca estão disponíveis em abundância, os *Akwê*-Xerente recorrem aos produtos industrializados. Em nossa pesquisa de campo, quando visitamos as cozinhas das casas, foi possível perceber a presença de carnes de gado e de porco, alimentos enlatados, refrigerantes, arroz e feijão industrializados e óleos de cozinha, dentre outros gêneros alimentícios.

Outro fato a ser relatado é o baixo interesse pela produção de artesanato com capim dourado⁸, prática muito comum entre os indígenas. Isso se justifica pelo fato de que “antigamente” o capim dourado era encontrado de forma abundante no Cerrado *Akwê*. De acordo com o que nos informou a professora da aldeia Porteira, a Sra. D. Xerente, atualmente é muito difícil a coleta da referida matéria-prima, pois para encontrá-la é necessário percorrer longas distâncias; mas os *Akwê*-Xerente se reinventam e criam meios para facilitar a coleta na maior quantidade possível e em menos tempo. Sobre isso, transcrevemos aqui um de nossos diálogos com o Sr. S.

⁷ Quando o entrevistado questionou “E agora?”, ele quis dizer que naquele momento não era mais possível devido à diminuição da quantidade de peixes.

⁸ *Syngonanthus nitens*. Planta de cor dourada muito comum nas áreas de Cerrado. Pelas suas belezas é muito utilizada pelos indígenas na feitura de artesanato. Fonte: <http://www.cerratinga.org.br/capimdourado/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Xerente quando ele nos mostrou como ocorrem a coleta do capim dourado e seu preparo para a fabricação do artesanato.

Pesquisador: Onde vocês colhem o capim dourado?

Sr. S. Xerente: Daqui uns 20 km. A gente pega o capim dourado é daqui 20 km.

Pesquisador: E quem colhe?

Sr. S. Xerente: Nós mesmo, a mulher, nós mesmo...

Pesquisador: E como vocês colhem?

Sr. S. Xerente: Rapaz! A gente, de primeiro, Marcelo, pegava com a mão, agora a gente inventou, né, a gente fez um tipo de pente, assim: tinha uma bicicleta, uma raia de bicicleta, corta em pedaços e coloca num... [pedaço de madeira].

Pesquisador: Deixe-me ver.

Sr. S. Xerente: Aqui, ó.

Pesquisador: Ah, sim!! E como é que passa esse “pente” no capim? Como usa?

Sr. S. Xerente: Aqui, ó, isso aqui, vem. Fica assim, ó... [mostrou posicionando o referido instrumento na vertical].

Pesquisador: Ah, tá!

Sr. S. Xerente: Aí o pé fica assim...

Pesquisador: Ah, aí vai tirando...

Sr. S. Xerente: Faz um mói⁹ aqui desse com três, assim, e a gente viaja... Até meio-dia já tirou 30 mói, 30, 20, depende da pessoa.

Pesquisador: Tem que entrar no meio do mato para colher?

Sr. S. Xerente: Não, lá no brejo mesmo.

Pesquisador: E, pelo que vejo, o artesanato dos Xerente faz muito sucesso...

⁹ Refere-se a “molho”, uma unidade de medida.

Sr. S. Xerente: Hum hum, até na televisão, televisão¹⁰... [risos].

Pesquisador: E realmente é bonito, viu? Ele brilha....

Sr. S. Xerente: A gente faz. Agora, de primeiro, a gente fazê isso aí, ó, até meio-dia a gente pegava cipó. [Neste momento, o entrevistado mostrou como trança os capins que darão corpo a alguma peça].

Pesquisador: Nossa, Seu S., o senhor é bem rápido.

Sr. S. Xerente: Se tiver muito capim, até pra 4 horas, 5 horas, fazia uns 50 desses...

Pesquisador: E não quebra fácil, né?

Sr. S. Xerente: Quebra não; molha, assim; pra costurá tem que molhá. (SR. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Além de lidar com as dificuldades da coleta do capim dourado e, conseqüentemente, com as dificuldades na confecção do artesanato, os *Akwẽ-Xerente* têm de lidar com as dificuldades de sua comercialização, pois, para isso, eles dependem de atravessadores, que nem sempre pagam o preço justo. De acordo com o Sr. S. Xerente, uma bolsa feminina, por exemplo, é vendida por eles por R\$30 ou R\$40, sendo revendida em outros lugares, como no Aeroporto de Palmas, por R\$150.

Além das bolsas femininas, citadas pelo entrevistado, os *Akwẽ-Xerente* fabricam chapéus, enfeites para cabelo, braceletes, pulseiras, colares e também artigos de decoração. Esses objetos, conforme salientaram as vozes participantes da pesquisa, são muito apreciados pelos não indígenas e levados para diversas partes do Brasil – e até de outros países. O que é retirado na venda desses produtos serve, principalmente, para a compra de alimentos para complementar aquilo que é produzido na vazan-

¹⁰ No período de realização dessa entrevista, estava sendo exibida pela Rede Globo de Televisão a novela “Do outro lado do Paraíso”, escrita por Walcyr Carrasco e ambientada na região de Palmas e do Jalapão. Nessa produção o artesanato elaborado por povos indígenas da região era sempre mostrado.

te, na caça e na pesca. Outras formas de complementar a dieta alimentar são os programas de assistência social do Governo Federal (Bolsa Família) e também outras ocupações, como servidores públicos, por exemplo.

Diante disso, os Akwê-Xerente ressaltaram que os problemas socioambientais que eles vivenciam atualmente são culpa da ganância dos poderosos, que se preocupam apenas em acumular riquezas em detrimento da natureza, como afirmou o Sr. S. Xerente:

Então, hoje em dia, a barragem não está dando resultado. [Aliás] Está dando resultado, tá aí, ó [apontando em direção ao rio]! [...] O rico tá pronto pra acabá [com] o mundo. Acabá [com] o mundo. E tá aqui, a energia nós pagando. E com isso aí nós vamo morrer. Que o branco vai, o rico vai, vai, vai acendê o fogo até a hora de energia [vai acabar]. Por exemplo, aqui, rodeou atrás todim, aí, acende a luz, pra acabar [com] a gente. Agora não tá nem somando, né?! Convida a Deus, porque são ricos, né?! Já é pecador mesmo. Pra onde é que eles vão viver, será que eles vão acabar [com] Deus e viver no orgulho, será? Você pensa, né? [risos]. (PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Quando o entrevistado diz “rodeou atrás todim”, ele se refere às linhas de transmissão de energia que cercam os arredores da aldeia. Assim, para eles, a energia sem a natureza de nada adianta. Sem ela (a natureza) todos vão morrer, ou seja: “acende a luz para acabar com a gente”. Quando afirma que vão “acabar com Deus e viver no orgulho”, o Sr. D. Xerente se refere à natureza, que é o próprio Deus, ou obra dEle.

Assim sendo, nesse universo sociocultural, é a natureza que rege a vida. De acordo com o entrevistado, o governo está a serviço dos interesses dos mais ricos em detrimento dos mais pobres. Os ricos buscam apenas o lucro. A busca incessante pela riqueza destrói os recursos naturais, e isso coloca em risco a vida no mundo. Nesse sentido, a construção de

Lajeado serviu apenas aos interesses do capital. Para os *Akwẽ-Xerente* que sobrevivem do rio (*kâ*), a barragem trouxe prejuízos materiais e simbólicos. A energia elétrica – símbolo da modernidade – trouxe, de acordo com esse povo, somente a degradação de seus meios de sobrevivência e, conseqüentemente, do território. Mais do que isso, além da destruição do seu patrimônio natural, os *Akwẽ-Xerente* ainda têm de arcar com os preços injustamente altos da energia consumida.

Cabe ressaltar que os indígenas reconhecem a importância da energia elétrica para suas vidas. O que eles questionam é o preço a se pagar para tê-la, e isso não está relacionado ao valor em dinheiro, mas à destruição daquilo que eles acreditam que é o fio condutor de suas vidas: o *kâ*. Acreditam que de nada adianta ter energia elétrica se um de seus bens mais preciosos foi destruído. Com a destruição do rio Tocantins, os *Akwẽ* temem morrer, mas não apenas sofrerem uma morte física, mas a morte daquilo que faz parte do ser indígena: a natureza, a memória, os deuses, enfim, o seu universo cosmológico.

Como os *Akwẽ-Xerente* dão caráter sagrado à natureza, considerando-a, portanto, uma dádiva, quem a destrói, para eles, é um “pecador”. Sagrada, a natureza é homenageada em todas as festas/rituais desse povo, inclusive eles retiram dela os nomes que dão a suas crianças. Assim, enquanto para os agentes do capital a natureza é sinônimo de riqueza e lucro, para os *Akwẽ-Xerente* ela é sinônimo de fartura e sobrevivência.

VOZES SILENCIADAS: A LUTA POR INDENIZAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DO PROCAMBIX

Conforme mostramos no tópico anterior, a construção da UHE de Lajeado representou um marco de profundas transformações no território e no modo de vida dos *Akwẽ-Xerente*. Mais do que um empreendimento de infraestrutura, a barragem significou a imposição de um modelo de desen-

volvimento que desconsiderou a relação milenar desse povo com o rio Tocantins, fio condutor de sua territorialidade e de sua reprodução econômica e cultural. O processo de indenização e, posteriormente, a implantação do Procambix revelam-se como capítulos de uma luta desigual, marcada pelo silenciamento das vozes indígenas, pela ausência de diálogo e pela tentativa de enquadrar práticas milenares em moldes produtivistas e colonialistas. Assim, a experiência dos Akwê-Xerente diante desse processo evidencia não apenas a precarização de seu modo de vida, mas também a resistência e a busca por justiça diante das perdas irreparáveis por eles sofridas.

Com relação às indenizações, os Akwê-Xerente afirmaram ainda que eles ficaram alijados durante todo o processo de construção da barragem pelo fato de seu território estar à jusante; a época, a Resolução nº 1/1986 do Conama obrigava o pagamento de indenizações apenas para aqueles que estavam à montante das barragens, que teriam suas terras diretamente atingidas (visão patrimonialista de atingido). As vozes participantes da pesquisa ressaltaram que houve uma luta árdua para obter algum tipo de compensação pelas perdas sofridas devido à alteração do fluxo do rio, como afirma o Sr. R. Xerente:

Na verdade, quando se iniciou a discussão da barragem, o estudo ambiental que foi feito não tinha nenhuma lei que garantisse ao índio, que mostrasse que o impacto fosse direto. Então, o estudo considerava como impacto indireto. Por quê? Porque o impacto, naquele momento, por falta de uma legislação que garantisse aos índios ou aos ribeirinhos que eles seriam afetados pelos impactos da barragem indiretamente, porque era quem estava acima do barramento que seria afetado diretamente, mas abaixo da barragem seria impacto indireto, e os Xerente estavam nesse impacto indireto. Depois, o governo Lula criou uma lei que dizia que quem estava abaixo da barragem também é direto. (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Os *Akwê*-Xerente narraram que a discussão relativa à construção de Lajeado começou cerca de 20 anos antes da sua instalação. Eles lembraram que passaram vários técnicos por suas terras fazendo diversos questionamentos sobre a área. Dessa época até a construção, os *Akwê* não foram ouvidos. “As coisas aconteciam, era muito barulho e muita gente, e a gente não tinha informação nenhuma. Destruíu nosso rio e passaram em cima do nosso modo de ser. Hoje tá aí. Tudo piorou, né?!” (SR. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018). Salientaram ainda que a luta por justiça teve início quando a empresa construtora começou a implantar o canteiro de obras, e o maior aliado deles, naquele momento, foi o Ministério Público Federal. Na voz do Sr. R. Xerente,

Na verdade, o nosso maior aliado mesmo foi o Ministério Público. O Ministério Público, então, nos primeiros momentos, a gente discutiui com a barragem a implementação dos canteiros de obra, né?! Então, foi um dos cuidados que a gente pediu que os canteiros fosse do outro lado do rio, para não ter aproximação da área indígena, né?! Se fosse fazer em Lajeado, pegava direto a área indígena, né?! E aí criou o acampamento do outro lado. (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Dessa forma, desde o primeiro momento os indígenas, com o apoio do Ministério Público Federal, lutaram para amenizar os impactos sobre seu território, e a primeira vitória foi a mudança do local do canteiro de obras. Os *Akwê*-Xerente ressaltaram, porém, que, mesmo com essa mudança, sofreram com o barulho e tiveram suas terras, por diversas vezes, invadidas por caçadores e pescadores, o que colocava suas vidas em risco e também gerava o aprofundamento dos conflitos.

O discurso do progresso, de acordo com os *Akwê*-Xerente, é o seu contrário: a destruição dos recursos naturais e os problemas daí decorrentes, já que sociedade e natureza não se excluem, conforme também ensina Porto-Gonçalves (2006). A sociedade se constrói *com* a natureza e *com* a so-

cidade, a natureza socializada vai se construindo simultaneamente. Dessa forma, na medida em que se alterou o fluxo do rio Tocantins, simultaneamente, os Akwẽ-Xerente tiveram suas vidas precarizadas, como também nos ensina Capra (2006) quando salienta a interligação e a interdependência dos sistemas vivos. Sobre isso, o Sr. D. Xerente destacou o seguinte:

Assim, eles [a empresa construtora] falaram que a barragem ia ser bom pra nós. Mas o que foi bom? Nosso rio tá aí. Planta na vazante, mas não é como antigamente [...]. Mas não tem como ser bom, né? O rio tá aí! Muitos até achou que podia ser bom! Mas bom onde se destruiu nosso rio, né?! Como pegar um Xerente que plantava na vazante e agora fazê outra coisa? O que a barragem trouxe de bom? Nossa vazante morreu, né?! Esse negócio de caçá e pescá é uma coisa dos Xerente. A barragem acabou com isso. [o] que é bom nisso, né? (PESQUISA DE CAMPO, 2008, colchetes nossos).

Dessa forma, os Akwẽ-Xerente atribuem todo o processo de precarização do seu modo de vida à alteração do fluxo do rio a partir da construção da UHE de Lajeado. O rio, natural, é o fio condutor da territorialidade (e da vida) desse povo. O Procambix, conforme já mostramos, que foi o meio de mitigar e/ou amenizar as perdas sofridas, apresentou muitas contradições, sendo ineficaz e insuficiente desde que foi pensado até a sua implantação. O programa acabou por aprofundar os problemas trazidos pela barragem, pois foi pensado fora do território por outros sujeitos e trazia em si mesmo conceitos colonialistas e de homogeneização da produção e exploração predatória da natureza a partir da sociedade do capital.

Durante as entrevistas relacionadas ao Procambix, os Akwẽ-Xerente ressaltaram, principalmente, a imposição de programas alheios a suas culturas e tradições, a ausência de capacitação técnica para as atividades impostas e a falta de diálogo entre os técnicos do Procambix e os Akwẽ quan-

to ao desenvolvimento das atividades. Salientaram ainda que, após muitas lutas, algumas vitórias começaram a ocorrer, dentre elas o programa de monitoramento do entorno, a fim de evitar conflitos entre os técnicos, os indígenas e os operários de Lajeado, até chegarem a ser reconhecidos, de fato e de direito, enquanto atingidos, com a implantação do programa de compensação. Conforme o Sr. R. Xerente,

E, depois de muita luta, criou um programa que a gente chamou de programa emergencial, que foi o primeiro programa a ser criado entre a hidrelétrica e a Funai para fazer o monitoramento no entorno, e a Funai não poderia custear as despesas. Então foi repassado um valor X desse recurso para que ela fizesse esse monitoramento. E daí partiu para a discussão de ter um programa, um Programa de Compensação Ambiental Xerente. O valor desse programa emergencial era bem pouquinho. Era liberado para combustível, manutenção de veículo. O que a Funai fazia era um monitoramento do entorno para que não houvesse um choque de um grande número de operários com as terras indígenas. (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Então, após muitos embates entre a Investco e os Akwê-Xerente, foi aprovado esse programa de monitoramento para evitar a invasão de trabalhadores da obra ao território e também para amenizar e/ou impedir conflitos. Os Akwê consideram também que o reconhecimento enquanto atingidos só foi possível pela luta, uma vez que o consórcio construtor de Lajeado se negava a prestar qualquer tipo de reparação. O trunfo para discutir algum tipo de compensação foi a vazante modificada com a construção de Lajeado.

A indenização feita para os Xerente não foi uma indenização feita por vontade deles, não. Foi uma luta e uma conquista, até porque os Xerente usou como base a roça de vazante. Agora, se fosse por base

nos impactos, não poderia usar porque era indiretamente, pois os Xerente estava à jusante e não estava acima da barragem. Estava abaixo da barragem, e quem estava abaixo não era impactado. [...]. Então, foi feito primeiro um diagnóstico com o pessoal do Gera¹¹, e depois veio o “Projeto-Mãe”, que eles chamam de Procambix, que tinha 15 projetos dentro. (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Esses quinze projetos a que se refere o Sr. R. Xerente são os subprogramas do Procambix voltados para segurança alimentar, redução de impactos e fomento à cultura e à cidadania. O quadro 1, a seguir, mostra os projetos com seus respectivos cronogramas financeiros.

Quadro 1: Procambix: cronograma financeiro distribuído por subprogramas

SUBPROGRAMAS	TOTAL EM R\$
Subprograma de Segurança Alimentar	
Projeto de meliponicultura e apicultura	528.362,00
Projeto de Apicultura	197.970,50
Projeto de Extrativismo	428.434,00
Projeto de Roça Mecanizada	4.234.381,00
Roça de Quintais (projeto de criação de galinhas)	1.056.097,00
Projeto de Psicultura e Manejo	1.004.680,00
Projeto de Banco de Sementes	123.938,00
Subprograma de Redução de Impactos	
Projeto de Curso de Controle de Queimadas	50.230,00
Projeto de Educação Ambiental	658.090,00
Projetos de Microbacias	670.000,00
Projeto de Fiscalização	1.109.828,00
Subprograma Cultura e Cidadania	
Projeto do Centro Cultural	675.034,00
Organização das Comunidades Indígenas	143.750,00
Subprograma de Apoio Administrativo e Técnico	
Execução do Programa	2.225.600,00
Apoio Administrativo	1.532.940,00
TOTAL GERAL	10.639.334,50

Fonte: Programa de Compensação Ambiental Xerente (2001). Org.: Venâncio, M. (2019).

¹¹ Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal do Mato Grosso (GERA/UFMT)

Interpelado sobre se houve uma discussão anterior a respeito de quais projetos seriam importantes para esse povo, o Sr. R. Xerente afirmou:

Não, não teve nenhuma discussão, nada. Veio de lá tudo pronto! E faltou o quê? Um estudo de aptidão! Na verdade, não teve estudo de aptidão. A maioria não é da cultura Xerente! Os Xerente não consegue mexer com muita coisa do Procambix por quê? Faltou aptidão! (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Conforme o entrevistado, não foram consideradas, na elaboração do Procambix, as demandas dos *Akwẽ*-Xerente e as perdas sofridas com a construção de Lajeado porque os técnicos não se atentaram às atividades que fazem parte do universo cultural desse povo. Dessa forma, a maioria dos projetos implantados não teve continuidade, pois os *Akwẽ*-Xerente não estão habituados a lidar, por exemplo, com lavouras mecanizadas, visto que as *Kâsdawa mba hã bru* são uma atividade milenar desse povo e parte de sua cultura.

Você “pega” um Xerente que está há milhares de ano fazendo uma roça de vazante, né?! [...] uma roça de subsistência, e que há milhares de anos eles vêm morando às margens do [rio] Tocantins e vivendo isso, aprendendo a lidar com essa vazante, com esse tipo de sedimento. Aí você cria uma barragem nesse rio, aí você entra com um projeto que, às vezes, no momento você acha que é importante, que vai suprir um pouco daquele impacto, mas na verdade ele não vai suprir, porque os Xerente não está acostumado a mexer com roça mecanizada. (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Assim, de acordo com a fala do Sr. R., há uma contradição entre os projetos impostos pelo Procambix e a cultura *Akwẽ*. Ele salientou que para

que uma roça mecanizada alcance uma produção satisfatória, há a necessidade de um alto custo de investimentos em tecnologia e em insumos agrícolas, ao passo que nas roças de várzeas basta jogar as sementes que a natureza se encarrega do restante.

A roça mecanizada até que produz, mas, para que a roça no Cerrado produza, ela precisa de tecnologia, um alto custo de tecnologia, enquanto lá [na vazante] você não gastava nada, pois o adubo já estava lá e era só jogar a semente. Então criaram um programa de roças mecanizadas diferenciadas, que chama no Procambix, né?! Só que essa roça mecanizada diferenciada é a roça que o fazendeiro planta. E aí depende do insumo agrícola, de adubo e agrotóxico também. Então você depende de maquinário, do tempo, e aí você vai contar com a sorte se chover, né?! Ao contrário da beira do rio, que você pegava tudo prontinho, chegava e plantava, e só mantinha aquilo limpo. (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Diante disso, as roças mecanizadas não tiveram o resultado esperado. Com o fim do Procambix, os Akwê-Xerente não conseguiram condições para mantê-las, porque eles também não têm acesso a linhas de crédito para a compra de insumos e maquinários. Mesmo com a queda da produção nas várzeas, os Akwê abandonaram as roças mecanizadas e voltaram a se dedicar à cultura de vazante.

As lavouras mecanizadas viraram mata de novo e não produz nada, porque, na verdade, os recursos investidos em roças mecanizadas é alto, e nós não conseguimos manter. O fazendeiro que produz com roça mecanizada, ele faz o quê? Ele faz financiamento. E os Xerente vai fazer financiamento aonde? Não tem como! [Com Procambix]

you tinha 10 mil para fazer uma roça e era só os 10 mil. Então você precisa gastar com adubo, com calcário, com sulfato de amônio, com outros agrotóxicos, com combustível pra trator, reposição de peças, gradiagem, depois aragem, quando você chegasse no fim, você ia plantar o quê? (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Os recursos disponibilizados pelo Procambix não foram suficientes para que os *Akwẽ*-Xerente dessem continuidade às roças mecanizadas. Durante nossas pesquisas de campo, percebemos uma quantidade de máquinas abandonadas advindas do Procambix, pois, de acordo com os *Akwẽ*, com o fim do Procambix (que durou cerca de oito anos), eles não tiveram condições financeiras nem aptidão para mantê-las funcionando. Por isso, ao invés de uma agricultura conforme o padrão mundial, esse povo optou pela agricultura que necessita apenas da natureza e dos saberes de sua cultura, que eles têm há milhares de anos.

A implantação da bovinocultura não fazia parte dos objetivos iniciais do Procambix, mas essa atividade foi escolhida pelos *Akwẽ*-Xerente porque eles acreditavam que, com a queda na quantidade de peixes em virtude da construção de Lajeado, a proteína da carne de gado poderia substituir a dos peixes e a de outros animais de caça. Mas um dos grandes problemas é que a criação de animais não faz parte da cultura desse povo, nem houve um estudo de aptidão para essa atividade, como também não houve para as outras do Procambix, como ressaltou o Sr. R. Xerente durante a entrevista:

Dentro do programa Xerente não existia criação de gado. Não tem nenhum projeto, dentro do Procambix, de criação de gado. O que aconteceu é que a Associação Indígena *Akwẽ* entrou com um pedido que tinha um recurso disponível de um milhão, que é um recurso

que deveria ser repassado para a Associação, e a Associação pegou esse recurso e falou: “Nós vamos comprar gado a pedido dos caciques”, e compramos o gado. E houve um outro erro também, porque nós não tínhamos um estudo de aptidão. E assim, como todos os projetos do Procambix elencado, você não encontra um estudo de aptidão, e era uma das primeiras coisas que deveria ter preocupado, né?! Deveria primeiro saber o que a gente achava que poderia dar certo. Hoje você encontra algum gado em algumas aldeias, no Funil, no rio Sono, mas quase não tem mais. A gente tem que ter conhecimento pra lidar com o gado, e os Xerente não tinha. (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Uma das práticas importantes dos Akwê-Xerente, e que também é uma fonte significativa de alimentos, são as roças de quintais. Em nossa convivência com os indígenas, constatamos que é comum, nos arredores das casas, a plantação de árvores frutíferas (laranja, mexerica, limão, figo, manga, etc.), de plantas medicinais e de hortaliças, dentre outros. Também por causa disso a criação de gado se tornou inviável. Como os animais eram criados soltos, acabavam impactando de forma negativa esses quintais, pois se alimentavam dessas plantações. Diante dos impactos negativos causados pela prática da bovinocultura, a maioria dos Akwê-Xerente optou por abater os animais. Atualmente, são poucas as aldeias que ainda mantêm a criação de gado.

Outros projetos de criação de animais foram implantados via Procambix, como o de criação de peixes e de galinhas caipiras. Foram, porém, dois projetos também impostos nos quais não se atentou para as especificidades culturais dos Akwê-Xerente – que sempre tiraram diretamente do rio Tocantins a maior parte dos seus alimentos. Os Akwê-Xerente não se adaptaram à criação de peixes em cativeiro, visto que, conforme eles mesmos disseram, faltou capacitação para que dessem continuidade ao projeto.

Teve um projeto de peixes, mas também não teve estudo de aptidão, porque primeiro você tem que ver se tem condições de criar esses peixes ou não. Aí: temos três ou quatro córregos e vamos fazer, mas não deu certo, talvez porque o lugar não era propício para peixes ou talvez porque aquela comunidade não queria peixe. Fizeram os tanques e secou tudo, os peixes morreu tudo. Igual o projeto de galinha caipira... não teve estudo de aptidão. Não deu certo... (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

No caso da criação de galinhas poedeiras, trata-se de uma espécie melhorada geneticamente, que tem o bico cortado, própria para criação em cativeiro. De acordo com Baggio (2017), as aves, quando colocadas em cativeiro, ficam em estado de intenso estresse, por isso a debicagem torna-se uma forma de evitar canibalismo, desperdício de ração, amputação de patas e bicagem dos ovos, dentre outros problemas. O corte do bico é feito com uma lâmina com temperatura de 700 °C. Isso tem gerado uma série de discussões entre especialistas e defensores do bem-estar animal por ser uma técnica invasiva, logo as aves são submetidas a um processo de intensa dor e mal-estar.

Dessa forma, durante a entrevista, os próprios Akwê-Xerente questionaram esse projeto, pois, na cultura Akwê, quando se cria algum animal, ele é criado solto e pode se alimentar de tudo o que a natureza dispõe. O Sr. D. Xerente comentou:

Eles fizeram o projeto da galinha, até um dia eu fiquei pensando: “Como é que eles procura um programa e deixa a galinha com bico cortado? Como é que eles come?” Os bicho na cultura Xerente é assim, tudo solto. Pode comer tudo. Agora diz eles que corta o bico pra evitar doença. Mas como se elas morriam de fome? (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Na verdade, os técnicos do Procambix quiseram transformar em agropecuaristas “modernos” pessoas que não contrariam a natureza e não visam obter lucros, apenas sobrevivência. Um outro problema apontado pelos Akwê-Xerente foi o fato de terem de lidar com a burocracia do Procambix. Para eles, isso atrapalhou bastante a compra de maquinários, carros e, principalmente, insumos agrícolas, pois o processo de licitação é demorado, e, na maioria das vezes, os produtos chegavam com bastante atraso, o que prejudicou fortemente a evolução das roças mecanizadas, por exemplo.

Teve uma coisa que eu falo que foi uma regra errada, mas que os especialistas do Tribunal de Contas disse que foi uma coisa que eles acharam muito certo, até porque não houve desvio de recurso, não comprova até hoje que tem um cruzeiro roubado do Procambix. O que houve realmente foi uma situação de criar dificuldades para a aplicação de recursos. Você pega um recurso privado, lança na conta do Governo Federal e joga ele de volta para os índios no Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal], e os índios vai ter que trabalhar com o Siafi. Então, quando você lança qualquer recurso no Siafi para você comprar um carro desse daqui, o que você precisa fazer? Licitação, pregão eletrônico! E leva quanto tempo? [...] eu não gosto disso, e tivemos que aprender forçado. Aí você acha alguma coisa aqui no mercado local de R\$10,00, mas com esse recurso no Siafi você não pode comprar, pois você tem que fazer uma licitação de nível nacional, o pregão eletrônico, né?! Aí tem um produto lá do Paraná para chegar aqui nos Xerente. Às vezes você precisava desse recurso para amanhã, e ele vai chegar daqui a sessenta dias. (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018, colchetes nossos).

Além dos projetos desenvolvidos pelo Procambix para os Akwê-Xerente, estes participaram do conselho-gestor e das decisões tomadas por

esse programa. Porém, eles ressaltaram que, apesar de terem voz e voto durante as reuniões, suas propostas não poderiam fugir do projeto original – que, como se sabe, veio pronto. Não havia, portanto, uma ampla discussão com os indígenas. A composição do conselho-gestor era paritária, havia bom relacionamento com os técnicos, mas o programa não tinha flexibilidade e havia muita burocracia, além de muitas reuniões e discussões nas quais não se resolvia nada porque tudo já estava programado, menos a resolução dos problemas. Isso dificultou a permanência do Procambix a longo prazo.

A escolha do membro do conselho gestor era feito por reunião geral, né? Era por região. Era cinco regiões. Como o conselho era um conselho paritário. Tinha cinco órgãos e instituição governamental e uma não governamental e tinha seis índios. [...] Então era escolhido pela assembleia-geral. Mas esse programa, o que eu falo sempre para o pessoal, foi interessante pelo seguinte: só de discussão para você chegar a apresentar uma proposta para a Investco sobre o Procambix, nós tivemos 98 reuniões geral [...] acontecia mensalmente, semanalmente, para discussão. Tinha uma relação boa com os técnicos, boa, boa. [...] Mas aí você está dentro do conselho. Aí você tinha uma proposta que você está dentro do conselho e aí você defende. Aí a gente tinha nossa proposta e a gente defendia nossa proposta, nossas ideias. E aí eles [os técnicos] também tinha o argumento deles, né, o Ministério Público tinha o deles, né? Mas, desde que não fugisse do projeto-mãe, tinha que estar de acordo com o projeto-mãe. Então você não tinha como fugir, tinha que cumprir os projetos. Esse é o grande problema. (SR. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Quando perguntados sobre qual avaliação geral eles faziam do Procambix quanto aos pontos positivos e negativos, os Akwẽ-Xerente ressal-

taram que o programa trouxe como ponto positivo momentos de grandes aprendizados. Eles mostraram orgulho em dizer que o Procambix é referência para outros atingidos e que já receberam visitas de vários pesquisadores do Brasil. Mas, mesmo assim, trouxeram vários pontos negativos, como, por exemplo, os impactos ambientais, sendo a criação de gado a grande responsável por eles. Cabe mencionar que criar gado foi uma escolha deles, pois acreditavam que essa atividade poderia suprir sua necessidade de proteína animal – cuja diminuição ocorreu devido à queda da quantidade de peixes com a construção de Lajeado.

É, até esses projetos também que nós ganhamos necessita ser citado aí¹². Falei assim que, até hoje, o Procambix tá dando impacto. Aí ele falou: “Por quê? Vocês não compraram gado no Procambix?” Compramos. Pois é, hoje o gado é invasão ambiental pra território porque vai impactando. Até eles viram maior impacto. (SR. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

De acordo com o entrevistado, os impactos da criação de gado foram muitos, inclusive foram percebidos pelos técnicos do Procambix. Diante disso, consideram que as perdas sofridas pela construção de Lajeado não têm como ser compensadas, pois seu modo de vida e seu território, constituídos junto ao rio Tocantins, sendo as vazantes o aspecto mais importante do território, foram duramente atingidos e transformados.

Como compensá, professor? O que é compensá? Como compensá uma coisa [a vazante] que é a maior riqueza nossa? Quando veio o pessoal [os técnicos do Procambix] aqui, a gente achou bom, pois

¹² O entrevistado quis dizer que o Procambix deve ser citado no presente trabalho devido aos referidos impactos que ele ocasionou. O trecho é uma citação de um diálogo que ocorreu entre o depoente e um dos técnicos do Programa.

eles falaram que ia compensá, né? Mas acabou o Procambix, acabou tudo, e a vazante acabou também. (SR. S. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2014, colchetes nossos).

Compreendendo o território Xerente como um sistema vivo (CAPRA, 2006), no qual há uma interdependência entre sociedade e natureza, é possível constatar, mais uma vez, que a vazante é o fio condutor desse sistema, porque é ela que garante a vida a partir da atividade de produção de alimentos e, com isso, a soberania alimentar desse povo. Conforme já foi ressaltado, em todos os depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo, os *Akwê*-Xerente afirmaram que, antes da construção da barragem, se comprava muito pouco na cidade, pois as várzeas ofereciam tudo aquilo de que eles necessitavam. No entanto, após a construção de Lajeado, com a conseqüente alteração do fluxo de água do rio Tocantins, essa lógica se inverteu, uma vez que o que é colhido nas vazantes não alimenta a todos durante o ano todo. Hoje, conforme ressaltaram, se compra quase tudo na cidade, principalmente arroz, feijão e carnes, dentre outros alimentos.

Aqui a gente tinha tudo. Não precisava dessa barragem! Eles falava que ia melhorá tudo, né?! Melhorô nada não. A gente não precisava de Procambix [...] eu, menininha, via meu pai colhê muito, e a gente não precisava nem de remédio. Tem tudo no quintal até pra câncer, diabete [...] (SRA. E. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

De acordo com a anciã Sra. E. Xerente, se não tivesse havido a construção da barragem, não teria a necessidade de Procambix, pois a maior riqueza eles já possuíam: as vazantes e os quintais, que produziam muitas frutas e medicamentos para todos os tipos de enfermidades, tais como: dor de cabeça, diabetes, doenças do fígado, câncer, dentre outras. Confor-

me a anciã, seu quintal oferece medicamentos naturais para toda a aldeia e, segundo ela mesma, os efeitos deles são superiores aos dos medicamentos fabricados pelas indústrias farmacêuticas. Diante disso, o balanço que os Akwê-Xerente fazem da construção de Lajeado e do Procambix é negativo, como apontam os depoimentos a seguir:

Coisa boa? Teve coisa boa, não. A barragem acaba com tudo, leva tudo, né? E a gente paga tudo, paga energia, paga os prejuízos na nossa mata, né?! E esse Procambix foi isso, né?! Prejuízo. (SRA. R. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Ninguém sentiu coisa boa do Procambix. Mas agora tá vindo um problema que a comunidade sentiu. A questão de impacto, a questão de cultura, a questão do meio ambiente, a questão de água, a questão de animais [...] sentiu. (SR. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A vazão, e outra, né, [a barragem está] acabando com a nascente do rio, então o que está impactando é a questão da própria convivência cultural dentro da cultura indígena, porque hoje não tem animais, não tem peixe. A comunidade está esquecendo a cultura. (SR. D. XERENTE, PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Portanto, compreende-se que a construção de Lajeado trouxe problemas significativos ao território, principalmente no que se refere à produção de alimentos, devido às alterações no sistema de vazante e também à queda da quantidade de peixes, principal fonte de obtenção de proteínas. Alguns Akwê-Xerente relataram também que, durante as festas nas aldeias, era possível sustentar a todos com o que era pescado no rio Tocantins, mas, hoje, isso não é mais possível.

O Procambix, que seria uma medida para tentar solucionar e/ou amenizar os problemas causados por Lajeado, não trouxe os efeitos esperados, pelo contrário, aprofundou ainda mais o processo de precarização do território, pois destruiu o que, para os *Akwẽ-Xerente*, era o maior bem que a natureza lhes ofereceu: as roças de vazante. Salientaram também que Lajeado lhes trouxe prejuízos monetários, na medida em que eles agora precisam dispor de dinheiro para pagar o alto valor da energia elétrica, que é retirada, conforme eles disseram, do seu patrimônio.

Assim, a construção de Lajeado e a implantação do Procambix, além de acarretarem perdas irreversíveis, como na fauna e na flora, como alguns afirmaram, estão levando os *Akwẽ-Xerente* a perder sua cultura. Isso ocorre pela diminuição dos dias de festas, pela falta de condições de alimentar a todos por longos dias, pela falta de interesse dos mais jovens pela cultura e pela dependência da cidade em termos alimentícios. Os *Akwẽ-Xerente* lutam para amenizar as perdas sofridas e, para isso, têm sua cultura como trunfo para (re)existir às imposições colonialistas que rondam seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas com os *Akwẽ-Xerente* revelam uma contradição estrutural em relação às legislações brasileiras que tratam da indenização de famílias atingidas por grandes empreendimentos barrageiros, como as resoluções do Conama. Essas normativas sustentam uma concepção patrimonialista de “atingido”, que restringe o direito à reparação apenas a perdas materiais e, em geral, àqueles que se encontram à montante das barragens. No entanto, a realidade demonstra que os impactos vão muito além: eles envolvem dimensões simbólicas e imateriais, como os vínculos comunitários, a relação sagrada com a natureza e os antepassados, profundamente enraizados nos territórios. Ao ignorar as comunida-

des situadas à jusante, como no caso dos Akwẽ-Xerente, o próprio Estado reproduz a invisibilidade e o silenciamento histórico desses povos.

A energia, embora essencial à soberania nacional, não pode ser tratada unicamente como mercadoria. Sua produção precisa dialogar com os múltiplos povos e territórios que compõem o Brasil, respeitando a diversidade socioambiental. É urgente, portanto, descolonizar os paradigmas de geração energética, investindo em fontes menos predatórias, como a solar e a eólica, acompanhadas de políticas públicas que incentivem a pesquisa, a tecnologia e, sobretudo, um debate democrático e inclusivo.

No caso da UHE de Lajeado, o discurso do progresso foi usado como justificativa para a obra, prometendo “desenvolvimento” regional, geração de empregos e modernidade. Porém, esse mesmo discurso mascarou os custos sociais, ambientais e culturais da barragem, relegando os Akwẽ-Xerente à condição de obstáculo ao desenvolvimento. A implantação do Procambix, apresentada como solução compensatória, repetiu a lógica colonial: foi pensada de fora para dentro, sem respeitar a especificidade cultural do povo e reforçando práticas produtivas alheias ao seu modo de vida. Assim, os subprogramas acabaram por impor a lógica da agricultura mecanizada, do uso de agrotóxicos e da criação de animais em cativeiro, destoando da cosmologia e dos saberes tradicionais Akwẽ.

Ainda assim, diante de tantas perdas, os Akwẽ-Xerente afirmam sua capacidade de (re)existir. As memórias de “antigamente” seguem preservadas pelos anciãos e são transmitidas no cotidiano das aldeias, seja no protagonismo da língua materna, seja nas práticas pedagógicas que buscam narrar a história do Brasil a partir da perspectiva indígena. Essa resistência silenciosa revela que, mesmo diante da violência simbólica e material, as vozes sufocadas encontram caminhos para sussurrar e permanecer vivas no compasso da natureza e na força de sua cultura.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. *Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003*. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BAGGIO, R. A. *Desempenho e bem-estar de galinhas poedeiras submetidas a diferentes métodos de debicagem em dois sistemas de criação*. 2017. 45 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade do Estado de Santa Catarina. 2017.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de N. R. Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTRO GOMES, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas*. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.

CASTRO GOMES, S. Latinoamericanismo, Modernidad, Globalización. Prolegómenos a una crítica poscolonial de la razón. In: CASTRO-GÓMEZ, S. MENDIETA, E. (Org.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CRUZ, V. do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: ____; OLIVEIRA, D. A. *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas*. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

ELETROBRAS. *Plano Nacional de Energia Elétrica*. 1993-2015. vol. I, Brasília, DF: 1994.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491. <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

INVESTCO. *A UHE de Lajeado*, 2010. Disponível em: <http://www.edp.com.br/geracao-renovaveis>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas*. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 8-23.

LIMA, G. B. L. *Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais*. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de H. P. MACIEL e R. HAESBAERT. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói (RJ)*, ano 8, n. 16, p. 41-55, Jul. 2008. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.816.a13521>

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas, Três Lagoas (MS)*, ano 3, v. 1, n. 3. p. 5-26, maio de 2006

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas*. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, M. M dos. Além dos impactos: reflexões sobre licenciamento ambiental e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. In: SILVA, R. P. da (Org.). *Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos*. Palmas: Nagô Editora, 2015, p. 201-2017.

VAINER, C. B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VENÂNCIO, M. *Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins*. 2020. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

ZITZKE, V. A. *A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas*. 2007. 405f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT): UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SEUS 50 ANOS NO APOIO DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS PELA TERRA NO BRASIL

DÁCIO ALVES PEREIRA DE OLIVEIRA, Universidade Federal do Norte do Tocantins,
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4442-462X>

ALBERTO PEREIRA LOPES, Universidade Federal do Norte do Tocantins,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0087-4504>

INTRODUÇÃO

A luta histórica pela Reforma Agrária no Brasil tem diversos atores no decorrer da história do nosso país, em virtude da nossa formação econômica com base inicial do extrativismo e posteriormente na produção agrícola/pecuária. Dentro dessa perspectiva é fato que em todas as regiões geográficas do Brasil diversas lutas foram travadas para uma re/organização fundiária no intuito de propiciar uma redução da concentração de terras no nosso espaço geográfico brasileiro.

Essas lutas foram travadas por séculos com diversas abordagens, seja na linha econômica, na gestão territorial e também nas bases ideológicas e religiosas. Porém, de uma forma clara e objetiva a questão da Reforma Agrária e a luta dos trabalhadores do campo teve sua discussão maior nos meados do século XX, dentro da Igreja Católica Romana após o Concílio Vaticano II (Amado, 1996), que através da sua opção pelos pobres, sob a luz da teologia da libertação surge como ação prática da igreja a Co-

missão Pastoral da Terra no Brasil, esta instituição passou a atuar em diversas frentes da questão do campo brasileiro, discutindo, pautando e agindo em prol da reforma agrária no Brasil e na luta dos direitos dos trabalhadores principalmente no período da ditadura militar, na redemocratização e nos planos sequenciais de ações na busca de uma Reforma Agrária no país.

O presente artigo vai discorrer de forma sucinta sobre a origem da CPT, suas frentes de atuação e seus principais desafios atuais após 50 anos de existência.

REFERENCIAL TEÓRICO

No século XX, a Igreja Católica passou por transformações profundas em toda a sua estrutura, desde as concepções teológicas, filosóficas, políticas, e até sua hierarquia foi afetada, a partir de 1930. Nesse período da I e II Guerra, a Igreja Católica foi marcada, em alguns países, como uma voz silenciosa, em meios aos grandes conflitos que permeavam o mundo, seja em relação aos conflitos entre as grandes Potências Imperialistas Europeias, seja também, nos massacres de minorias (ciganos, negros e judeus) que aconteceram durante o período. (Amado, 1996), (César, 2004), (Costa, 1997).

Nesse contexto a igreja também começava a refletir sobre as questões de subdesenvolvimento e pobreza das nações periféricas, onde havia grande massa de desempregados, famintos e doentes. Esta reflexão foi baseada nos princípios éticos-cristãos das primeiras comunidades, nas quais os cristãos dividiam todos os seus bens. Esse pensamento sociológico e econômico, passou a fazer parte das reflexões, que expuseram a necessidade de fazer do capitalismo um sistema mais humanista, para evitar o aumento das revoluções socialistas nas nações subdesenvolvidas, assim essas novas correntes de pensamento tentavam criar uma proposta para se contrapor às ideologias socialistas (Costa, 1997).

A Igreja Católica Brasileira não ficou fora de tais transformações, pois o Brasil, com sua herança histórica de latifúndio e de economia agrária exportadora dependente, teria que solucionar problemas estruturais de sua economia e de sua produção, para se inserir no mercado internacional. Neste sentido, a Igreja Católica terá uma atuação mais clara a partir da década de 1940.

Amado, 1996, descreveu que o Brasil passou nas últimas décadas desde o início do século XX por grandes transformações e a Igreja acompanhava tais transformações de cunho econômico, ideológico, político e social e em meados de 1940, começa a uma reflexão sobre a situação agrária brasileira em suas atuações pastorais e a observar a atuação dos comunistas dentro do território nacional.

Em especial sobre a entrada dos comunistas dentro do contexto agrário, que se deu através das ligas camponesas pelo PCB (Partido Comunista do Brasil) conforme Azevêdo (1982). Esse fato fez com que a igreja se tornasse mais atuante nessa questão, na tentativa de interferir na sua influência sobre os camponeses, o que a tornou mais atuante após esse período.

Entretanto, só após o Concílio Ecumênico Vaticano II, que ocorreu no período de 1962 a 1965, onde todos os bispos de todas as dioceses dos cinco continentes discutiram sobre as novas diretrizes da Igreja e como seria a concepção de fé cristã no século XX. Pois nas considerações feitas durante o Concílio muitos bispos basearam-se para reivindicar a reforma agrária no Brasil, dentro da doutrina social da Igreja e tendo o mínimo conflito possível (Costa, 1997).

Diante da realidade da necessidade de aplicação do Concílio Vaticano II, alguns bispos do país vão questionar o modelo de desenvolvimento para Amazônia e para o Brasil que a ditadura implantou, os questionamentos eram envoltos nas realidades locais da Amazônia Legal, onde os grandes projetos agropecuários e de mineração eram financiados pela SUDAM.

As grandes estradas de interligação do Brasil também criavam um grande fluxo migratório, aumento da renda fundiária, especulação, grilagem, e avanço do capital nas fronteiras da Amazônia, e em decorrência dessa realidade, os índios e trabalhadores rurais da Amazônia eram torturados, assassinados, e perdiam o direito às suas propriedades de terra (Lopes, 2002)

Os questionamentos dos bispos do Brasil, se tornaram as bases para a futura criação da CPT, tiveram a forma de cartas pastorais que tratavam dos diversos temas que afligiam o país. Essas cartas saíram do “grupo-não-grupo” de bispos da CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, preocupados com a realidade amazônica e repressão aos trabalhadores, índios, agentes de pastorais e até alguns bispos, que fizeram a reflexão sobre a realidade brasileira. (Poletto, 2002).

O Encontro de Pastoral da Amazônia patrocinado pela CNBB aconteceu em 1975, no Centro Dom Fernando em Goiânia, dentro da arquidiocese de Goiânia, onde Dom Fernando era o arcebispo. Sobre a pessoa de Dom Fernando, Balduino afirma que Dom Fernando encarnou integralmente o Concílio Vaticano, e, por isso mesmo em razão da contradição da Igreja, ele não teve cargos, títulos e nem vez na hierarquia eclesiástica (Poletto, 2002).

As ações de Dom Fernando tinham o caráter de Centro-Oeste, ou seja, dentro do contexto da realidade dessa região. A sua Igreja era prova concreta disso, também assumiu a conjuntura sociopolítica-ecclesial e enfrentou serenamente a ditadura. Dom Fernando foi o lúcido e decidido patrocinador das duas pastorais germinais, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT Comissão Pastoral da Terra).

O encontro das pastorais da Amazônia foi o marco da decisão de criação da CPT, pois nele foi analisada a situação da Amazônia e tomada uma atitude em relação à situação da nova fronteira brasileira e seus conflitos. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi criada em 1975, e configurou-se em divisões regionais eclesiásticas. Poletto (2002).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi do tipo bibliográfica exploratória, documental, utilizando revisão de literatura sistemática de livros, artigos e documentos da Igreja Católica: Concílio Ecumênico Vaticano II; Conferência de Santo Domingo e Conferência de Puebla, que forneceram informações sobre a história da própria igreja e livros e artigos que tratam da criação da CPT no Brasil, além dos cadernos de Conflitos da CPT que abordam a atuação nos últimos cinquenta anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em cinquenta anos a CPT atua em diferentes frentes na luta pela terra, acompanhando os trabalhadores da terra e sistematizando o registro dos dados de conflitos desde o período da Ditadura Civil-Militar. As frentes principais de atuação estão ligadas ao acompanhamento dos trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em seus principais embates frente à crescente violência no campo brasileiro, e consolidou-se como uma das principais entidades de apoio e articulação das lutas camponesas, sempre pautada por uma ética da solidariedade, pela defesa dos direitos humanos e pela promoção da justiça socioambiental. Os campos de atuação abrangem o uso do território, regularização fundiária, conflitos trabalhistas, combate ao trabalho escravo no campo, geração de renda, projetos alternativos de economia solidária e proteção ambiental.

Diante da repressão militar, surgiu a necessidade registrar a sua atuação, bem como os principais acontecimentos de conflitos no campo, e a partir da década de 1980, a CPT estruturou um sistema próprio de documentação de conflitos no campo, inicialmente com registros manuais e, posteriormente, com a criação de bases digitais de dados. Esse trabalho culminou, em 2013,

na formação do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC), responsável por sistematizar e divulgar os dados relacionados à violência no campo brasileiro. A CPT se tornou, assim, a única organização no país a registrar de forma contínua, sistemática e nacional os conflitos agrários, reunindo informações sobre despejos, ameaças, assassinatos, conflitos por água, contaminações por agrotóxicos, trabalho escravo, manifestações em busca pela reforma agrária (ocupações e acampamentos).

A CPT qualifica os conflitos como enfrentamentos políticos e resistências legítimas, e não como “crimes” ou “desordens”, como frequentemente aparecem no discurso institucional dominante. Conflitos por terra, água, trabalho e manifestações são reconhecidos como ações de resistência à negação histórica de direitos.

Assim a atuação da CPT não se limita à denúncia, pois também propõe alternativas que apoiam diretamente processos de organização popular, como acampamentos, retomadas de territórios, articulações de base e ações formativas junto aos povos do campo, das águas e das florestas.

Merece destaque a atuação de dimensão ecológica e social, discutindo problemas de soberania alimentar, agroecologia, ecologia integral e justiça climática. O compromisso da pastoral é inspirado pela Teologia da Libertação e pelos princípios que defendem uma ecologia que una o cuidado com a natureza e os direitos dos pobres.

As metodologias centrais adotadas pela CPT, articulam aspectos teológicos pela atuação da igreja católica e igrejas cristãs sensíveis à causa da luta no campo. Pauta-se em princípios éticos com bases teológicas e filosóficas, e para além acende o debate no meio político, propondo e avaliando políticas públicas no campo.

A CPT também desempenha papel na formação pedagógica nas comunidades fomentando discussões sobre escolas com base na pedagogia da alternância, que defende a valorização dos saberes tradicionais com conhecimento científico.

O seu trabalho histórico se deu pelo ato de documentar como uma forma de resistência e memória, ao registrar as violências sofridas pelos povos do campo, ela preserva as histórias das lutas, denuncia as injustiças e fortalece a construção de alternativas populares frente ao modelo do agronegócio, da mineração predatória e das políticas estatais excludentes.

Essa documentação e registros embasam relatórios, ações judiciais, mobilizações públicas e processos de formação crítica em comunidades e escolas por todo Brasil, atuando conjuntamente com: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações locais, organizações não governamentais e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Desse modo a CPT se posiciona e desafia tanto os poderes econômicos que concentram terras e exploram trabalhadores, quanto os silêncios cúmplices de instituições religiosas e políticas. Sua atuação é, portanto, profética do ponto de vista teológico, pois denuncia a injustiça, anuncia um novo modo de viver no campo e defende uma sociedade baseada no respeito aos territórios, aos modos de vida tradicionais e à dignidade humana.

Ao completar meio século de existência, a CPT reafirma sua missão de estar ao lado dos pobres da terra e da Terra de Deus, como agente de esperança, resistência e transformação. Diante das discussões é possível perceber a importância da CPT em diversos momentos da luta do campo brasileiro, e de fato é uma ação prática da fé cristã ecumênica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil sofreu grandes transformações com a entrada da Igreja Católica na problemática agrária a partir da década de 1970 como vimos, a Igreja já discutia a questão agrária já em 1940 e após trinta anos mais tarde entra definitivamente na luta pela Reforma Agrária, como uma atitude de resposta aos conflitos agrários durante o regime militar e expansão da fronteira agrícola brasileira.

A Igreja Católica trouxe um novo panorama de discussão sobre a organização dos trabalhadores e também da estratégia de luta pela Reforma Agrária, mesmo com a suas divisões internas a respeito da concepção de reforma agrária, e a sua participação dentro do Estado (período de 1940 até final 1960) a Igreja Católica sempre esteve presente na elaboração dos planos governamentais envolvendo o espaço agrário brasileiro. Sua presença foi marcante e ainda é na questão agrária brasileira através da CPT- Comissão Pastoral da Terra, sendo que a mesma foi a fonte de vários movimentos atuais que lutam pela Reforma Agrária, por exemplo o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Foi com a ajuda da CPT que os trabalhadores conseguiram se organizar para reivindicar os seus direitos de posseiros e reconhecimento em diversas regiões do Brasil, tendo em conjunto pautas em comum na formação sindical, política, produtiva, econômica, espiritual e social dos trabalhadores.

É necessário continuar acompanhando o trabalho da CPT de forma mais aprofundada para compreender como ela contribui com a qualidade de vida dos trabalhadores nas áreas conquistadas e como ela incentiva essas iniciativas técnicas, que irão possibilitar novas tecnologias sociais e de produção para os agricultores familiares, quilombolas e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

AMADO, W. T. *A Igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: Ed UCG, 1996.

AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo Brasil 2024*. Goiânia: CPT – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2025. 267 p. ISBN 978-65-994503-5-8. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024>. Acesso em: 30 de jul. de 2025.

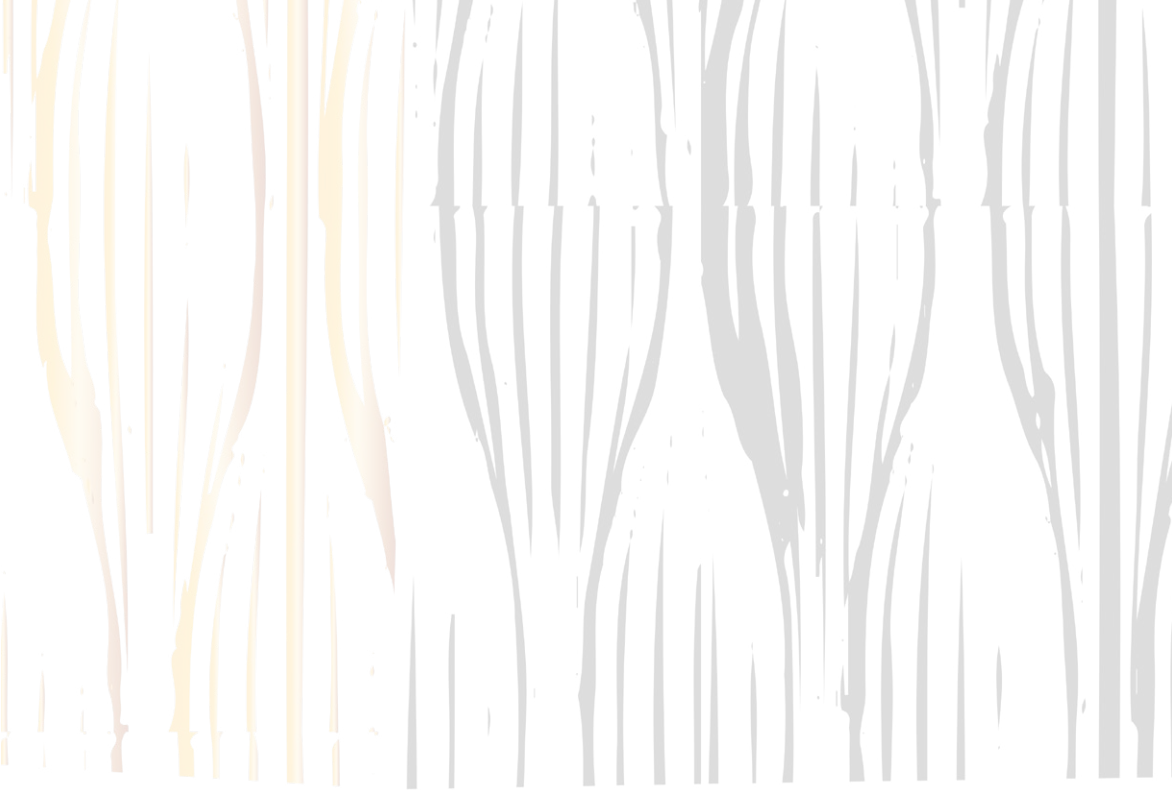
CÉSAR, W. *Igreja e sociedade: uma experiência ecumênica*. *Rev. Tempo e Presença*, Ano 26, nº 334, Rio de Janeiro, 2004. p.07-14.

COSTA, L. (org). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. Tradução Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos da Igreja).

LOPES, E. Brilhos da Noite. IN POLETTO, I; CANUTO, A. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (41-46).

POLETTO, I. *Aos 25 anos do tempo germinal em que nasceu a CPT*. IN POLETTO, I; CANUTO, A. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (11-26).

POLETTO, I. CPT: Fruto e vivência do pentecostes dos anos 70: Entrevista com Dom Tomás Balduino, Presidente da CPT. In: POLETTO, I; CANUTO, A. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (27-40).



KARAJÁ IXYBIÓ-A-MAHADU E A INDÚSTRIA CRIATIVA

MARIA DO SOCORRO MESQUITA DA SILVA NUNES, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5014-0779>

VICTOR DA SILVA OLIVEIRA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8061-4269>

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país continental, o quinto maior em extensão territorial (Nyco, Zendron, 2018), sua composição populacional conta com variados povos e possui uma rica diversidade cultural (Andrade, 2008). As diversas comunidades originárias e tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradoras de coco, dentre outras) existentes no território compõe nossa história e costumes. Cada povo com suas peculiaridades, sua forma de vida e modo de produção. Nessa perspectiva, o Estado do Tocantins é privilegiado por ter em seu território comunidades indígena que contribuem significativamente para o legado cultural tocan-tinense, através das relações, das tradições, da culinária, das festas, do artesanato, da pintura e de outros meios (Mesquita-Nunes e Brito, 2021).

A Geografia é uma ciência distinta, com amplo objeto de estudo, que trabalha as relações socioespaciais e suas implicações, onde em seu caracter social “a Sociedade é o sujeito e a Natureza o objeto” (Andrade, 2008,

p. 28). A diversidade do saber geográfico e sua aproximação com outras ciências a faz distinta. Oliveira et al. (2022) ressalta que a geografia, em uma aproximação entre geografia econômica e cultural, reflete e contribui para a compreensão da economia criativa, seguimento produtivo que tem na inovação, no conhecimento, e, portanto, na criatividade sua principal matéria-prima. (Bendassoli et al., 2009).

Diante do exposto a questão que norteia este trabalho é: A partir de uma abordagem geográfica, quais possibilidades e limites de analisar as expressões culturais dos indígenas Karajá Ixybió-a no bojo da indústria criativa? Assim o presente estudo tem como objetivo propiciar um debate sobre a indústria criativa pelo viés da geografia econômica estreitando-a do povo indígena Ixybió-a.

A escolha por pesquisar essa comunidade, justifica-se pela trajetória de marginalização social dos indígenas na sociedade brasileira e tocantinense, expresso pela inferiorização de suas práticas culturais e produtivas.

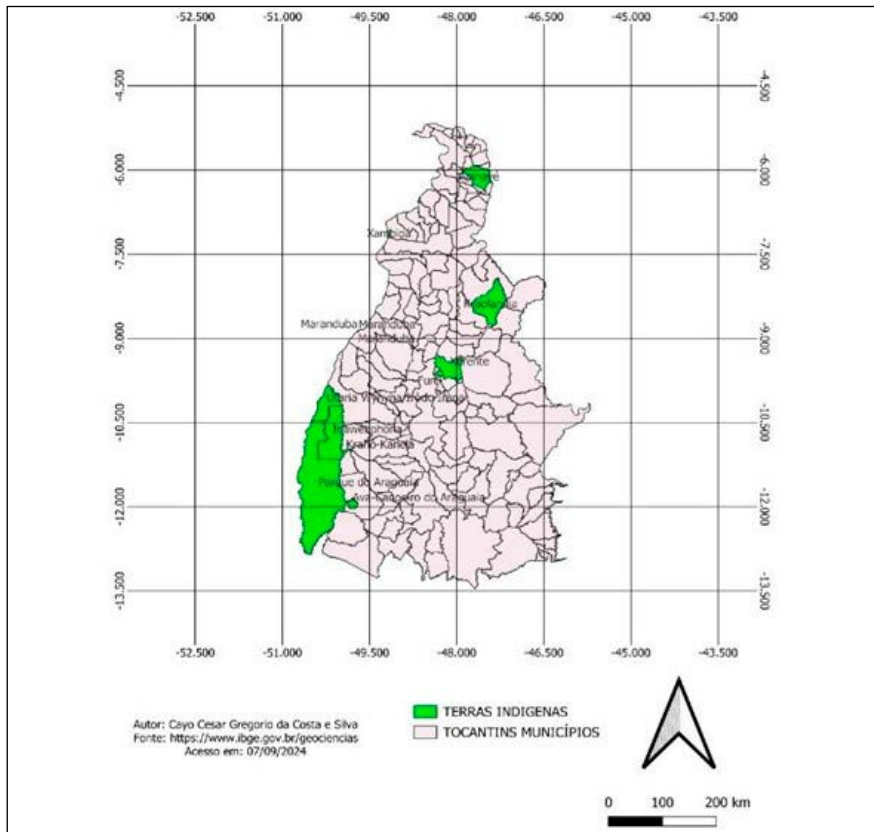
Além disso, busca-se destacar a riqueza sociocultural do povo Ixybió-a, bem como pela a importância que a Indústria Criativa vem ganhando no cenário mundial e nacional como vetor de desenvolvimento e preservação de práticas e saberes tradicionais (Mota; Hansen, 2018). Para tanto, utilizou-se pesquisa de revisão bibliográfica por meio da análise de material científico como artigos, monografias, teses, livros e discursos realizadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO - UFNT) – Araguaína – Cimba, nas aulas da disciplina de Epistemologia do Pensamento Geográfico. Como parte do levantamento do material foi utilizado os endereços eletrônicos Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca do Campos UFNT.

BREVE HISTÓRICO DO POVO KARAJÁ IXYBIÓ-A

O Estado do Tocantins, localizado na Região Norte, é o mais novo Estado do país, possui uma cultura rica e diversificada composta por variados

povos originários e tradicionais. Em meio a essa diversidade a comunidade indígena *Iny* é foco deste estudo. O povo Karajá se subdivide em três: Javaé, Karajá e Karajá Ixybió-a-Mahadu. O Javaé e Karajá vivem na Ilha do Bananal, o Karajá na parte ocidental da Ilha, o Javaé habita no interior da ilha ao longo do rio Javaé e afluentes. Na região do alto Araguaia fica o povo Karajá e no baixo Araguaia vivem o Karajá Ixybió-a-Mahadu. Essa classificação de alto e baixo se refere à localização em relação ao Rio Araguaia. Como podemos observar no mapa abaixo com a localização das referidas populações.

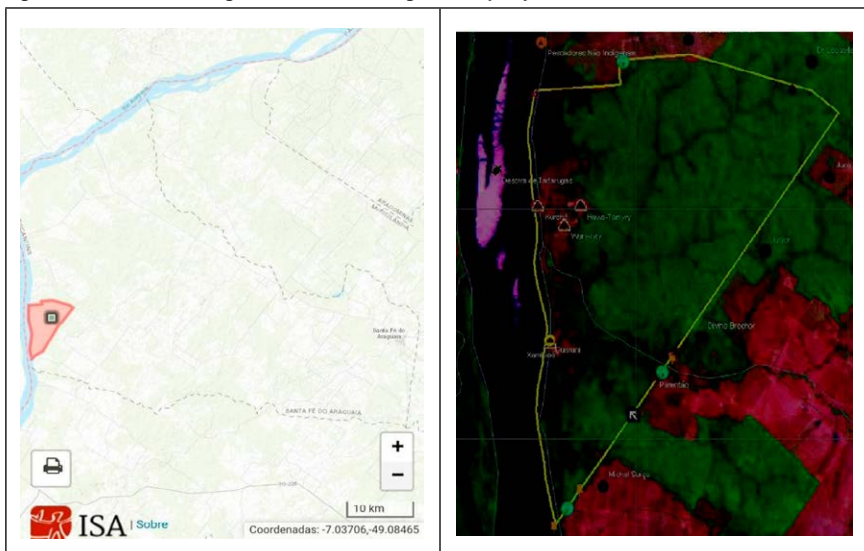
Figura 1 – Mapa do Estado do Tocantins e localização geográfica das Comunidades Indígenas



Fonte: produzido por Cayo Cesar Gregório da Costa e Silva.

Estes povos consideram-se parentes, falam o mesmo idioma com dialetos próprios, têm os mesmos costumes, com suas peculiaridades, e se autodenominam *Iny* que significa gente verdadeira (Mattos et al, 2013). Para o povo Ixybió-a, a relação com a natureza vai além do uso convencional, ou da satisfação pessoal, o Rio Araguaia é parte deles mesmos, é existência, é vida. Segundo a lenda o povo Karajá, veio do fundo do Rio. Para eles, o rio é uma referência mitológica (Mesquita-Nunes e Brito, 2021). O território desta comunidade se localiza no município de Santa Fé do Araguaia, às margens do rio Araguaia, fronteira com o estado do Pará. O mapa abaixo demonstra a localização exata da terra indígena em estudo.

Figura 2 – Santa Fé do Araguaia – TO – terra indígena Karajá Ixybió-a



<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3905>. A - Fonte: ISA, 2024. B - Fonte: FUNAI 2024

É relevante destacar que o povo Ixybió-a, como outras comunidades tradicionais, sofrem marginalização manifestado por meio da inferiorização de suas práticas culturais, modo de vida e de produção. Por meio das análises bibliográficas percebe-se que a marginalização é de longa data.

Ruy Moreira (2010) destaca as experiências e impressões dos viajantes, cronistas e naturalistas que vinha ao Brasil, quando se encontram com os indígenas no período em que os colonizadores saqueavam as riquezas do Brasil e matavam o povo local, os indígenas.

Machado (1996) apresenta autores com pensamentos deturpados e preconceituosos sobre a população brasileira, ao falar sobre a cor, a mestiçagem, o índio e o negro. Andrade (2008) ressalta que: “A ideia de superioridade racial ganhou corpo e chegou até nossos dias [...]” (Andrade, 2008, p.74). Assim, pretendemos evidenciar a cultura e os modos de vida desta comunidade como forma de desmistificar tais falas e impressões equivocadas sobre o povo, como forma de oportunizar a tolerância e o reconhecimento da diversidade tocantinense, bem como a troca de saberes.

Nesse sentido Xerente (2020) enfatiza que “[...] sem a divulgação da cultura nenhum povo originário é reconhecido.” (Xerente 2020, p. 23). Pinto, Grado (2009) corrobora dizendo que: “O resgate, a valorização e a difusão da cultura indígena são elementos necessários à preservação dos conhecimentos e das manifestações culturais advindas das mais de 220 etnias que vivem nas diferentes regiões do nosso País.” (Pinto e Grado, 2009, p. 5). A geografia como ciência dinâmica, complexa e “social, uma ciência da sociedade” (Andrade, 2008, p. 30) não está à parte dos estudos sobre essa diversidade e manifestações culturais, como não está das relações de poder.

Sobre a difusão da cultura indígena e seus valores, são manifestos, entre outros, pelos ritos, pelas “danças, cantos, pinturas corporais e sua convivência social.” (Pinto e Grado, 2009, p. 5). Nessa perspectiva, as pinturas indígenas são de fundamental importância para a preservação da cultura. Essas pinturas ou grafismos representam elementos da natureza, como pele de animais, cada pintura possui histórias próprias e são diferentes para os homens, mulheres e crianças. As mulheres pintam os filho e esposo, a pintura representa como o indígena está se sentido no dia. A

pintura também é um meio de comunicação e representa outros simbolismos, como garantia de sorte na “caça, na guerra, na pesca ou na viagem”. (Albuquerque; Karajá, 2018, p.44).

Com o artesanato não é diferente. “As pinturas estão presentes nas bonecas, [...] (Albuquerque; Karajá, 2018, p. 44). As bonecas Ritxokó são feitas pelas ceramistas Karajá, antes era brinquedo para as crianças, atualmente representa as características do povo. Em 2012 as bonecas foram reconhecidas como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A maior parte dessas peças são para o comércio, as indígenas vendem suas produções em São Félix do Araguaia, e em cidades como Goiânia, Brasília, Palmas, entre outras. A venda é feita por mulheres da família que levam as peças quando vão a cidade ou quando fazem uma viagem mais longa. (Farias, 2014, p. 26)

Cabe ressaltar que a pintura, os artesanatos, os ritos, mitologias e os modos de vida destas comunidades são expressões de existência e resistências, que o modo de vida indígena se contrapõe a forma como vivem o não indígena, que majoritariamente se impõe sobre eles e seus costumes desde o passado, produzindo e reproduzindo preconceitos, indiferenças, abandonos, injustiças sociais, maus tratos e genocídios.

Faz-se necessário um resgate de valor e difusão da cultura, que possibilite aos indígenas por meio de suas artes, produzir bens e serviços com valor agregado, valor cultural, indenitário e econômico, propiciando a comunidade ter ou aumentar a renda familiar através da comercialização de suas produções carregadas de subjetividade, autenticidade e identidade, a indústria criativa pode colaborar, uma vez que favorece “o crescimento econômico, [...] promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano” (UNCTAD, 2010).

Assim, a indústria criativa pode ser um vetor para a transformação dessa riqueza cultural em oportunidades econômicas. A diversidade de

manifestações culturais se apresenta como um recurso valioso, mas a ausência de políticas mais focadas e de infraestrutura adequada ainda são barreiras significativas ao desenvolvimento do setor.

Diante do exposto, cabe ressaltar que pesquisar comunidades tradicionais é enriquecedor, porém, requer cuidados, ética, compromisso e tato, pois se trata de costumes e modos de vida diferentes do não indígena. Nessa perspectiva de pesquisa, seriedade e compromisso do pesquisador são fundamentais. Lacoste (1988) resalta a importância do geógrafo perceber que ele não é um mero espectador, “mas um agente de informações [...] a serviço do poder [...] que a geografia é um saber estratégico [...] perigoso” (Lacoste, 1988, p.44). Por ser um saber estratégico e perigoso, é necessário seriedade e responsabilidade por parte do pesquisador quanto às informações, para que não se torne, apenas, um serviço para o poder externo, mas, poder para o povo.

A INDÚSTRIA CRIATIVA: UM BREVE HISTÓRICO

O termo indústria criativa é recente e vem ganhando importância nos âmbitos culturais, sociais e econômicos no cenário mundial. As mudanças ocorridas na organização industrial fordista foram essenciais para que nos anos 90 o modo de produção e consumo se voltasse para uma economia pautada na criatividade e conhecimento (Bendassolli et. al. 2009), instalada no setor de serviço. Tais mudanças alteraram as atribuições do trabalhador e ampliou a relevância intelectual e artística do indivíduo para gerar valor econômico e social.

O conceito de indústria criativa surgiu na Austrália na década de 90, contudo ganhou impulso na Inglaterra, país pioneiro na construção de uma agenda política e econômica para o setor por meio de um minucioso mapeamento das atividades criativas (DCMS, 2005), além de contar com um Ministério das Indústrias Criativas. Este ambiente de mudança é propício

para o amadurecimento de um novo surgimento econômico que possui configurações particulares.

Griswold (1987) ressalta que para definir a indústria criativa deve-se considerar a criatividade como elemento central necessária para gerar “propriedade intelectual”; que “a cultura é tratada na forma de objetos culturais [...]” (Griswold, 1987, p. 12), definidos pelos sentimentos compartilhados em sociedade; “as indústrias criativas transformam esses significados em propriedade intelectual e, [...] em valor econômico”; é “um pressuposto de convergência entre arte, negócios e tecnologia” (Bendassolli *et. al.*, 2009, p. 12,13).

Sobre o conceito de indústria criativa, ainda se encontra em construção, mas nesta pesquisa partiremos da definição de DCMS (2005, p.5):

“Atividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual [...] indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais).” (DCMS, 2005, p. 5)

Cabe destacar que o conceito acima coloca a origem da criatividade no talento individual, porém, nessa proposta abordamos uma comunidade indígena, logo a criatividade encontra-se no saber cultural de um povo, cuja representação é evidenciada em conjunto e não no indivíduo em sim. Diante do exposto fica evidente a importância da criatividade e intelectualidade para o desenvolvimento da indústria criativa, uma vez que a economia criativa favorece “o crescimento econômico, a criação de empregos, ao mesmo tempo [...] promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano” (UNCTAD, 2010, p. 10)

Não obstante em termos de oportunidade, o “soft power” (desenvolvimento com base na cultura e identidade dos territórios), associado às culturas tradicionais da Amazônia e do Tocantins oferece uma vantagem estratégica. Firjan (2022) discute como o soft power, ou seja, o poder de influência cultural, pode ser utilizado para elevar o status e o valor de um território a nível global e trazer benefícios ao conjunto social originário. No caso dessas regiões, a utilização de elementos da cultura indígena, por exemplo, em produtos audiovisuais ou em campanhas de marketing, poderia não apenas gerar renda, mas também aumentar a visibilidade internacional dessas culturas, atraindo investimentos e turistas interessados em ecoturismo e em vivenciar experiências culturais autênticas e atraindo atenção internacional para as garantias da manutenção dos modos de vida tradicionais.

A INDÚSTRIA CRIATIVA SOB PERSPECTIVA GEOGRÁFICA E O POVO KARAJÁ IXYBIÓ-A-MAHADU

É relevante entender que as atividades criativas avançam e se reorientam, que esses processos estão relacionados e interligados ao espaço geográfico. (Mota; Hansen, 2018). Essa reorientação, uma ação social que se desdobra no espaço, demanda mudanças nas relações sociais, reforçando que o social e o espaço são inerentes. Para Milton Santos “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”. (Santos, 1978, p. 145). Para o autor os lugares propiciam as relações mundiais, pois oferece as condições, o suporte e a realização dessas relações (Santos, 1999), ou seja, sem os lugares não seria possível essas relações. As condições e suporte não são apenas ao capital global, mas também aos espaços do vivido e das relações sociais compartilhadas.

das. Assim, “O lugar é o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (Santos, 1997, p. 256), insumos da indústria criativa.

Deste modo, a humanidade por meio das ações operadas nos objetos modifica a sociedade e impulsiona a história. Assim, “o uso do território” o faz objeto de “análise social, [...], sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2005, P.255). Compreender a história da humanidade é importante para a interpretação do espaço, porquanto a história não ocorre fora do espaço, bem como “não há sociedade a-espacial”, pois o espaço é social. (Santos, 1977, p. 1). Logo, o território usado exprime identidade, ou seja, “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence [...] o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 1999, p.8), territorialidade.

A questão espacial na indústria criativa é central para entender como estados como o Tocantins podem utilizar seus recursos culturais e ambientais como vetor para inovação. O espaço geográfico não é apenas o cenário onde essas práticas criativas acontecem, mas também um elemento ativo que molda as expressões culturais e econômicas. A relação entre o espaço físico e a criatividade é particularmente evidente nas economias tradicionais dessas regiões, onde o território – com sua biodiversidade e as práticas sustentáveis dos povos tradicionais – é tanto recurso quanto inspiração. Para que a indústria criativa nessas regiões se desenvolva plenamente, é fundamental que haja uma integração entre os saberes tradicionais e as novas tecnologias, sempre respeitando a identidade cultural e o ecossistema local (FIRJAN, 2022).

Cabe ressaltar que a identidade é uma abordagem geográfica imaterial, revelada no espaço por meio das relações. Costa (2005) afirma que as identidades são, com frequência, construídas e alteradas a partir das relações sócias nos diferentes grupos com quem se convive diariamente.

Sobre a territorialidade, Andrade (1998) assegura que o “a formação de um território” produz nos seus habitantes “a consciência de sua participação” gerando “sentimento de territorialidade” onde subjetivamente esses habitantes são conscientizados a se confraternizarem (Andrade, 1998, p. 214).

Sobre a importância da criatividade e intelectualidade para o desenvolvimento da indústria criativa, cabe destacar que essa intelectualidade e criatividade não necessariamente é construída pelos meios clássicos de formação, como um curso superior, por exemplo. Não se minimiza e/ou desqualifica a importância e relevância acadêmica, mas destaca-se outras formas de saberes auferidas às comunidades tradicionais que possuem meios distintos de organização, sistematização e expressão de seu intelecto criativo, como as pinturas, as cestarias, os adornos, as plumarias e os trabalhos em cerâmicas como as bonecas Ritxokó.

Boaventura de S. Santos (2007) enfatiza a necessidade de transpor as lacunas deixadas pelos modelos tradicionais e apoiar as novas “ecologias dos saberes” em que “o saber científico possa dialogar com o saber popular, com o saber dos indígenas” (Santos, 2007, p. 32). É necessário dar a devida atenção à diversidade de saberes dos povos indígenas, expressas nas artes propiciando visibilidade e inclusão e se associada a indústria criativa pode “projetar suas próprias identidades culturais singulares para si mesmos e para o mundo” (UNCTAD, 2010, P.10).

É notória a riqueza cultural brasileira, importante insumo para produtos e serviços, o que favorece o crescimento dos mesmos (Nyco, Zendron, 2018). Essa “nova economia, [...] está ligada ao simbólico, envolvendo a criatividade artística” (Oliveira, 2022, p.20). Deste modo a Unctad (2010) classifica os setores das Indústrias Criativas em quatro grandes grupos: patrimônio cultural, artes; mídias e criações funcionais.

Ao tratar especificamente sobre patrimônio cultural, IPEA (2013) identifica-o como sendo toda forma de arte, corrobora com as manifestações tradicionais indígenas ricas em saberes, simbologias e expressões

culturais, compondo sua cultura material. Cabe ressaltar que é um erro chamar as diversas manifestações indígenas de ‘arte indígena’ no singular, pois essas expressões representam os modos de vida, a diversidade e identidade específicas de cada povo, ou seja, cada povo possui peculiaridades e especificidades próprias. Assim, Aa correta identificação da materialização da cultura ou representação concreta do imaterial indígena é “artes indígenas”.

Ribeiro (1987) resalta que o fazer artístico indígena não é somente os ornamentos feitos de penas e máscaras, é bem mais diversificado. São variadas as produções culturais indígenas, os traçados, os desenhos, os artefatos como os cestos e esteiras de palha, os brincos, os colares, as vestes, as moradias, as peças em cerâmicas, os grafismos, as músicas, as danças, todas representadas em suas artes (Albuquerque, Karajá, 2018). Esses saberes e expressões artísticas transcendem ao pensamento ocidental sobre arte.

As diversificadas manifestações artísticas dos indígenas são sempre referidas, na mídia e nos compêndios escolares, no singular, ou seja, “arte indígena”. Entretanto, ao expressarem preocupações específicas, permitem a cada povo indígena desenvolver um estilo próprio, e, assim, aquela qualificação é equivocada enquanto meio de identificação, posto que não existe uma arte comum e geral dos índios. A referência requer sempre a pluralidade, a saber, “artes indígenas” para a correta identificação dessas artes.

Nesse íterim, estudos realizados a partir de um âmbito estritamente econômico da indústria criativa tem, por média, fragilizado a capacidade de compreensão do potencial do segmento em espaços distantes dos grandes centros urbanos. Em Firjan (2022), por exemplo, mapeamento das atividades criativas no Brasil demonstram que a participação da indústria criativa no PIB de Tocantins é uma das menores do país, o que reflete o estado incipiente do setor em relação a outras regiões mais consolidadas, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Além disso, o mapeamento salienta em termos de vislumbre hipotético que, em regiões como o Tocantins, o potencial para o crescimento da indústria criativa é imenso, particularmente pela sinergia possível entre as tradições culturais e as demandas de um mercado global em busca de soluções criativas e sustentáveis. A cultura indígena, por exemplo, é riquíssima em elementos que poderiam ser mais bem integrados na economia criativa, seja através de produções audiovisuais, música, artesanato ou moda sustentável.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Este trabalho abordou conceitos da indústria criativa se sua relação com a cultura Karajá Ixybió-a pelo viés geográfico. Diante do exposto, a indústria criativa desponta como um fenômeno, uma nova economia fundamentada na criatividade, pautada no conhecimento e criatividade, aliçada pela tecnologia. É evidente que a geografia tem o seu lugar na discussão da eminente indústria criativa, bem como da diversidade cultural do Brasil por meio das comunidades tradicionais.

A partir de uma abordagem geográfica, as expressões culturais dos indígenas Karajá Ixybió-a oferecem uma oportunidade única para analisar a indústria criativa, assim como também apresentem desafios significativos ao conceito e as abordagens práticas que partem do mesmo. As possibilidades de análise dessas expressões culturais no contexto da indústria criativa envolvem, primeiramente, a valorização do patrimônio cultural e a integração dessas tradições no mercado de bens e serviços criativos. A cultura Karajá Ixybió-a, com suas pinturas corporais, rituais, artesanato, e mitologias, é uma expressão viva de sua relação com o território, em particular com o Rio Araguaia, considerado sagrado e vital. Essa ligação com a natureza e suas práticas tradicionais pode servir como insumo para a criação de produtos culturais autênticos, que preservam e difundem o conhe-

cimento indígena e atraem mercados interessados em produtos sustentáveis e culturalmente ricos.

Entretanto, a inserção dessas expressões culturais na indústria criativa enfrenta limites estruturais e conceituais. Um dos desafios mais evidentes é a marginalização histórica das práticas culturais indígenas, que ainda são vistas sob a lente da inferiorização e do preconceito por muitos setores da sociedade. Esse contexto de marginalização precisa ser superado para que as expressões dos Karajá Ixybió-a sejam reconhecidas como valiosas não apenas no aspecto cultural, mas também no econômico. A indústria criativa, ao se fundamentar em inovação e conhecimento, pode servir como um vetor de transformação para essas culturas, desde que haja respeito pela sua autonomia e identidade.

A geografia econômica e cultural desempenha um papel fundamental ao integrar essas expressões no bojo da economia criativa. O espaço geográfico não é apenas o cenário onde essas atividades ocorrem, mas também um elemento ativo que molda a produção cultural. Milton Santos aponta que o espaço organizado pelo homem é uma estrutura subordinante e subordinada. No caso dos Karajá Ixybió-a, o território onde vivem, com sua biodiversidade e suas práticas sustentáveis, molda suas expressões culturais e pode ser visto como um recurso valioso na economia criativa. Contudo, sem uma infraestrutura adequada, a comercialização dessas produções culturais e sua integração no mercado global podem ser limitadas, assim como invisíveis aos olhos de metodologias tipicamente utilizadas para a verificação das atividades da indústria criativa.

Em termos práticos, o artesanato dos Karajá Ixybió-a, como as bonecas de cerâmica Ritxokó, já é reconhecido como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, demonstrando que essas expressões podem, sim, ser valorizadas e incorporadas à indústria criativa. No entanto, essa valorização precisa ir além do reconhecimento simbólico e se traduzir em oportunidades econômicas para as comunidades, com políticas públicas

de incentivo e uma infraestrutura que facilite a comercialização de seus produtos de maneira justa e sustentável.

Portanto, a análise geográfica das expressões culturais dos Karajá Ixybió-a dentro da indústria criativa revela um cenário de grandes possibilidades, desde que os limites impostos pela marginalização histórica, falta de infraestrutura e a necessidade de respeito à autonomia cultural sejam superados. O potencial de integração dessas expressões no mercado global de bens criativos existe, mas requer uma abordagem sensível e cuidadosa que respeite o contexto geográfico e cultural único dessa comunidade indígena.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. E.; KARAJÁ, D. G. A. *As pinturas corporais do povo Karajá-Xambioá: perspectivas e considerações socioculturais*. Revista Desafios – v. 5, n. Especial, 2018.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife ed. Universitária da UFPE, 2008. Artigo publicado no Jornal diário Folha de São Paulo de 3/2/2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0302200809.htm>. Acesso em 24.9.2024.
- BENDASSOLLI, Pedro F. et. al. *Indústrias Criativas: definição, limites e possibilidades*. RAE. São Paulo. v. 49, n1, jan/mar 2009.
- COSTA, B. P. da. *As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica*. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- DCMS (Department for Culture, Media and Sport). *Creative Industries mapping document*. Disponível em: http://www.culture.gov.uk/Reference_library/Publications/archive_2016/ci_mapping_doc_2016.htm. Acesso em 25.5.2024.
- FARIAS, Joana Silva de Araújo. *Modelando parentes: sobre a rede de relações das rixto(k) entre os Karajá*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014 (Dissertação de mestrado em Antropologia Social)

FIRJAN. FEDERACAO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Mapeamento da indústria criativa no Brasil* (fevereiro de 2019). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 20.6.2024.

_____. *Mapeamento da indústria criativa no Brasil* (julho de 2022). Disponível em: <https://casafirjan.com.br/sites/default/files/2022-07/Mapeamento%20da%20Ind%20C3%BAstria%20Criativa%20no%20Brasil%202022.pdf>. Acesso em: 14 outubro 2024.

FUNAI, 2024. *Povos indígenas*. Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso, 15/10/24.

GRISWOLD, W. *The fabrication of meaning: literary interpretation in the United States, Great Britain, and the West Indies*. American Journal of Sociology, v. 92, n. 5, p. 1077-1117, 1987.

IPEA. *Panorama da Economia Criativa no Brasil*. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

LACOSTE, Yves. *Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

MACHADO, Lia Osório. *Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem*. In CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César Costa. *Brasil, questões atuais de seu território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

MATTOS, M. L. B, et al. O povo indígena Javaé da ilha do Bananal-TO: Uma Análise Sobre o Desenvolvimento dessas Comunidades. *Rev. Cereus*, v. 5, n. 3, p.101-116, set-dez./2013, UnirG, Gurupi, TO, Brasil.

MESQUITA- NUNES, M. S. S. N.; BRITO, E. P. de. *É festa na Aldeia*. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 10, n. 22, p. 240-253, 20 dez. 2021.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras*. volume 3. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, C. T. D.; HANSEN, D, L. Economia criativa sob a ótica da Geografia: avanços e a reorientação das atividades criativas correlacionadas ao espaço geográfico. *Revista GeoNordeste*, São Cristovão, Ano XXIX, n. 1, p.160-174, Jan./Jun. 2018. ISSN: 2318-2695

NYCO, Diego; ZENDRON, Patrícia. *ECONOMIA CRIATIVA. VISÃO 2035: Brasil, país desenvolvido*. Agenda setoriais para o desenvolvimento. p. 259-288, 2018.

OLIVEIRA, Giovana Mendes de; BARCELOS, Ojana Vitoria; REHBEIN, Beier; KNUTH, Michel da Silva. A geografia das ocupações criativas no Brasil: um quadro das potencialidades brasileiras. *Revista Contraponto* ISSN: 2358-3541. V.9, n. 2 (2022).

PINTO, Leila Mirtes, GRANDO, Beleni (orgs). *Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2009.

RIBEIRO, D. *Suma Etnológica Brasileira III: arte índia*. Petrópolis: Vozes, 1987: 29-64

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, 54, 1977.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

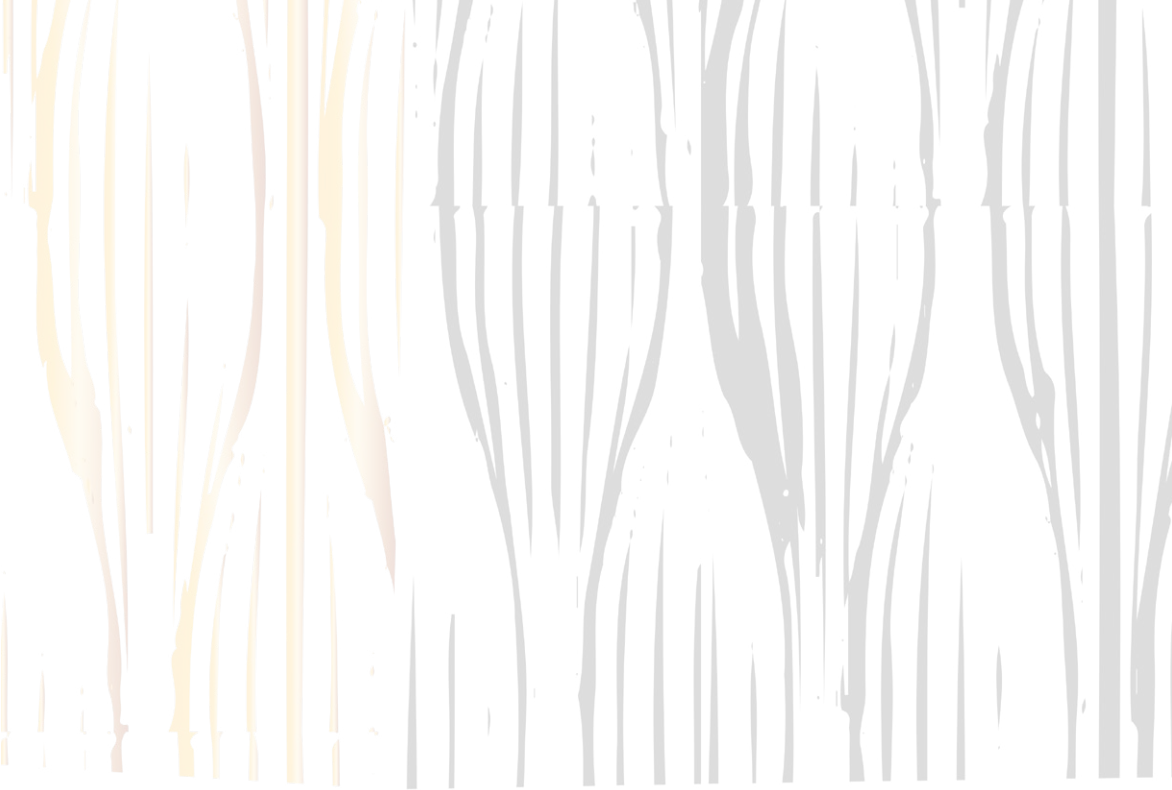
_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun, 1999.

_____. *O retorno do território*. OSAL, ano VI, nº 16, Enero-abril, 2005.

UNCTAD. *Relatório de Economia Criativa*. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. 2010. Genebra: UNCTAD; Nações Unidas, 2010.

XERENTE, Afonso Tiikwa. *Iknô kãtô, Ísitro nã akwe krsakrtamnôze dasĩpsêwa Kãtô kmã psêkwaĩnõrĩ, Danõhikwa – A corrida de toras curtas e longas entre o povo Akwẽ Xerente no Dasĩpê-festa cultural / Afonso Tiikwa Xerente*. - 2020.



SOBRE OS AUTORES

Alberto Pereira Lopes

Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo - USP (2009), Mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2001), graduado em Licenciatura Geografia – Universidade Federal da Paraíba - 1992. Professor do ensino superior de 1994 a 2003 no quadro de docente da UNITINS, em 2003 passa a ser docente do quadro efetivo da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Hoje Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Campus de Araguaína, onde encontra-se atualmente como professor Associado. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, Coordenador do Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos – GEADH.

Carlos Augusto Machado

Doutor em Geografia. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFNT).

Christiano Sousa Viana

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Dácio Alves Pereira de Oliveira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFNT, Especialista em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano/UFT e Especialista em Direitos Humanos/PUC-GO. Docente da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia regional, Geografia agrária, Educação geográfica e Direitos Humanos; membro do Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos.

Égila Maria Santos Assunção

Graduanda em Licenciatura em Ciências Naturais com habilitação em Química pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Grajaú. Atualmente, é bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Naturais.

Elias da Silva

Possui pós-doutorado em economia dos comuns pela Universidade Federal do Pará, (2020) Doutorado pela Universidade de São Paulo (2010), Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e Especialização e Graduação pela Universidade Federal de Mato Grosso (1995 e 1993). É professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins pelo curso de Geografia, membro permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Território – PPGCULT e o Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEIO.

Eliseu Pereira de Brito

Doutor em Geografia. Líder do GEGATO, o Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins. Realiza estudos acerca do “Território e territorialidades das comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal - Tocantins” e da “Bioeconomia e diversidades dos povos amazônidas”. Realiza leituras

no Grupo de Estudo a respeito dos “lugares” em Jöel Bonnemaison”. Hoje em dia, é docente associado do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Centro de Ciências Integradas. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia de Araguaína (Mestrado - PPGeo) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Geografia UFT-Porto Nacional. Editor Geral da publicação Tocantinense de Geografia.

Gleison Mourão da Silva

graduado pela Universidade Federal Tocantins – UFT (2017), aluno bolsista premiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Membro permanente do Laboratório de estudos agrários e direitos humanos LEADH/UFNT. Aluno mestrando do programa de pós graduação – PPGeo 2025/UFNT. Professor efetivo da rede municipal de ensino de Colinas do Tocantins.

Marcelo Venancio

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre e Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Atua nas áreas de Ensino de Geografia, Formação de Professores e Geografia Agrária.

Maria do Socorro Mesquita da Silva Nunes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (17010004006P6). Servidora da Rede Pública Estadual - SEDUC, efetuada desde 2004. Atualmente é Professora da Educação Básica na Escola Estadual Francisco Máximo de Sousa desde 2010. Possui graduação em Geografia pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS_UFT (1998) e Curso de Tecnologia de Gestão de Turismo pela Universidade Federal do Norte do Tocantins

-UFNT (2022.1) . Pós Graduada em Tecnologias na Educação pela PUC- RIO (2010). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da População. Coursou Língua Espanhola no Centro de Línguas - DREA (2020). Coursou, como aluna especial, a disciplina Dinâmica Territorial do Cerrado e da Amazônia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG - UFT/ Porto Nacional (2022.2), cursou como aluna especial a disciplina Estado, Sociedade e Natureza, no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território - PPGCULT - UFNT/Araguaína (2023.1) e cursa Mestrado no Programa de Pós- Graduação em Geografia - PPGeo - UFNT/ Araguaína.

Nauane Cruz Sousa

Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Naturais, pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA; Técnico em Informática, pelo Instituto Federal do Maranhão/IFMA (2019); Atualmente como bolsista no Programa de Educação Tutorial e no Projeto de extensão Nanotecnologia Na Escola: Abordagens pedagógicas da Nanociência e Nanotecnologia em escolas da educação básica no município de Grajaú-MA.

Neusani Oliveira Ives-Felix

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão/UFMA; Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2012 - 2014); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2006); Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPEMA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Atuação na docência do ensino superior desde 2009; 04 anos de experiência na docência da educação básica e 08 anos na coordenação pedagógica de escolas públicas da educação básica. Coordena o projeto de pesquisa intitulado: Quintais produtivos e sua relação com o acesso a alimentos saudáveis: município

de Grajaú-MA e o projeto de extensão intitulado, A Biblioteca como espaço de interculturalidade. Participa do Grupo de Pesquisa em Ciências Naturais e Biotecnologia - CIENATEC/UFMA/CNGR e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia (BioSE/INEAF/UFPA).

Pricila Santos Almeida

Graduanda em Ciências Naturais com Habilitação em Química pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Grajaú (CCGR) - MA. Atuou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2023-2024. Atualmente é Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET, bolsista VOLUNTÁRIA do edital PIBIC/CNPq/CNPq-AF/FAPEMA/UFMA/VOLUNTÁRIO 2024-2025, no projeto de pesquisa: Quintais produtivos e sua relação com o acesso a alimentos saudáveis: município de Grajaú-MA, e no projeto: Utilização de extratos vegetais e nanopartículas na construção de sensores eletroquímicos. É membra do Centro Acadêmico do curso de Ciências Naturais do CCGR-UFMA, e do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Grajaú-MA.

Rodrigo Ferreira da Silva

Possui formação em Técnico em Agropecuário, 1996 pelo IFTO- Araguatins - TO, Licenciado em Geografia, 2024 pela UFNT – Araguaína - TO, Pós-Graduado em EJA e Educação Profissional 2023 pela UNOPAR Araguaína - TO. Pós-Graduado em Tendências e Metodologias para o ensino de História e Geografia, 2024 pela UNOPAR Araguaína - TO.

Sullany Mesquita Lopes

Graduanda na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus de Grajaú-MA, no curso de Licenciatura em Ciências Naturais com habilita-

ção em Química. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2023–2024); Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC (2024–2025).

Victor da Silva Oliveira

Graduado em Geografia, Mestre em Desenvolvimento Regional e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - com período sanduíche na Wirtschaftsuniversität Wien (WU). Pós-Doutorado em Gestión del Desarrollo Socio Territorial pela Universidade Nacional de Misines, Atualmente é Professor Adjunto do Curso de Geografia no Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) na mesma instituição e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFNT. Chefe da Divisão de Avaliação Insitucional da Unifesspa. Áreas de interesse: 1) Métodos e técnicas de análise regional e regionalização; 2) Big Data e Data Science para análise e planejamento regional; 3) Análise e construção de políticas públicas; 4) Indústria e Economia Criativa; 5) Teorias do desenvolvimento econômico e regional; 6) Formação econômica do Brasil.

Wesley Pereira da Silva

Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Faz parte do grupo de pesquisa em Estudos da Amazônia e Tocantins, dedicando-se ao estudo de populações tradicionais e às práticas de extrativismo na Amazônia.

A trajetória desses nove capítulos apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Geografia questões significativas para a discussão e sua inserção no cenário regional, com enfoques sobre a Amazônia e o Nordeste. A ênfase temática possibilitou a ampliação de perspectivas nos discursos acerca das dinâmicas espaciais, que constituem a área de concentração.